

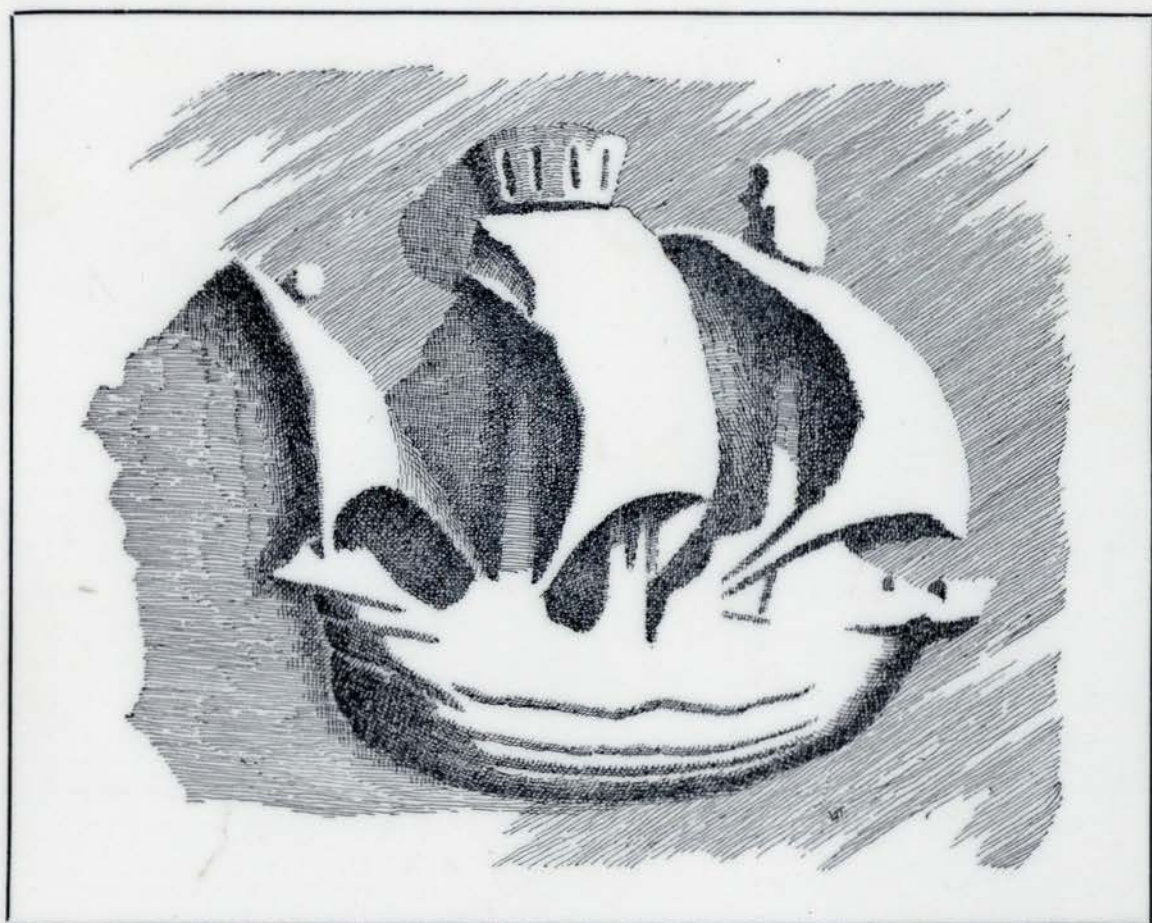
OLISIPO

CINQUENTENÁRIO

do

Grupo Amigos de Lisboa

1936 - 1986



Oferta

2003-12-11

OLISIPO

ANO 1986

N.º 149

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra – Rua do Açúcar – Telefone 858 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – Rua Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

CAPA

DE

LUÍS TRINDADE

(Naveta de pedra de armas de Lisboa)



A PUBLICAÇÃO DESTE NÚMERO DO BOLETIM «OLISIPO» FOI PARTICIPADA PELAS SEGUINTE ENTIDADES, AS QUAIS DEIXAMOS AQUI EXPRESSA A NOSSA GRATIDÃO: BANCO FONSECAS & BURNAY, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES RG, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES AMADEU GAUDÊNCIO, GESTÃO E CONSTRUÇÃO AGERG, COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO E CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS.

SUMÁRIO

MEIO SÉCULO AO SERVIÇO DE LISBOA	5
PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENARIO ...	7
OS MOMENTOS ALTOS DAS COMEMORAÇÕES	9
NO CINQUENTENARIO DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA — EVOCAÇÃO NECESSARIA — por <i>J. Cândido de Oliveira</i> ...	25
PALAVRAS PROFERIDAS POR LUÍS PASTOR DE MACEDO NA REUNIÃO EFECTUADA ENTRE OS SÓCIOS PARA DIS- CUSSÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DO GRUPO ...	35
OS PRIMEIROS 100 «AMIGOS DE LISBOA»	39
DOIS DIRIGENTES DESAPARECIDOS RECORDANDO O NOSSO AMIGO COR. ANTÓNIO LUÍS TADEU DR. PAULO CARATAO SOROMENHO	43 47

ESTUDOS OLISIPONENSES

LISBOA E O TEJO — por <i>Orlando Ribeiro</i>	49
ALGUNS ASPECTOS DE LISBOA EM 1839 — por <i>Fernando Cas- telo-Branco</i>	55
A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE — por <i>Eduardo Sucena</i>	65
CORRIGENDA AO ARTIGO ESTUDOS DA BIBLIOGRAFIA OLISIPONIANA — por <i>António Luís Tadeu</i>	75

ACTIVIDADE CULTURAL

A RAINHA D. LEONOR E AS ARTES ORNAMENTAIS DA ILUMINURA E DA OURIVESARIA — por <i>António Manuel Gonçalves</i>	77
O 5.º SERMÃO DA NATIVIDADE, APOLOGIA DO «DIA DE SAMBERTOLAMEU» — por <i>Durval Pires de Lima</i>	87
COLUMBANO E A CULTURA DE LISBOA — por <i>Juvenal Esteves</i>	109
OS ANTIGOS RETIROS DAS HORTAS — por <i>Eduardo Sucena</i>	117
LEMBRANDO «TINOP» — por <i>Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita</i>	123
FEIRA DA LADRA	135

VIDA ASSOCIATIVA

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1986	137
BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1986	150
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE GASTOS GERAIS — DESENVOLVIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS	151
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS	152
ORGAOS DIRECTIVOS	153

MEIO SÉCULO AO SERVIÇO DE LISBOA

O Grupo Amigos de Lisboa, *contra ventos e marés*, conseguiu atingir o Cinquentenário, o que não sendo certamente uma idade propecta, é todavia um lapso de tempo suficiente para, no decurso dele, terem desaparecido quase todos os ilustres olisipógrafos e olisipófilos que criaram e prestigiaram esta instituição.

No nosso País perduram ainda, é certo, algumas instituições centenárias. Mas por quantas vicissitudes elas não têm passado? E à custa de quantos sacrifícios e dedicações chegaram elas até nós? E quantas outras, nestes últimos cinquenta anos, não ficaram pelo caminho?

O Grupo Amigos de Lisboa nasceu graças ao amor a esta cidade de um conjunto de Homens de boa vontade, que tinham naturalmente os seus afazeres, os seus interesses particulares, a sua vida privada, mas que, apesar disso, conseguiam dispor de tempo livre, tinham uma vontade determinada de contribuir para o bem comum e grande capacidade de mobilização de pessoas.

Cinquenta anos depois, a um acréscimo substancial da população de Lisboa corresponde um sensível decréscimo do número inicial dos nossos Associados. Triste realidade! De facto, só um pequeno grupo de pessoas mantém ainda acesa a chama do amor desinteressado a esta cidade, às suas tradições, à sua cultura, à sua história, aos seus bairros, aos seus monumentos.

Alguns, aqui e além, falam e escrevem acerca dela, nem sempre com o necessário rigor e raramente com o intuito de contribuir para o conhecimento do ignorado, para o esclarecimento do

duvidoso, para a acertada divulgação do conhecido. E outros há que, sendo realmente sabedores, não se percebe bem porquê preferem actuar como franco-atiradores, desenvolvendo uma acção individualista em vez de se juntarem a nós para, fortalecendo a instituição, conseguirmos todos fazer soar mais alto a nossa voz.

Aberto, como é, o Grupo Amigos de Lisboa a todos acolhe indistintamente, desde que o amor a esta cidade seja o pretexto para a adesão à causa que é a sua razão de ser e pela qual vem pugnando desde há cinquenta anos. E não será talvez optimismo exagerado esperar-se que, apesar de tudo, ao dobrar o cabo tormentoso do Cinquentenário, se lhe deparem novos horizontes e ele se projecte e engrandeça A BEM DE LISBOA.

E. S.

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

ABRIL

Dia 12, sábado, às 15,00 horas

Sessão inaugural na sede do Grupo — Palácio da Mitra. Oradores: Prof. Doutor Jorge Gaspar e Prof. Doutor Cândido de Oliveira. Apresentação da medalha do Cinquentenário.

MAIO

Dia 3, sábado, às 15,00 horas

Inauguração da Exposição Bibliográfica, Filatélica, de Pintura e Desenho, com temas de Lisboa, no Palácio Galveias, seguida de uma conferência sobre «A Heráldica no Património» pelo Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo.

Dia 8, quinta-feira, às 17,00 horas

Visita às instalações da Cinemateca Portuguesa acompanhada por Luís de Pina e projecção de documentários sobre Lisboa.

Dia 17, sábado, às 17,00 horas

Concerto no Teatro Municipal de São Luís pela Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa, sob a regência do Maestro Silva Pereira.

Dia 31, sábado, às 13,00 horas

Almoço-convívio e tarde de Fado no restaurante típico *A Severa* com a participação de Artistas convidados.

JULHO

Dia 12, sábado, às 15,00 horas

Conferência na sede do Grupo — Palácio da Mitra, sobre «O Conteúdo da Mensagem Jornalística» pelo Dr. Carlos Manuel Fonseca de Melo.

Dia 20, domingo, às 11,00 horas

Missa na Sé Patriarcal celebrada por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo Auxiliar da Diocese, D. Albino Mamede Cleto, por intenção dos Fundadores e outros Sócios falecidos, seguida de romagem ao monumento a Mestre Júlio de Castilho, no jardim do miradouro de Santa Luzia.

OS MOMENTOS ALTOS DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

As comemorações do Cinquentenário do Grupo iniciaram-se, como estava previsto no respectivo Programa, no dia 12 de Abril, com uma sessão solene na nossa sede, cujo auditório foi pequeno nesse dia para acolher Sócios e Convidados. O orador convidado, Prof. Doutor Jorge Gaspar, dissertou sobre a problemática cultural na generalidade e sobre a lisipografia em particular, tecendo várias considerações sobre o contributo dos «Amigos de Lisboa» para o desenvolvimento dessa ciência.

Falou depois o Presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor Cândido de Oliveira, que proferiu a conferência *No Cinquentenário do Grupo Amigos de Lisboa — Evocação Necessária*, que mais adiante se transcreve.

No decurso da sessão, foi também apresentada a medalha mandada cunhar pela Junta Directiva para assinalar a efeméride, da autoria do escultor Luz Correia.

Em 3 de Maio, no Palácio Galveias, amavelmente cedido pela Câmara Municipal de Lisboa para o efeito, foi inaugurada a Exposição Bibliográfica, Filatélica, de Pintura e Desenho, na qual, além de espécies bibliográficas da nossa Biblioteca, foram apresentadas mostras de selos com motivos de Lisboa cedidos pelos Serviços de Filatelia dos CTT, quadros a óleo do pintor António Araújo, desenhos à pena de Luís Trindade e postais antigos da colecção do nosso Consócio Sr. Klaus Werner Grüner. Em seguida ao acto inaugural da Exposição (que registou elevado número de visitantes e encerrou no dia 18) o Sr. Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo proferiu numa das salas do palácio uma conferência sobre «A Heráldica no Património», que contou também com numerosa e interessada assistência.

No dia 8 do mesmo mês, realizou-se a visita às instalações da Cinemateca Portuguesa, na Rua Barata Salgueiro, n.º 39, onde os «Amigos de Lisboa» tiveram ocasião de observar um curioso repositório de recordações e aparelhos dos tempos pioneiros do cinema. Ouviram depois uma intervenção de Luís de Pina sobre a origem e funcionamento de Cinemateca e assistiram à projecção dos seguintes documentários: «Lisboa e os Problemas do seu Acesso», 1944, de Leitão de Barros; «As Rodas de Lisboa», 1951, de António Lopes Ribeiro e Francisco Ribeiro (Ribeirinho); «Lisboa Vista Pelas Suas Crianças», 1959, de António Lopes Ribeiro e «Lisboa de Ontem e de Hoje», 1966, de Augusto Fraga.

Também em Maio, no dia 17, realizou-se no Teatro Municipal de S. Luís um concerto dedicado aos «Amigos de Lisboa» pela Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa, que sob a regência do Maestro Silva Pereira executou obras de Mozart. Foram solistas Adriano Jordão (piano) e Manuel Lopes da Cruz (oboé) que, tal como o Maestro, receberam das mãos do Presidente da Junta Directiva a medalha comemorativa do Cinquentenário.

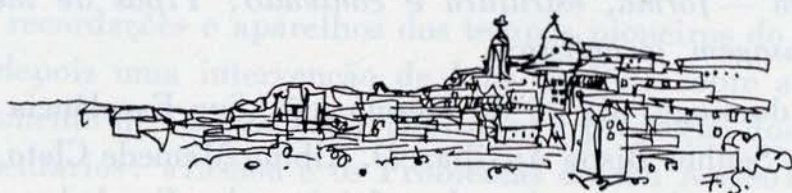
Ainda em Maio, dia 31, teve lugar no restaurante típico «A Severa», Rua das Gáveas, n.º 51, um almoço com fados, o qual registou a presença de cerca de cem convivas. Após a refeição, Eduardo Sucena, Secretário-Geral Adjunto, fez uma pequena palestra acerca do Fado como expressão da cultura popular de Lisboa, em que evocou as figuras da Severa, que deu o nome ao restaurante, do Dr. José Amaro de Almeida, nosso falecido Consócio, que estudou e diagnosticou *a posteriori* a doença que vitimou aquela, e do Coronel António Luís Tadeu, autor da ideia da inclusão deste almoço no Programa das Comemorações do Cinquentenário. Em seguida os Artistas convidados, Julieta Brigue, Celeste Rodrigues, Júlio Vieitas e Gabino Ferreira cantaram o Fado, acompanhados à guitarra por Pinto Varela e Armandino Maia, e à viola por Humberto Andrade, recebendo todos no final a medalha comemorativa.

No dia 12 de Julho, o Dr. Carlos Manuel Fonseca de Melo, da RTP, proferiu na nossa sede uma conferência sobre *O Conteúdo da Mensagem Jornalística* em que desenvolveu os seguintes tópicos: *A mensagem como elemento nuclear do processo de comunicação; Mensagem — forma, estrutura e conteúdo; Tipos de mensagem: e A mensagem jornalística.*

No domingo, dia 20 do mesmo mês, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo Auxiliar, D. Albino Mamede Cleto, celebrou na Sé Patriarcal uma missa de sufrágio pelos Fundadores e Sócios falecidos, à qual estiveram presentes os membros da Junta Directiva e significativo número de Associados. À homília, o celebrante destacou os objectivos do Grupo Amigos de Lisboa e os cinquenta anos da sua acção cultural, felicitando-o e incentivando-o a prosseguir a sua tarefa de defesa e divulgação dos valores culturais da nossa cidade, que sendo bens materiais são também bens do espírito.

Seguiu-se uma romagem ao monumento a Júlio de Castilho, fundador da moderna olisipografia, no jardim do miradouro de Santa Luzia. No local, o Presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor Cândido de Oliveira, proferiu uma breve alocução para pôr em

relevo a figura do Mestre olisipógrafo e a sua notável obra, que abriu caminho a outros investigadores da História desta cidade. A cerimónia terminou com a deposição de um ramo de flores na base do monumento, encerrando-se assim os actos comemorativos do nosso Cinquentenário.



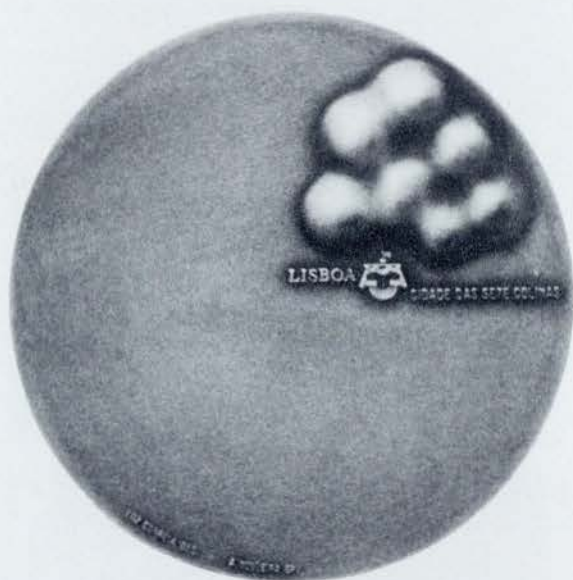


Em cima: o Prof. Doutor Jorge Gaspar no uso da palavra.
Em baixo: o Prof. Doutor Cândido de Oliveira quando proferia a sua conferência.



Em cima: o Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo dissertando sobre "A Heráldica no Património".

Em baixo: o Dr. Carlos Manuel Fonseca de Melo agradecendo a oferta da medalha comemorativa do Cinquentenário.



Anverso e reverso da Medalha Comemorativa de Cinquentenário



Dois aspectos da Exposição no Palácio Galveias.

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA
Colaboração
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CONCERTO SINFÓNICO

EM COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO
DO
"GRUPO AMIGOS DE LISBOA"

TEATRO MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ 

17 DE MAIO DE 1986 – 17.00 HORAS

Programa do Concerto Sinfónico no Teatro Municipal de S. Luís



O concerto da Orquestra Sinfónica da RTP no Teatro Municipal de S. Luís.



Em cima: actuação de Júlio Vieitas no restaurante típico "A Severa".

Em baixo: actuação de Julieta Brigue.



Em cima: Gabino Ferreira recebendo das mãos do Vice-Presidente do Grupo Amigos de Lisboa a medalha do Cinquentenário.

Em baixo: actuação de Celeste Rodrigues.



A chegada de Sua Excelência Reverendíssima, D. Albino Mamede Cleto, à Sé Patriarcal, ladeado por membros da Junta Directiva dos "Amigos de Lisboa".



Aspecto da assistência à Missa na Sé Patriarcal.



A romagem ao monumento a Júlio de Castilho.

No Cinquentenário do Grupo Amigos de Lisboa

Evocação necessária *

por J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Desde tempos remotos que a nossa Lisboa tem sido cantada em prosa e em verso por tantos que a admiraram e amaram. Não faltou quem a exaltasse em poemas heróicos como a «Lisboa edificada ou Ulyssea» de Gabriel Pereira de Castro, a «Lisboa destruída» do Padre Teodoro de Almeida, a «Lisboa reedificada» de Miguel Maurício Ramalho ou a «Ulyssipo» de António de Sousa Macedo, todos em oitavas de decassílabos entretecidas do maravilhoso pagão à boa maneira camoneana. São sobejamente conhecidos e reproduzidos os versos que o próprio Camões dedica à cidade:

*E tu, nobre Lisboa, que no mundo,
Facilmente de todas és princesa.*

Em prosa rica ou pobre, contam-se por centenas os escritos laudatórios votados a Lisboa e ao seu rio, desde Damião de Gois e Frei Nicolau de Oliveira, até os nossos contemporâneos. Todos lhe gabam a posição geográfica, a ondulação das suas colinas, o clima ameno, o termo verdejante, o espelho de água que a reflecte, o casario colorido que a cobre, os monumentos que a salpicam, a lhaneza do seu povo e o pitoresco dos seus usos e costumes. Historiadores, arqueólogos, etnólogos e outros estudiosos devassaram monumentos, igrejas, edifícios, ruas, praças e jardins, revolveram, quanto possível, o solo pejado de relíquias, mergulharam no pó das velhas bibliotecas e arquivos, prescru-taram espécies iconográficas, na ânsia de conhecer o ciclo evolutivo da urbe e a génese da sua grei. Tudo se cifrava em gestos de amor que a cidade largamente merecia.

(*) Conferência proferida pelo Presidente da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa» por ocasião da sessão solene realizada na sua sede, em 12 de Abril de 1986.

Foram no entanto actos isolados, nascidos da iniciativa individual, que se escalonaram ao longo dos tempos e frutificaram, já no início deste século, numa plêiade de olisipógrafos de bom quilate encabeçada pelo velho Júlio de Castilho e continuada por nomes ilustres da nossa época.

Todo este caudal de saber ficava, contudo, confinado a um círculo de eruditos e os seus ecos não transpiravam das paredes das Academias e das Sociedades Científicas. Apenas as suas publicações davam conta, aos poucos que as liam, da excelência dos seus estudos. O homem comum permanecia alheio ao vero conhecimento da sua cidade. Revistas periódicas de oitocentos, como o Arquivo Pitoresco e o Panorama, com especial relevo para os artigos de Vilhena Barbosa, e mais tarde, já neste século, o notável Guia de Portugal de Raúl Proença, eram louváveis tentativas de trazer ao conhecimento do público as belezas de Lisboa.

Mas a transmissão escrita ficava muito aquém do fim a que se destinava já porque o gentio era pouco dado a leituras. Urgia lançar mão doutros métodos de comunicação que levassem o lisboeta a percorrer a cidade com olhos de ver e a penetrar na intimidade dos seus monumentos e empreendimentos.

Um passo importante na difusão do conhecimento de Lisboa foi dado por José Queiroz, autor da «Cerâmica portuguesa», espécie bibliográfica hoje disputada a peso de ouro. Queiroz, artista, pintor e historiador de arte, nutria um entranhado amor à sua Lisboa, ao ponto de lançar a ideia da formação de um centro de estudos olisiponenses, ideia que levou à criação na Associação dos Arqueólogos Portugueses de uma secção de olisipografia e, de seguida, à 1.^a Exposição Olisiponense, de tal sorte que a Câmara Municipal da época veio a instalar nas ruínas do Carmo os primeiros núcleos de um museu de Lisboa.

Foi então, à roda de 1917, que dois lisboetas bem intencionados, mas que não deixaram nome na história, dirigiram uma carta ao jornal «O Século» em que propunham a criação de um grupo de amigos da cidade, ideia nova que talvez fervilhasse no espírito de muitos, mas que se extinguiu como fogo-fátuo. Só anos depois, Norberto de Araújo, jornalista muito devotado à capital e suas belezas, retoma nas páginas do jornal «A Manhã» a ideia de congregar os lisboetas numa associação que estudasse, defendesse e desse a conhecer Lisboa aos seus indígenas. Mais tarde, no «Diário de Lisboa», o mesmo Norberto de Araújo desentranhou-se em artigos acompanhados de «desenhos, pinturas, quadros da cidade velha e nova, clichés flagrantes dos seus tipos, dos seus costumes, dos seus aspectos pitorescos, dos seus recantos cheio de poesia, dos seus panoramas, das suas feições», tal como textualmente nos contou mais tarde Matos Sequeira.

Bem depressa outros entusiastas se aproximaram e conversaram em tertúlias e à mesa dos cafés, como era uso da época, tentando dar corpo à ideia aventada em tão boa hora e, como devotos da cidade, «pensar com um sentido mais prático na maneira de formar e disciplinar uma legião de defensores do seu tipismo contra as naturais perturbações que lhe traziam a inovação, ainda não purificada por um plano de conjunto e por uma teoria de estudos reflectidos», como nos diz ainda Matos Sequeira.

De resto, Norberto de Araújo, como Matos Sequeira e Pastor de Macedo que logo se lhe juntaram, constituíram o sólido tripé em que assentou a formação do Grupo «Amigos de Lisboa». Àqueles se vieram aglutinar mais alguns, perfazendo o núcleo de catorze magníficos, cujo nome não me tenho cansado de proclamar. Foram eles: Alberto MacBride, Álvaro Maia, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Eugénio MacBride, Gustavo de Matos Sequeira, João Pinto de Carvalho (Tinop), José Pereira Coelho, Leitão de Barros, Levy Marques da Costa, Luís Pastor de Macedo, Mário de Sampayo Ribeiro, Norberto de Araújo e Rocha Martins. Destes pioneiros, todos eles conhecidos pelos méritos e consagrados na vida pública, já nenhum resta hoje. Lembrá-los, nesta data em que comemoramos o cinquentenário do Grupo é, para nós, dobrada saudade e perene reconhecimento.

Foi Luís Pastor de Macedo, o mais operoso da turma, que obteve luz verde para a primeira reunião na sede da Sociedade de Propaganda de Portugal, ao tempo instalada no Largo do Chiado. Na noite de 18 de Abril de 1936, noite histórica, uma centena de sócios fundadores realizou aí a sua primeira Assembleia Geral, onde se discutiu sem pompa o projecto do estatuto e se elegeram os primeiros corpos gerentes. Enumerá-los-ei *pro memoria*: O Eng.º Vieira da Silva (presidente), Gustavo de Matos Sequeira (vice presidente), Luís Pastor de Macedo (secretário-geral), Dr. Eduardo Neves (tesoureiro) e ainda Norberto de Araújo, Dr. Alberto Mac-Bride, Dr. Eugénio Mac-Bride, Dr. Leitão de Barros e Mário de Sampayo Ribeiro.

O estatuto recebeu aprovação oficial por alvará de 22 de Junho de 1936, e a primeira junta directiva foi homologada por despacho ministerial como prescreviam os mandamentos da época.

Na sede de empréstimo se reuniram os directores nascentes, os quais se votaram, desde logo, a uma actividade febril.

Vale a pena lembrar, entre todos, os traços biográficos de alguns dos mais significativos.

Augusto Vieira da Silva, engenheiro militar, nascido em Lisboa, foi na sua época considerado o nosso primeiro olisipógrafo, já que se iam esvaindo os fumos do mestrado de Júlio de Castilho. Técnico de engenharia competente, sobressaiu nos cálculos de construção em cimento armado de obras

militares e civis. Mas a sua propensão para os estudos de Lisboa cedo lhe grangeou notoriedade. Homem modesto, retraído para demonstrações públicas, mas aberto para os que folheavam o seu saber, deixou um vasto teor de publicações em que sobressaem *A Cerca Moura de Lisboa*, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, *A Judiaria Velha de Lisboa*, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, *A Epigrafia de Olisipo* e tantos outros estudos hoje indispensáveis ao conhecimento da cidade. Foi ele quem gizou o programa do Primeiro Curso de Olisipografia, mais tarde implantado na Faculdade de Letras de Lisboa e regido por outro olisipógrafo ilustre, o Prof. Orlando Ribeiro, que hoje desejaríamos ter aqui entre nós, se não fora o seu precário estado de saúde. A Câmara Municipal de Lisboa, no louvável reconhecimento dos seus méritos, concedeu a Mestre Vieira da Silva a primeira medalha de ouro da cidade. Dele ficou ainda uma notável livraria e uma vasta colecção iconográfica lisboeta que o Município mais tarde recolheu.

Gustavo de Matos Sequeira, primeiro vice-presidente e alguns anos depois presidente do Grupo, era um espírito multimodo. Numa síntese perfeita, Hugo Raposo, que foi nosso tesoureiro, disse dele: «Se neste mundo de Cristo, pode referir-se alguém como polígrafo, Matos Sequeira pode, sem dúvida nenhuma, ser apontado como exemplo daqueles que possuem exuberância mental para se ocuparem, e sempre relevantemente, de trabalhos e actividades de vária ordem, desde o jornalismo ao teatro, da poesia à oratória, da investigação ao comentário, da reconstituição plástica à interpretação histórica, de coleccionador a conselheiro urbanista, de autor a crítico, de artista da pena a inspirador de artistas e, na sua passagem longa pela vida (oitenta anos vividos em acção permanente), exerceu ainda funções públicas e commerciou antiquilhas».

Retrato exemplar este, dum homem que passava grande parte da sua vida a trabalhar num gabinete do Grupo, quer na sede da antiga casa do Marquês de Nisa ao Chiado quer, mais tarde, no primeiro andar do N.º 9 do Largo Trindade Coelho.

A sua produção escrita, em prosa sã e escorreita, ou em verso, é enorme e nenhum lisboeta que se preze deixará de ler os quatro volumes de *Depois do terramoto* ou os três volumes do *Carmo e a Trindade* ou o *Tempo passado*, ou o *Teatro de outros tempos*, para citar apenas os que mais me tocaram. Organizador primoroso de exposições sobre temas olisiponenses a ele se deveu a reconstituição da Lisboa antiga na cerca das Francesinhas.

Foi o erudito mais consultado no seu tempo sobre as coisas de Lisboa. Não esquecerei que, das suas pesquisas, resultou o conhecimento do verdadeiro local onde se iniciou o Estudo Geral de Lisboa, embrião da Universidade,

facto que foi celebrado com a aposição duma lápide na frontaria do Palácio Valadares, ao Carmo.

Razão de sobejo teve a Junta Directiva do Grupo para inaugurar solenemente numa das suas salas, em Maio de 1965, o retrato tríplice que além vêem, pintado a óleo por artista não identificado e oferecido generosamente por Hugo Raposo. Nele se representam os três vultos mais notáveis da olisipografia contemporânea: Vieira da Silva, Júlio de Castilho e Matos Sequeira. Em louvor dos três eruditos desfiou-se, nesse acto, a facúndia dos oradores oficiais, cujo traslado se pode ler na revista «Olisipo».

Menos louvaminhado, mas mais operoso em favor do Grupo foi, sem dúvida, o primeiro secretário-geral, Luís Pastor de Macedo. À conta da sua actividade prodigiosa viveram os «Amigos de Lisboa» uma época de grandes realizações que se iniciaram com a «Evocação do Café Martinho» e a «Noite de Evocação do Leão de Ouro» logo publicadas em edições do Grupo e de há muito esgotadas. Não menos aplaudida foi a sua iniciativa das conferências ao ar livre que ele próprio iniciou com a «Baixa Pombalina» e depois «A Freguesia da Sé», palestras bem recebidas pela população lisboeta que assim tinha ensejo de, sem esforço, conhecer a cidade.

Como vereador do pelouro da cultura do Município lisbonense, Pastor de Macedo deu largas à sua criatividade e saber organizando as festas da cidade de 1934 e 1935 e as comemorações do 8.º centenário da Conquista de Lisboa em 1947. A ele se deve a edição dum sem número de obras inéditas ou reeditadas, hoje indispensáveis em todas as bibliotecas olisiponenses.

Ao cabo de dez anos, deixou voluntariamente o cargo de secretário-geral do Grupo por ter sido nomeado vice-presidente da Câmara, numa atitude firme, para que ficasse preservada a independência do Grupo em face da dita Câmara.

Mas este espírito empreendedor alicerçava as suas realizações em bases de pesquisa metódica, como ainda hoje se pode admirar lendo *O Terramoto de 1755 na Freguesia da Madalena*, *A Igreja de St.ª Maria da Madalena de Lisboa*, *A Rua das Pedras Negras*, *A Baixa Pombalina*, *A Rua das Canastras*, mas sobretudo os cinco volumes da *Lisboa de Lés-a-Lés*, rico caudal de conhecimentos acerca da cidade, recheado com uma lista bibliográfica que o Coronel António Tadeu, inesquecível secretário-geral do Grupo, classificou como a mais completa até hoje publicada.

Finalmente, é meu dever evocar, uma vez mais, Norberto de Araújo, jornalista, escritor e homem de teatro, o grande apaixonado de Lisboa, que a percorreu de fio a pavio e a descreveu como ninguém nas páginas repassadas de emoção das *Peregrinações em Lisboa*, obra há tanto tempo esgotada e da qual é urgente dar à estampa uma nova edição. *O Inventário de Lisboa*

e outras publicações e artigos de jornal completam um vasto rol de títulos dedicados à cidade que tanto amou.

É seguramente a ele que os «Amigos de Lisboa» devem a sua fundação, mercê da persistência com que, pela palavra escrita ou falada, preparou a opinião pública, e da magia com que soube aliciar e aglutinar o punhado de olisipófilos que iniciou esta caminhada.

A evocação dos quatro pioneiros conduz-nos directamente à história natural do Grupo desde os objectivos fixados no Estatuto vigente à acção cultural desenvolvida através dos tempos.

Atribui-nos o Estatuto, preparado com espírito científico mais do que romântico pelo infatigável Pastor de Macedo, quatro tarefas fundamentais, que me permito recordar:

(1) Contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa; (2) defender o património artístico, monumental e documental olisiponense; (3) Criar opinião pública que reforce a acção colectiva do grupo; (4) dar o seu concurso a instituições oficiais e particulares que se ocupem da administração, da defesa e do progresso expansivo de Lisboa.

Ainda que forjado com grandeza porventura irrealista, este catecismo tem pautado, com maior ou menor sucesso, as linhas de acção dos dirigentes do Grupo ao longo dos seus cinquenta anos de vida.

Logo nos primeiros tempos surgiram as visitas de estudo, a primeira das quais ao Castelo de S. Jorge sob a orientação do Eng.º Vieira da Silva, a qual acarretaria mais tarde todo o processo de restauro cujos resultados, com mais ou menos atropelos, hoje admiramos. A esta se foram seguindo muitas centenas que têm esquadrihado todos os locais de interesse da cidade.

Depois vieram as exposições sobre os mais variados temas. De seguida, os ciclos de conferências, entre os quais destacarei os intitulados *A Cor de Lisboa*, *O Pitoresco de Lisboa*, *A Arquitectura de Lisboa*, *A 1.ª Semana dos Amigos de Lisboa* e os Cursos de História de Arte regidos pelo prof. Armando Lucena.

Em Maio de 1955 iniciaram-se os Colóquios Olisiponenses, com muitas dezenas de comunicações variadas.

Multiplicaram-se as conferências na sede do Grupo, fora dele ou ao ar livre, sessões solenes e comemorativas e muitos mais empreendimentos que seria fastidioso enumerar.

Outro passo importante da vida do Grupo foi a publicação do seu boletim «Olisipo», iniciada em 1938 e que já completou 145 números. É inútil encarecer a importância desta revista cultural, recheada de artigos sobre os mais diversos temas e onde o estudioso bem avisado pode colher um manancial de conhecimentos sobre Lisboa. Do seu valor dá-nos testemunho o

Dr. Paulo Caratão Soromenho que, durante tantos anos, após Matos Sequeira, dirigiu a sua feitura e contribuiu com copiosa matéria.

As páginas da revista «Olisipo» reflectem, passo a passo, a história do Grupo «Amigos de Lisboa» e constituem para nós o maior título de glória.

Esta agremiação tem ainda o privilégio de dispor duma biblioteca olisiponense composta por milhares de volumes onde se contam espécies raras, a qual serve todos os leitores do Grupo ou fora dele. Quantas vezes vimos estudantes da Universidade e outros letrados compulsando este acervo para complemento dos seus estudos. É espectáculo que pouco a pouco vai rareando. O valor da bibliografia citadina aqui contido apenas é ultrapassado pelo da biblioteca do Município. Pena é que a escassez das suas estantes já não permita arrumar os volumes existentes, o que reduz a eficiência de acesso a esta excelente colecção.

Por outro lado, um pequeno conjunto museológico de quadros, gravuras e outras peças enriquece o património do Grupo e merece uma visita atenta.

Não tem sido pequena a nossa intervenção no sentido de ajudar, instruir, apreciar ou mesmo criticar acções, situações ou até revoluções que pudessem beneficiar ou agredir a fisionomia e o bem-estar da nossa cidade. Dí-lo o Estatuto e nós procuramos cumprir. Só que nem sempre a nossa voz é escutada com o respeito que merece a autoridade do Grupo.

Em reconhecimento dos méritos desta instituição, a Câmara Municipal de Lisboa concedeu-lhe, em 1956, a sua medalha de ouro e o governo da República premiou-a com o estatuto de «instituição de utilidade pública».

Tem sido preocupação constante de todos os presidentes da Junta Directiva, desde o Engenheiro Vieira da Silva, passando pelo Prof. Reinaldo dos Santos, Prof. Celestino da Costa, Gustavo de Matos Sequeira, Prof. Freitas Simões, Dr. Eduardo Neves e eu próprio, acompanhados por todos os restantes membros directores, procurar instalar o Grupo em sede condigna. Daí a razão das transferências de local, do Chiado para o Largo Trindade Coelho e deste para o palácio da Mitra, onde agora nos encontramos alojados sem encargos, mercê da generosidade da Câmara Municipal. Mas não será ainda a instalação definitiva, já que a Câmara tem, ao que parece, a intenção de destinar o palácio a outros usos, razão suficiente para que as nossas preocupações e diligências estejam longe de abrandar. Contamos que a edilidade, sempre compreensiva, continue a valer-nos na busca da solução adequada e que em breve tenhamos a sede definitiva que o Grupo merece.

É acto de elementar justiça deixar bem expresso que a Câmara Municipal não se detém aqui no seu valimento, porquanto nos atribui anualmente um subsídio importante, razão sobeja para que a Junta Directiva se

confesse muito grata e inscreva constantemente nos seus relatórios anuais um voto de louvor pelas benesses recebidas.

Também a Fundação Gulbenkian, o antigo Ministério da Cultura e outras entidades colectivas ou individuais nos têm valido com esporádicos contributos que não nos cansamos de agradecer.

Com pequenas flutuações, têm-nos acompanhado ao longo dos anos cerca de 900 associados no activo, Subitamente, porém, em 74-75, perdemos à volta de 400, abalados pela instabilidade conjuntural, facto que acarretou sérias dificuldades financeiras que puseram em risco a sobrevivência do Grupo. Pouco a pouco, contudo, fomos recuperando os valores de então e hoje aproximamo-nos dum total de 700 sócios em que vemos renascer o antigo entusiasmo pelos nossos empreendimentos.

Agora que vos dei, em descompassadas palavras, uma breve panorâmica da vida do Grupo durante meio século, cabe perguntar: que perspectivas futuras?

Está fora de questão qualquer desvio, por pequeno que seja, dos objectivos consignados no Estatuto de 1936 e das ideias que nortearam os bem avisados fundadores. É verdade que projectamos já algumas modificações estatutárias de pormenores hoje considerados obsoletos ou quase ridículos. Porém as traves mestras, essas não serão abaladas. A função cultural do Grupo não pode dar lugar a simples actividades lúdicas. Ensinar e aprender sobre Lisboa serão sempre os nobres imperativos que não regeitaremos.

Quisera que o número de sócios crescesse como planta viçosa de molde a ultrapassar o nível que em tempos nos desvanecia.

É certo que a vida actual tem mais diversas solicitações. É certo também que o montante de estudiosos da olisipografia minguou desde o primeiro quartel do século, quando este ramo da ciência atingira o seu ápice. É certo ainda que outras instituições congéneres vão surgindo, bem intencionadas, mas com manifesta dispersão dos poucos investigadores em exercício na hora presente. A extinção do núcleo de estudos olisipográficos na Faculdade de Letras de Lisboa muito contribuiu também para esta falência. Mas a minha fé no culto pelas belezas da urbe e a inabalável crença nos impulsos da mocidade, com quem tantos anos privei, levam-me a acreditar num renovo da olisipografia e do interesse pelas coisas de Lisboa.

Sem dar por isso, o Grupo tem efectuado, nos últimos anos, maior número de visitas de estudo do que nos primórdios da sua existência. Quisera que essas visitas, bem como as conferências e exposições que tanto esforço nos fazem dispendir, ainda que gostosamente, tivessem maior projecção no mundo lisboeta e fossem ao menos tão difundidas pelos órgãos apropriados como o eram nas primeiras décadas da vida do Grupo.

Quisera também que os responsáveis pelas deliberações sobre a cidade em todos os seus aspectos ou as instituições que, de qualquer modo, intervêm na vida e na fisionomia da urbe requeressem de nós pareceres especializados que contribuíssem para as resoluções mais adequadas.

É para tal que dispomos de secções específicas, quase inactivas no momento, que poderiam ser úteis a Lisboa e às suas gentes.

Convicto de que o Grupo «Amigos de Lisboa» ainda tem muito para dar à cidade que tanto amamos, nesta hora de júbilo pela passagem do seu quinquagésimo aniversário, evoco com mal contida emoção e presto a minha homenagem a todos quantos, através dos anos, pelo seu esforço e o seu saber permitiram que ora se cumprisse esta celebração.

para discussão e aprovação dos estatutos do Grupo

Desta vez, porém, não se trata de um grupo de amigos de Lisboa. É uma comissão organizadora de uma exposição que se realizará em Lisboa, e que terá por objectivo a divulgação da cidade. Tal qual a primeira, lançada em 1911, a presente é a primeira que se realizou em Lisboa, e que terá por objectivo a divulgação da cidade.

Mas a tarefa do grupo não foi apenas a de organizar a exposição, e a de fazer com que a cidade fosse conhecida e apreciada. Foi também a de fazer com que a cidade fosse conhecida e apreciada. Foi também a de fazer com que a cidade fosse conhecida e apreciada.

Decidiu ter o grupo um carácter científico e prático. A Comissão Organizadora pretende que deva ter principalmente um carácter científico. É, pensando bem, um projecto de ser antes de mais uma comissão de trabalho, e não de lazer, e de ser antes de mais uma comissão de trabalho, e não de lazer.

Vejam agora se esta ideia agrada-vos. O projecto de trabalho industrial e científico, a organização da vida actual, e rápido crescimento da cidade, a sua transformação da linha urbana actual nos tempos do estatismo ou da remodelação lenta, supressão da administração

... e para tal, por meio de um grupo de trabalho, que se reuniu em 1945, para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.

Com o propósito de estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura, o grupo reuniu-se em 1945, para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.

Após que, no dia 15 de dezembro de 1945, o grupo reuniu-se para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.

Este foi o primeiro encontro do grupo, que se reuniu para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.



... e para tal, por meio de um grupo de trabalho, que se reuniu em 1945, para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.

Com o propósito de estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura, o grupo reuniu-se em 1945, para estudar a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para a realização de pesquisas em História da Arte e da Arquitetura.

Palavras proferidas por Luís Pastor de Macedo na reunião efectuada entre os sócios fundadores para discussão e aprovação dos estatutos do Grupo

Data de há muito a ideia de se formar um grupo de *amigos de Lisboa*. Porém, circunstâncias de momento não permitiram então que ele se constituísse, o que nem por isso tornou a ideia menos valiosa. Tal qual a semente lançada em bom terreno, ela frutificou, tornando assim possível encontrarmos hoje aqui no limiar da vida associativa a favor da nossa Lisboa.

Mas a função do grupo não fora definida. Sentira-se a necessidade da sua existência, mas não se chegara a fixar os seus objectivos. E, assim, depois de eu ter tido ensejo de reavivar a ideia numa ocasião onde muitos e presntantes lisboetas se encontravam reunidos, tomei a liberdade de convidar algumas das pessoas que mais se têm interessado pela vida da cidade, para, enfim, nos decidirmos a formar o grupo. E ficou constituída uma Comissão Organizadora: a que hoje a VV. Ex.^{as} apresenta o projecto dos estatutos dos «Amigos de Lisboa».

Deveria ter o grupo um carácter romântico apenas? A Comissão Organizadora entendeu que deveria ter principalmente um carácter científico.

E, pensando bem, nem poderia deixar de ser assim: no primeiro caso seríamos principalmente amigos de nós próprios; no segundo seremos verdadeiramente amigos da cidade e da sua população.

Vejamos agora se este nosso agrupamento pode ser útil:

O presente século industrial e motorizado, as exigências da vida actual, o rápido crescimento das cidades, a sua transposição da linha urbana calculada nos tempos do estatismo ou da remodelação lenta, surpreendeu as adminis-

trações municipais, desorientou os próprios munícipes que se entretêm a considerar os problemas e os efeitos do urbanismo. Não há dúvida que, até aqui, as modificações da vida moderna têm-se dado sem a necessária ou sequer aproximada previsão e mesmo sem que, para as adaptar a um conjunto de planos delineados, houvesse a preparação precisa. Aliás, como muito bem nota um urbanista americano, os dispositivos sociais e político-económicos estão em regra atrasados em relação ao mundo de acção. Desta observação certíssima e do exposto, salta a necessidade de se enveredar pelo caminho do estudo, objectivando as soluções que a pouco e pouco nos fôr dado prever, por mais arrojadas que elas possam parecer. Podem fazê-lo os organismos oficiais? Com certeza; mas o nosso grupo também o pode fazer, coadjuvando assim esses organismos.

Também desejo apresentar a VV. Ex.^{as} o seguinte ponto, não com o especial propósito de censura, mas como necessidade de verificar um facto: todos temos visto succederem-se as administrações municipais, acontecendo quase sempre que a que vem depois segue uma orientação, quando não oposta, pelo menos diversa da da sua antecessora. Porquê? Simplesmente por razões políticas? Talvez por essas razões muitas vezes assim tivesse sucedido, mas também porque a falta de um corpo de doutrina e de um volume de opinião científica sobre a vida da cidade convida cada um a seguir um critério de ocasião e para o qual concorrem, como não podia deixar de ser, razões baseadas na sua própria maneira de ser.

É verdade que muitas vezes se debatem publicamente assuntos de interesse lisiponense, no louvável intuito de esclarecer a opinião e colaborar na resolução de determinados problemas, mas, sem querer menosprezar essa intenção, teremos de convir que algumas vezes ela é apresentada sem que seja antecedida do estudo necessário, o que, aliás, é mais nocivo ainda que o alheamento puro e simples do assunto. Importa, pois, criar esse volume de opinião científica.

Reparem ainda VV. Ex.^{as}: a vida de uma cidade — dí-lo um professor — pode evolucionar por disposição autocrática ou por assentimento consciente da população. E que tem sucedido em Lisboa? Tem-se dado o primeiro caso, talvez por impossibilidade de fazer-se com que se dê o segundo, e assim, quase todas as disposições municipais são acolhidas com indiferença sem se lhes reconhecer o alcance e a necessidade, isto é, nota-se uma mera obediência em vez duma exacta compreensão, quando não se verifica uma opposição aberta que já tem chegado a fazer perigar a ordem pública. Parece assim tornar-se indispensável a preparação da opinião pública. E como a população usa mais do seu sentimentalismo do que da sua inteligência, ainda

é dominada mais pela emoção do que pela razão, torna-se preciso também que se considere em «todos os problemas, mesmo no campo técnico ou económico, o seu aspecto psicológico», a forma da sua apresentação, a maneira de fazer-se desejar a sua solução consoante o interesse cidadão.

Quanto a mim, está aqui a principal razão da existência do grupo dos «Amigos de Lisboa». Competir-lhe-á esclarecer e educar a população, pôr em confronto a vida de outras cidades, fazer a propaganda dos princípios modernos da administração municipal, dos planos renovadores, preparar os interessados na defesa da sua colectividade contra o interesse descabido de cada um, fazer ressaltar as boas iniciativas para que sejam apoiadas e indicar as más para que sejam combatidas, em conclusão, transformar a «Opinião Pública» em verdadeira «Consciência Pública».

Mas a utilidade do grupo estende-se ainda mais: dia-a-dia, o interesse pela história da cidade avoluma-se, facto verificado não só pelo aumento do número de estudiosos, como pelo aumento do número de leitores que esgotam os trabalhos que vão saindo dos prelos. Como último exemplo, temos a 2.^a edição da «Lisboa Antiga» do inolvidável Mestre. Verifica-se sem esforço a vantagem da existência da nossa secção de «Estudos históricos e de defesa do património olisiponense».

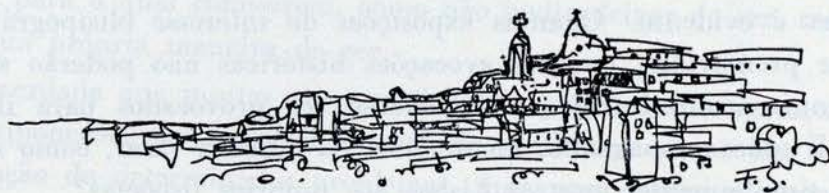
Mas ainda há mais: a utilidade da secção «Movimento cultural e de propaganda» é evidente. Quantas exposições de interesse olisipográfico não poderão ser promovidas, quantas evocações históricas não poderão ser realizadas, quantos acontecimentos não poderão ser provocados para ilustração do Povo? E sobre propaganda, quanto não há ainda a fazer, como seja, por exemplo e simplesmente, mostrar Lisboa aos próprios lisboetas?

Senhor Presidente e
Meus prezados confrades:

Na minha consciência arruma-se hoje esta certeza: o grupo dos «Amigos de Lisboa» pode ter uma acção verdadeiramente útil. Depende apenas da nossa vontade. E para constituir-se nessa utilidade não necessita de arvorar-se em orientador da administração municipal, nem de intrometer-se nos seus serviços. Se pudessemos admitir essa hipótese, VV. Ex.^{as} decerto não estariam aqui, e eu também não. Primeiro, porque muito respeito as prerrogativas municipais, e depois pela circunstância especial de serem hoje administradores da cidade pessoas com quem convivi e trabalhei, que considero e às quais reconheço o bom desejo de servir.

Essa utilidade advirá apenas da nossa fé e da nossa vontade postas ao serviço da iniciativa. Não escondamos, porém, que a vida do grupo está à mercê dos seus primeiros tempos de existência. Mas se nos esforçarmos para que passe e depressa a sua idade vacilante e perigosa, e conseguirmos dar-lhe consistência e um lugar condigno na vida citadina, a nossa Lisboa dos mil encantos, das pitorescas colinas e do magnífico Tejo agradecer-nos-á por intermédio das gerações vindouras, se não nos agradecer em seguida por intermédio das nossas consciências.

Eu por mim tenho fé, tenho mesmo muita fé, e para o bom êxito desta ideia ofereço incondicionalmente o meu préstimo.



Os primeiros 100 "Amigos de Lisboa"

Ao celebrarmos cinquenta anos de existência, é de elementar justiça recordar os que, correspondendo ao apelo da Comissão Organizadora, foram os primeiros a inscrever-se no recém-criado Grupo Amigos de Lisboa.

Aqui deixamos, pois, com a nossa homenagem, os nomes desses pioneiros, que constituíram o núcleo inicial do nosso Grupo.

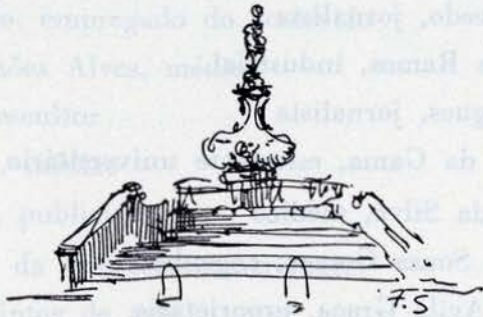
- 1 — Abel Moutinho, jornalista
- 2 — D. Adelina Abranches, artista teatral
- 3 — Alberto Mac-Bride, médico
- 4 — Alfredo Guisado, advogado
- 5 — Álvaro Maia, professor
- 6 — Álvaro da Rocha Cabral, engenheiro
- 7 — Álvaro Simões, engenheiro
- 8 — António de Almeida Belo, engenheiro
- 9 — António Baptista Carvalho, despachante
- 10 — António do Couto, arquitecto
- 11 — António Ferro, jornalista
- 12 — António Maria Pereira, livreiro
- 13 — António Pedro, poeta e pintor
- 14 — António dos Reis Silva Barbosa, médico
- 15 — António Rodrigues Cavalheiro, professor
- 16 — António dos Santos Tavares Macedo, industrial
- 17 — Aprígio Mafra, jornalista
- 18 — Augusto Pinto, jornalista
- 19 — Augusto Pires Celestino da Costa, professor da F. de Medicina
- 20 — Augusto Vieira da Silva, engenheiro

- 21 — Caetano Beirão da Veiga, professor
- 22 — Carlos Santos, engenheiro
- 23 — Diogo Sobral, engenheiro
- 24 — Durval Pires de Lima, professor
- 25 — Eduardo de Faria, publicista
- 26 — Eduardo José Ribeiro Rosa, comerciante
- 27 — Eduardo Neves, médico
- 28 — Erico Braga, actor e empresário
- 29 — Eugénio Mac-Bride, médico
- 30 — Fernanda G. G. Faria de Carvalho
- 31 — Fernando Rosa de Oliveira, bancário
- 32 — D. Francisco de Assis de Almeida de Mendia, engenheiro
- 33 — Francisco Valença, caricaturista
- 34 — Frederico Gavazzo Perry Vidal, advogado
- 35 — Gustavo de Matos Sequeira, publicista
- 36 — Henrique Adler, comerciante
- 37 — Henrique de C. Ferreira Lima, oficial do Exército
- 39 — Henrique Gomes da Silva, engenheiro
- 40 — Hugo Raposo, comerciante
- 41 — Jaime Alberto Lima
- 42 — Jesuíno Ganhado, empregado do comércio
- 43 — João Carlos Simões Alves, médico
- 45 — João da Silva, escultor
- 46 — Joaquim Fontes, médico
- 47 — Joaquim Leitão, publicista
- 49 — Joaquim Roque da Fonseca, comerciante
- 50 — Jorge Colaço, pintor de arte
- 51 — José Araújo Correia, engenheiro
- 52 — José Artur Barcia, proprietário
- 53 — José de Ataíde, funcionário público
- 54 — José Augusto dos Santos, jornalista
- 55 — José Fernando de Sousa, engenheiro
- 57 — José Pereira Coelho, oficial do Exército
- 58 — José Xavier Velasco C. Soares, proprietário

- 60 — Leitão de Barros, realizador cinematográfico
- 61 — Levy Marques da Costa, advogado
- 62 — Luís Pastor de Macedo, comerciante
- 63 — Luís Teixeira, jornalista
- 64 — Manuel Chaves Caminha, comerciante
- 65 — Manuel Hermenegildo Lourinho, médico
- 67 — Manuel Vaz Ferreira de Andrade, funcionário municipal
- 68 — Mário Barros, jornalista
- 69 — Mário de Sampaio Ribeiro, publicista
- 71 — Maurício de Oliveira, jornalista
- 72 — Miguel Trancoso, proprietário
- 73 — Norberto de Araújo, jornalista
- 74 — Paulino Montez, arquitecto
- 75 — Pedro Bordalo Pinheiro, jornalista
- 76 — Quirino da Fonseca, oficial da Marinha de Guerra
- 77 — Raquel Roque Gameiro Ottolini, escritora
- 78 — Raymundo Sérgio de Quintanilha Mendonça, funcionário público
- 79 — Renato da Silva Graça, desenhador
- 80 — Rocha Martins, publicista
- 81 — Rogério de Figueiroa Rego, empregado de escritório
- 82 — Rollin de Macedo, jornalista
- 84 — Teodoro Lopes Ramos, industrial
- 85 — Urbano Rodrigues, jornalista
- 86 — Jorge Pereira da Gama, estudante universitário
- 87 — Carlos Artur da Silva, médico
- 88 — José Perry de Sousa Gomes, engenheiro
- 89 — Jorge Lobo d'Avila Graça, proprietário
- 90 — Francisco Velloso, advogado e jornalista
- 91 — António Monteiro da Costa, médico veterinário
- 92 — Armando Boaventura, jornalista
- 93 — Arnaldo Henriques de Oliveira, livreiro
- 94 — Hermano Martins Areias, industrial
- 95 — Fernando de Freitas Simões, médico
- 96 — Eduardo Schwalbach, jornalista

- 97 — João Baptista Mendes, funcionário público
- 98 — Ricardo Pinto da Costa Leite (Conde Lumbrales), engenheiro
- 99 — José Saraiva, professor de liceu
- 100 — Marques Braga, professor de liceu

Nota — Por, infelizmente, se terem extraviado as propostas dos Sócios n.ºs 38, 44, 48, 56, 59, 66, 70 e 83, não podemos incluir so seus nomes nesta relação.



Recordando o nosso Amigo Cor. ANTÓNIO LUÍS TADEU



Conheci tardiamente o coronel de artilharia António Luís Tadeu. Demasiado tardiamente quando recorro a inesperada facilidade com que, quase sem dar por isso, me encontrei a trabalhar com ele numa colaboração de camaradas de longa data, sem qualquer acordo prévio nem plano de acção preparado. É bem possível que as nossas formas de pensar diferissem em vários pontos. Creio que nenhum de nós perdeu tempo a reflectir sobre este aspecto. Fosse como fosse, não me ocorre qualquer divergência na formulação dos nossos estudos e projectos que não se tivesse resolvido sem esforço.

António Luís Tadeu entrara para os «Amigos de Lisboa» nos anos gloriosos da ascensão vertiginosa do Grupo, precisamente no terceiro ano — 1939 — em que foi ultrapassada a meta dos 1000 sócios; e teve o número 941. Vinha pela mão de Augusto Vieira da Silva, engenheiro e militar, a quem, sem desprimor mesmo para o grande Júlio de Castilho, pai da Olisipografia, podemos considerar o fundador do que pode chamar-se a Olisipografia Científica. Era alferes de Artilharia desde 1936, após ter terminado o seu curso na, então, Escola de Guerra, e tirocinado em Vendas Novas. Os seus interesses juvenis repartiam-se, entre o entusiasmo desportivo que, ainda aluno do Colégio Militar, lhe permitira ganhar duas taças em competições de esgrima, o pendor para as ciências exactas, reforçado certamente na preparação teórica da sua especialidade profissional, e a curiosidade que o levava a explorar, tenaz e cuidadosamente, variados campos da cultura intelectual e artística.

Tanto quanto pude aperceber-me no nosso curto contacto de poucos anos, o Cor. Tadeu soubera tirar o melhor partido, não só do seu relacionamento com as pessoas certas para o orientarem nas várias direcções que o solicitavam, mas também de situações particulares a que a sua carreira profissional o conduziu ao longo da vida.

Por exemplo, no campo desportivo, foi o conhecimento pessoal com dois praticantes famosos, Oliveira Martins e Abrantes Mendes, que o levou a inscrever-se como sócio do Sporting Club de Portugal, onde tinha o número 4555. E, se na forma medida de exteriorizar os seus entusiasmos alguma vez lhe vislumbrei, nos olhos, um lampejo de orgulho, foi ao falar do seu clube.

Foi o seu contacto com o prof. Almeida Lucas, na Faculdade de Ciências, o que lhe despertou o interesse pelos ex-libris, onde veio a distinguir-se com profundo conhecimento e uma importante colecção; como fora o conhecimento com o filatelista Eládio dos Santos o que o ajudara a valorizar a sua colecção de selos, encetada na idade de 11 anos.

Colocado, jovem alferes, no regimento de Artilharia Ligeira n.º 4, de Leiria, vai encontrar na Cidade do Lis um ambiente cultural excepcionalmente interessante. Promovido a tenente em 1938, casa com D. Aécia Raquel Névoa Tadeu e em Leiria se conserva até 1968, com um intervalo de três anos, 1942-1945, preenchido na Índia, em missão de soberania. Este largo período de tempo será particularmente fecundo na formação humanística de António Luís Tadeu, uma vez que lhe irá permitir exercitar as notáveis e multímodas aptidões, na satisfação das suas naturais tendências e em benefício da sociedade. Assim, vamos encontrá-lo interessado nas actividades de instituições como a Sociedade do Teatro D. Maria Pia, o Grupo de Teatro Miguel Leitão e o Orfeão de Leiria, cuja fama ainda hoje perdura. E também, noutra direcção, nas do Sporting Clube Lusitânia de que foi sócio fundador. Promovia conferências sobre temas variados, bem como exposições, para o que reunia propícias qualidades de método e rigor e onde as suas colecções pessoais, quer se tratasse de ex-libris, quer se tratasse de selos ou de caixas de fósforos, se distinguiam pelo critério do coleccionador consciente e culto.

Atento a todas as formas da Arte, interessou-se, muito em especial, pela imaginária religiosa, o que lhe permitiu um juízo crítico notável, de que, mais tarde, deu provas, nas visitas que os «Amigos de Lisboa» realizavam aos monumentos religiosos.

Em Leiria, António Luís Tadeu criou relações e amizades do maior interesse em vários campos. Musicólogos como D. José Pais de Almeida e Silva, pintores como José Contente, arquitectos como Ernesto Korrodi, Filho,

escultores como Soares Branco, contam-se nesse número; e, embora mais ocasionalmente, contacta um Almada Negreiros ou um Miguel Torga. Soares Branco e Narciso Costa, por exemplo, levam-no a ensaiar, com êxito, a gravura, em benefício dos seus interesses de ex-librista.

Também em Goa, o Cor. Tadeu não perde tempo: com o pintor Nuno Sampayo, vai pôr de pé a 1.^a Exposição de Encadernação Portuguesa. E, de novo em Leiria, já então no comando do seu regimento de sempre, consegue ainda disposição e gosto para organizar a 1.^a Exposição de Temática Mariana, que o Papa Paulo VI inaugurará.

Aliás, é do conhecimento de todos nós, «Amigos de Lisboa» o interesse das exposições a que, no âmbito da nossa Associação, deu corpo ou colaboração preciosa.

Fora ainda nos seus verdes anos, como se disse atrás, que António Luís Tadeu, ao acaso das suas deambulações pelo alfarrabistas, de acordo com outro dos seus interesses culturais — a Bibliofilia — travara conhecimento com mestre Vieira da Silva. Desse encontro providencial deve ter beneficiado a formação da escolhida biblioteca olisiponiana de Tadeu, cuja leitura reflectida e assídua era um dos alicerces do seu entendimento da Cidade.

Aliás ao abordar com natural segurança assuntos da mais diversa índole, António Luís Tadeu revelou a sua verdadeira condição de estudioso. Era, com efeito, um estudioso e era um erudito; e, por isso, foi tão proveitosa, para mim, a nossa curta relação e atrevo-me a pensar que, também em alguma medida, para o nosso Grupo. Disponha de imaginação tranquila mas fecunda, que lhe permitia, se alguma dificuldade imprevista se nos deparava nos projectos para os programas culturais dos «Amigos de Lisboa», por exemplo formular duas ou três hipóteses de substituição, com o mesmo ou maior interesse. E, com igual simplicidade, era capaz de aparecer, no dia seguinte, com os textos elaborados desenvolvidamente. E, perante o meu indiferecível espanto, como quem se desculpa, adiantava: *foi feito ao correr da pena, leia, emende o que entender, e, se vir que não interessa, deite fora*. E isto, com a maior naturalidade, com a serena modéstia do sage, que na verdade era.

por M. ATAYDE

Também em São Paulo, há um bairro antigo, conhecido como o bairro da Vila Rica, que também possui um beco muito interessante. Este beco, conhecido como o beco das Olarias, é um dos mais antigos e mais pitorescos da cidade. Ele é formado por um conjunto de pequenas casas de tijolo, com telhados de barro e paredes de pedra. O beco é muito estreito e tem um chão de terra batida. É um lugar muito charmoso e cheio de história.



Foi a um dos mais antigos bairros da Vila Rica, conhecido como o bairro da Vila Rica, que também possui um beco muito interessante. Este beco, conhecido como o beco das Olarias, é um dos mais antigos e mais pitorescos da cidade. Ele é formado por um conjunto de pequenas casas de tijolo, com telhados de barro e paredes de pedra. O beco é muito estreito e tem um chão de terra batida. É um lugar muito charmoso e cheio de história.

Antes de tudo, é importante lembrar que o beco das Olarias é um dos mais antigos e mais pitorescos da cidade. Ele é formado por um conjunto de pequenas casas de tijolo, com telhados de barro e paredes de pedra. O beco é muito estreito e tem um chão de terra batida. É um lugar muito charmoso e cheio de história.

Em Vila Rica, Antônio Lino Tavares criou o bairro da Vila Rica e também possui um beco muito interessante. Este beco, conhecido como o beco das Olarias, é um dos mais antigos e mais pitorescos da cidade. Ele é formado por um conjunto de pequenas casas de tijolo, com telhados de barro e paredes de pedra. O beco é muito estreito e tem um chão de terra batida. É um lugar muito charmoso e cheio de história.

Dr. Paulo Caratão Soromenho



Com o desaparecimento do Dr. Paulo Caratão Soromenho perderam os «Amigos de Lisboa» um dos seus mais firmes esteios. Inscrito no nosso Grupo com o n.º 489, em 7 de Junho de 1938, desempenhou desde então vários cargos directivos, inclusivamente os de vice-presidente e presidente da Assembleia Geral, e teve a seu cargo a organização, redacção e revisão do boletim «Olisipo» em cujas páginas deixou vasta e variada colaboração. Suceder-lhe no desempenho destas últimas tarefas, que tanto interessam à divulgação das actividades do Grupo e dos estudos olisiponenses, sendo para mim uma honra é também um pesado fardo, porque não é um qualquer que sabe amar Lisboa como ele, nascido e residente toda a vida em Alfama, a amou; porque não é fácil possuir-se os seus conhecimentos nos mais diversos campos do saber, como aos da arqueologia, da etnografia, da pedagogia, das literaturas erudita e popular, da linguística; e porque, sobretudo, não são dons comuns uma alma generosa como ele a tinha e uma decidida vocação para o associativismo.

Nascido em 16 de Novembro de 1912, Paulo Gustavo Caratão Soromenho cursou o Liceu de Gil Vicente e licenciou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras de Lisboa. Exerceu durante mais de quarenta anos o magistério em estabelecimentos particulares de ensino liceal e técnico (de alguns deles foi co-proprietário) e no Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Foi relator de Cursos de Férias da Faculdade de Letras de Lisboa para a Imprensa e Investigador da mesma Faculdade (Secção de Antropologia Cultural do Centro de Estudos Geográficos, onde

colaborou com cerca de 3000 textos entre 1973 e 1980); bolseiro da Testamentaria do Dr. Leite de Vasconcelos, cuja obra continuou; investigador de Antropologia Cultural do Instituto Nacional de Investigação Científica; membro da Comissão Organizadora da 1.^a Conferência Nacional do Ensino Superior; membro de diversas instituições profissionais e culturais e colaborador de jornais e revistas, tendo publicado entre 1930 e 1977 cerca de 1200 notas, artigos e estudos em sessenta publicações periódicas, isto sem falar da sua bibliografia, que inclui algumas dezenas de títulos abrangendo uma gama variada de temas.

Participou em congressos e colóquios com intervenções escritas e orais, designadamente no XXIV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências e no I Congresso Nacional do Ensino Técnico (1958), no Colóquio Pedagógico dos Professores de Línguas Vivas (1961) e no Colóquio sobre Literatura Popular e Infantil Portuguesa e Norte-Americana (1972).

Viajou por diversos países da Europa Ocidental, do Norte de África e da América do Sul, e foi tradutor de espanhol, francês e inglês.

Este bom, dedicado e culto «Amigo de Lisboa», deixando-nos em 14 de Janeiro de 1985, abriu entre nós uma vaga, que não se vislumbra ainda quem a possa condignamente preencher. Entretanto, e porque é preciso dar continuidade ao trabalho iniciado por Matos Sequeira e prosseguido por Caratão Soromenho na elaboração deste nosso boletim, procurei no volume anterior e procuro neste (e não sei se em mais algum ainda terei de o fazer), dar o meu modesto contributo para que a cultura olisiponense e a cultura portuguesa não fiquem privadas de tão útil instrumento de divulgação e de trabalho como é «Olisipo». Faço-o, porém, ciente das minhas limitações e aproveitando para prestar aqui homenagem aos que me antecederam neste encargo: a Gustavo de Matos Sequeira, que tanto admiro e não conheci, e a Paulo Caratão Soromenho, que também muito admiro e que esse, sim, conheci.

EDUARDO SUCENA

Lisboa e o Tejo

(Fragmento de um livro em preparação
sobre Lisboa)

por ORLANDO RIBEIRO

Inseparável da vida de Lisboa, o Tejo, o *mar* como diz o povo, avista-se dos andares e pontos altos e está intimamente ligado ao seu destino urbano.

O «ESTUÁRIO»

A designação corrente, embora imprópria, de «estuário» aplica-se desde o fim do curso vestibular do rio até ao estrangulamento por onde uma espécie de golfo marinho se abre ao oceano. Na verdade, podem distinguir-se três partes, de montante a jusante:

1) A área de *mouchões*, ilhas aluviais separadas da margem pelo curso principal e por braços secundários, em parte prolongadas por sapais, salgados e alagadiços, em parte defendidas por *motas* tanto das cheias como das marés vivas —, que constituem dos melhores terrenos de cultura do país.

2) O alargamento do «estuário», a que melhor se chamaria *golfo* de Lisboa, de contorno simples do lado da cidade e ramificado na margem sul, por esteiros e sapais; a designação de «Mar da Palha», que os autores estrangeiros generalizaram indevidamente ao conjunto, e que hoje parece ter-se perdido, aplicou-se apenas ao remanso onde as correntes de maré menos se fazem sentir e, por isso, conserva grandes manchas de detritos flutuantes.

3) O *gargalo* ou corredor terminal, entre margens alcantiladas, contínuas na Outra Banda e interrompidas, do lado de Lisboa, por valeiros e praias. Uma restinga instável (severamente atacada pelo mar nos últimos

anos) corre de sul para norte, como todas as flechas do litoral ocidental português. Trafaria, nome de povoação sita na sua raiz, é um topónimo híbrido onde entra o elemento árabe — *cabo* — e românico — *areia*, certamente aplicado primeiro ao promontório arenoso.

As dimensões do «estuário» fazem dele o acidente mais vasto do litoral português e um dos mais importantes nos contornos da Península Ibérica. As rias galegas e a baía de Cádiz são os que, na costa atlântica, se lhe podem comparar.

Com 240 km² tem uma área cerca de três vezes superior à da cidade, nos seus limites administrativos; a sua largura máxima alcança 13 km, em frente de Sacavém; entre o Beato e Montijo um primeiro estrangulamento reduz-la a menos de metade, 5,6 km; a mínima nota-se em frente da Torre de Belém, 1,7 km.

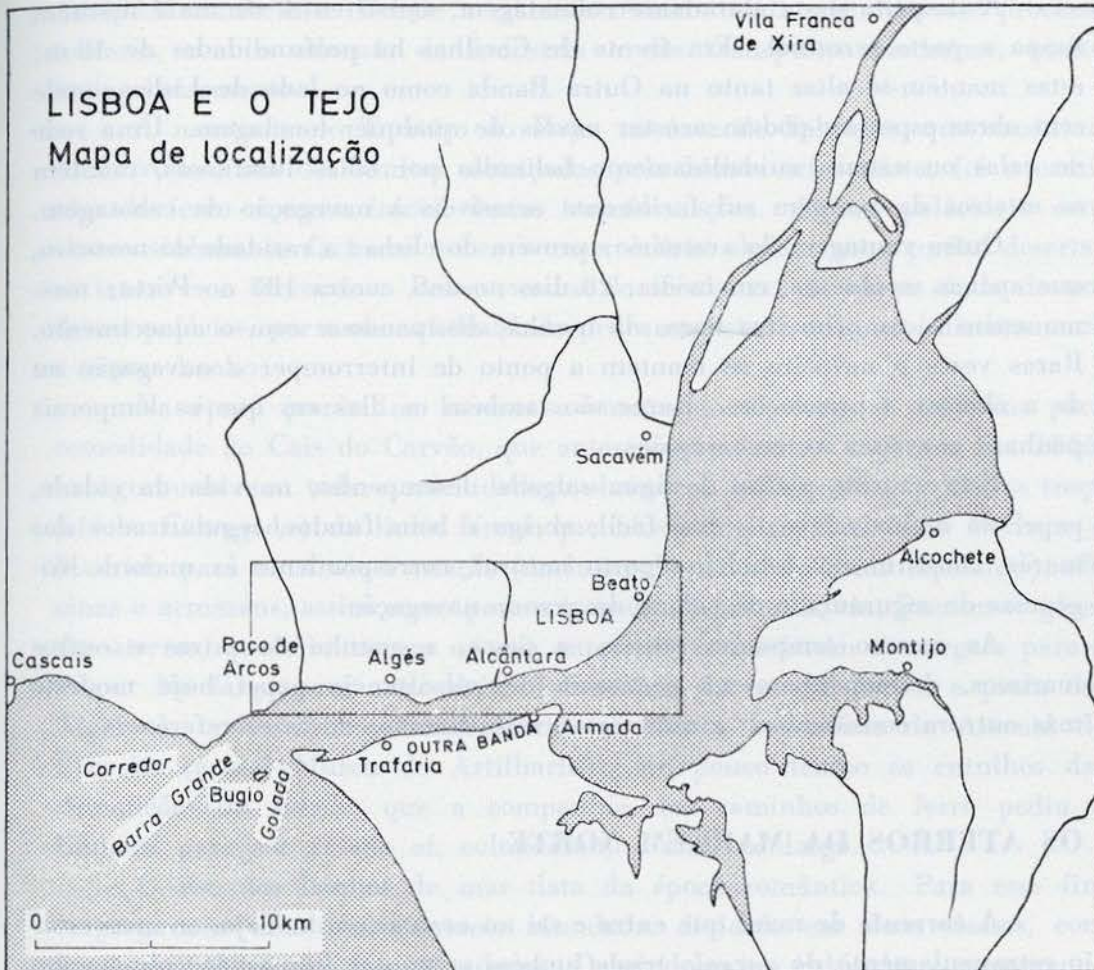
A entrada do *gargalo* faz-se por três canais: a Barra Grande que mantém uma largura de 1800 m com fundos superiores a 12 m, é a principal e o mais amplo acesso da navegação; o Corredor ou Canal do Sul e a *golada* do Bugio, pouco importante, entre a ilha de areia onde está o farol mais potente e a extremidade da restinga da Trafaria.

A maré propaga-se numa onda com a velocidade de 35 metros por segundo entre Paço de Arcos e o Arsenal, a apenas de 5 metros entre Vila Franca e Azambuja; sobe o rio durante cerca de 80 km até Porto de Muge; 86 p. 100 do volume da corrente de maré são retidos a montante de Cacilhas-Cais do Sodré. A profundidade, diminuta pela intensa sedimentação de este vasto plano de água e as irregularidades do leito a montante do delta, restringem a propagação da maré, que nos rios franceses do Atlântico, por exemplo, se faz sentir até 150 km da foz. A amplitude da maré é, em média, de 2,60 m, com máximos que ultrapassam 4 m; menores no mar largo (Cascais, 3,70 m), mais elevados desde Belém a Alcochete (4,30 - 4,50 m), diminuem na maior largura do «estuário» (3,70 m em Sacavém), para aumentarem de novo na parte vestibular do rio (4 m em Vila Franca); em Benavente já se observam máximos reduzidos (1,40 m).

A sedimentação é cerca de sete vezes mais elevada na água salgada do que na água doce: por isso o delta do Tejo aumenta rapidamente, depositando-se por dia umas 30 toneladas de areias e lodos arrastados pela corrente do rio e de lamas de esgotos provenientes da cidade e das povoações do «estuário». A matéria floculada é assim considerável e a ela se devem as manchas acinzentadas ou amareladas que mais ou menos se observam em todas as épocas do ano; no tempo das cheias, consecutivas a grandes enxurradas, as águas tornam-se lodosas e amarelas, por causa das argilas finas que o rio transporta em grande abundância desde o seu curso no centro da Penín-

LISBOA E O TEJO

Mapa de localização



- 1 Rocha do Conde de Óbidos
- 2 Palácio do Marquês de Abrantes (Embaixada de França)
- 3 Alto de Santa Catarina
- 4 Terreiro do Paço
- 5 Arsenal (Museu de Artilharia)
- 6 Santa Apolónia

Extensão actual da cidade

des. António de

sula até ao Ribatejo, e assim se podem ainda ver em frente de Lisboa, batidas pela ventania que, no geral, acompanha as depressões chuvosas.

A despeito desta abundante colmatagem, as correntes de maré mantêm limpa a parte terminal. Em frente de Cacilhas há profundidades de 48 m; estas mantêm-se altas tanto na Outra Banda como no lado de Lisboa, onde sem obras especiais podem acostar navios de qualquer tonelagem. Uma rede de calas ou canais, cuidadosamente balizadas por bóias luminosas, mantêm os esteiros da margem sul facilmente acessíveis à navegação de cabotagem.

Outra vantagem do «estuário» provém do clima: a raridade do nevoeiro, que apenas se observa, em média, 28 dias no ano, contra 187 no Porto; mesmo assim só às primeiras horas da manhã, dissipando-se com o aquecimento. Raras vezes o nevoeiro se mantêm a ponto de interromper a navegação ou de a obrigar a precauções. Raros são também os dias em que os temporais ponham em risco as embarcações.

Este enorme plaino de água salgada desempenha, na vida da cidade, papel do maior relevo: acesso fácil, abrigo e bons fundos, regularizador das marés, constitui um excelente porto natural, correspondente às maiores exigências de segurança e de calado da grande navegação.

As mesmo tempo as salinas, a pesca, a apanha de ostras e outros mariscos, desempenham na economia de subsistência papel hoje modesto mas outrora considerável, a que várias vezes teremos de fazer referência.

OS ATERROS DA MARGEM NORTE

A corrente de maré que entra e sai no «estuário» do Tejo, ao atravessar o estrangulamento do *gargalo* tende ambém a manter limpas de colmatagem as suas paredes. Talhadas principalmente no conjunto das bancadas miocénicas, suavemente inclinadas para o sul, dão, como é próprio desta estrutura, escarpas mais vigorosas do lado contrário a esse pendor. Daí o *degrau* da Outra Banda a que desabamentos e abrasão mantêm o talhe em arriba. Do lado de Lisboa, a descida ou se faz em ladeira, conforme com o pendor das camadas, ou em escarpa vigorosa, embora de pouca altura. O Alto de Santa Catarina, a Rocha do Conde de Óbidos, conservam ainda a sugestão da forma e do nome. A maior parte destes alcantis despenhava-se para praias muito estreitas ou directamente para as águas e por isso as ruas e caminhos para ceste corriam, com se viu, pelos vales do interior.

A margem actual foi ganha ao Tejo por aterros feitos à custa de entulho e de colmatagem provocada por obstáculos — edifícios ou espigões — implantados à borda da água. A cidade encontrou assim, dentro da própria área,

maneira de se expandir, alterando-se completamente o traçado da margem do Tejo. Evocaram-se noutro passo o alargamento e regularização da *ribeira* na época manuelina. Graças a recursos técnicos mais potentes, esse processo tomaria, com o advento da indústria e dos transportes modernos, muito maior incremento.

A montante do Terreiro do Paço, na área de Xabregas, que constitui, como vimos, um dos limites alcançados pela Lisboa seiscentista, foi o caminho de ferro a causa inicial destas transformações. Alguns palácios e conventos tinham as fachadas sobre o mar, outros abriam para praias desertas as traseiras e serventias. Pelos meados do século XIX descia-se ainda de um desses palácios, por uma escadinha de pedra encostada ao muro, directamente a tomar banho.

Na época pombalina haviam-se construído aí docas e armazéns para comodidade do Cais do Carvão, que antes ocupara outros lugares. Em 1856, inaugurou-se com toda a solenidade e abriu-se à exploração o primeiro troço (até ao Carregado) da linha férrea que havia de ligar Lisboa ao Porto, e a Madrid; para construir a estação (no lugar da actual de Santa Apolónia), oficinas e armazéns, assim como para o traçado de parte da via, fizeram-se grandes aterros, que eliminaram os cais anteriores e desviaram a margem para o largo. No largo para onde deita a frontaria da estação ficava a praia dos Algarves, onde vinham tomar banho os alunos aprendizes do Arsenal do Exército (actual Museu de Artilharia); em pouco tempo os entulhos das demolições da cidade, que a companhia dos caminhos de ferro pediu à Câmara para ser vasado aí, colmataram o sítio do largo.

O uso dos banhos de mar data da época romântica. Para esse fim empregava-se uma barcaça meio afundada, dividida em duas classes, conforme as pessoas dos frequentadores. Despindo-se em cubículos e envergando um fato diferente mas que igualmente cobria todo o corpo, mergulhavam os banhistas, com auxílio de cordas, nessas águas sujas e meio represadas. Como praias utilizavam-se as da própria cidade: a de Santos, a dos Algarves ou, *fora de portas*, a de Pedrouços, onde se procurou instalar uma escola de ginástica e natação. Essa praia, como ainda hoje as de Algés ou Cruz Quebrada, serviu as necessidades dos lisboetas de poucas posses até há umas dezenas de anos.

Há muito que se intentava também alargar a margem do Tejo a jusante do Terreiro do Paço. No fim do primeiro quartel do século XIX ainda o mar batia nos muros do palácio do Marquês de Abrantes (jardins da Embaixada de França) e só nos meados desse século na praia de Santos começam a erguer-se as primeiras construções. O primeiro projecto de regularização da margem data do tempo de D. João V, o seguinte do de Pombal; este com-

preendia um passeio marginal, que nunca chegou a executar-se; um viajante estrangeiro descreve como mediócras e irregulares os edifícios à beira do Tejo. Só um século depois, precedidas pela iniciativa particular, se deu início às obras do Aterro (1858).

As praias do sítio chamado da Boa Vista tinham-se convertido num vasadouro de imundícies e num foco de infecções, para o qual se chamou a atenção depois das epidemias de cólera e febre amarela de 1854 e 1855. As «febres do aterro» eram endémicas nessa área. Cada um procurava, como podia, ganhar um pedaço de terreno, chegando-se a emalhar navios para aumentar a irregularidade da margem e promover a deposição de lodos. Em 1852 levantou-se uma planta geral da Boa Vista, em 1858 deu-se início às obras, começando-se o aterro entre S. Paulo e Santos. Os que indevidamente se haviam apossado dos terrenos marginaes disputam a sua posse; em frente do cais emalham-se navios para servirem de depósitos de madeira; proprietários estrangeiros chegam a arvorar as suas bandeiras, como em terreno conquistado, para impedir as obras. Depois dum afrouxamento motivado por estas resistências, a obra prossegue.

Em 1867 o Aterro está concluído de Santos ao Arsenal, em 1882 constrói-se a escadaria da Rocha do Conde de Óbidos, em 1887 o rei D. Luís lança às águas do Tejo a primeira pedra do cais do porto. Mais de vinte projectos deram sugestões ou directrizes para esta obra. Com ela surgiram um bairro marginal, as oficinas e armazéns ligados à vida do porto, indústrias que por mar recebiam matérias primas e escoavam produtos e uma ligação fácil do centro de Lisboa com os bairros e subúrbios que se desenvolvem para oeste — um dos grandes e persistentes tentáculos da cidade em expansão.

Alguns aspectos de Lisboa em 1839

por FERNANDO CASTELO-BRANCO

A obra foi publicada em Londres, no ano de 1841. Seus autores, Joseph e Henry Bullar. Título: *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*. Mais de um século decorrido e depois de algumas traduções parciais, foi publicada na íntegra em tradução portuguesa, sob o título *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*. A tradução deve-se a João Hickling Anglin¹, cuja obra e cuja acção nos domínios da cultura não têm sido devidamente recordados e valorizados.

O título do livro, quer no original inglês, quer na versão portuguesa, indica-nos tratar-se de uma obra sobre os Açores e aparentemente mais nada. Simplesmente, na parte final encontramos uma interessante, embora breve, referência a Lisboa. Mas dado o título, esse testemunho tem, ao que supomos, permanecido inaproveitado pela olisipografia. Não figurou entre as numerosas obras e estudos respeitantes a Lisboa constantes da Exposição Olisiponense² organizada em 1948 pela Biblioteca Nacional de Lisboa, que possui a edição inglesa³.

Mas antes de referirmos as suas apreciações sobre Lisboa, digamos alguma coisa sobre os autores.

O Dr. Joseph Bullar, diz Armando Cortes-Rodrigues no prólogo da tradução portuguesa, nasceu em 21 de Julho de 1808 em Southampton, onde

¹ Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, prólogo de Armando Côrtes Rodrigues.

² Biblioteca Nacional *Exposição Olisiponense*, Catálogo, Lisboa, 1948.

³ Edição em dois volumes, publicada em Londres no ano de 1841, cuja cota é HG 18803-4 V.

faleceu em 1869. Nessa cidade decorreu, aliás, quase toda a sua existência. Formado em medicina, é ao seu exercício que dedica quase toda a sua actividade, tendo além disso publicado diversos estudos nesse mesmo domínio. Seu irmão Henry, no parecer de Cortes-Rodrigues, terá tido possivelmente uma reduzida, se não nula, participação na obra, ainda que surja assinada por ambos.

Não é muito desenvolvido o testemunho contido na obra sobre Lisboa, onde seus autores tiveram uma brevíssima permanência em 1839. Tendo chegado em 3 de Agosto, a 6 abalaram para Sintra. No dia 7 estiveram em Mafra e a 10 já se encontravam de novo em Lisboa; a 12, verificou-se a partida para Inglaterra⁴. Mas nem por isso deixam de ser curiosas e dignas de se recordarem e divulgarem as suas reacções à cidade e aos seus habitantes.

A primeira impressão ainda antes de desembarcarem foi favorável, perante o agradável clima que encontraram: «Passada uma hora, trocávamos o interminável balanço do mar agitado pela placidez da água do estuário do Tejo. O vento soprava de terra, sendo muito notável a mudança de temperatura, de húmido vento nordeste para uma brisa seca e amena. Numa hora experimentámos o tempo de março e o de agosto»⁵.

Igualmente lhes agradou o aspecto geral da cidade observado desse estuário: «Lisboa, edificada como está na encosta de um monte, tem o aspecto nobre de cidade que lhe dão as amplas massas de edificios brancos, que em linhas compridas e ousadas se estendem a partir da beira d'água até ao cume da colina. Como todas as construções são de pedra clara ou calcárea, livres do fumo e sem estragos do tempo, toda a cidade, neste céu sem núvens, parece de edificação recente».

A visão das ruas de Lisboa numa primeira impressão foi aprazível: «Eram bem calçadas as principais ruas por onde passámos, estando os passeios protegidos do leito da rua por grossos postes de pedra. Apresentam-se muito limpas, bem varridas e com bons esgotos e sem cães, coisas que não sucediam ainda há poucos anos».

Mas Joseph Bullar muda de parecer quando passou por artérias pouco cuidadas: «Agora compreendo como teria sido Lisboa nos tempos áureos de maior imundície, pois os cheiros que nos acolheram foram suficientemente

⁴ *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, págs. 367, 376, 379 e 393.

⁵ Todas as transcrições da obra dos Buller são tiradas da tradução portuguesa indicada na nota 1, devida a João Hickling Angelin.

convincentes. Dizem-me que esta desagradável particularidade será em breve removida por lei, que obrigará os habitantes a construírem somidouros apropriados, em todos os pontos da cidade».

Na sua opinião, a população lisboeta terá beneficiado muito pelo contacto com os ingleses, parecer que, obviamente, deve ser acolhido com reservas:

*«Por cabana e palácio a mesma porcaria
Onde nobre e plebeu vem ao mundo e se cria;
De ter limpa a casaca e também a camisa
Ninguém se preocupa e de água não precisa;
Nem que as pragas do Egito em cima lhes tombassem
Fariam com que enfim ao menos se lavassem.*

Desde que este misantropo⁶ *desconsolado vagueou* pelas ruas de Lisboa, desabafando com mau humor e azedume, muitas verdades, entraram os *trigueiros cidadãos* em mais íntimo contacto com os seus velhos aliados, cujos hábitos de limpeza têm procurado imitar. De facto, os homens mais bem vestidos fazem tão larga ostentação de brancas camisas engomadas que até parece que tais janotas têm o propósito firme de lavar o ferrete com que os marcou o poeta».

E assinala igualmente uma forte influência inglesa no vestuário dos lisboetas do sexo masculino e das classes elevadas: «Com excepção dos indivíduos das classes pobres, toda a gente usa vestuário copiado dos ingleses. Em cada semana traz o vapor para cá os disparates da moda, que os homens, dotados de muito mau gosto, ainda mais exageram».

Considerou-os nas suas fisionomias bastante diferentes dos açorianos: «Pouca semelhança existe entre as fisionomias dos portugueses do Continente e as dos habitantes dos Açores. Têm uns e outros cabelo preto e feições triqueiras, com a mesma largura entre os olhos e considerável desenvolvimento da parte inferior do rosto. Mas aqui não tenho encontrado os olhos grandes e negros, meigos, porém cheios de vivacidade, que constituem o principal encanto do rosto dos ilhéus».

Referem-se igualmente, os autores desta obra, «às camponesas que trazem botas altas, grossas, largas e pesadas, que lhes tornam o andar desajeitado».

Estas camponesas são evidentemente as saloias, que, como se sabe, vinham desde os arredores, em grande número, até Lisboa, para venderem especial-

⁶ Lord Byron. Nota de J. H. Anglin.

mente géneros alimentícios e trazer as roupas que os lisboetas lhes entregavam para serem lavadas. Como se verifica pela iconografia do século passado, que ilustra um artigo nosso sobre os saloios, elas de facto usavam botas⁷. José Leite de Vasconcelos, nas páginas que dedicou aos saloios, transcreve diversas quadras onde esse pormenor do vestuário é assinalado:

*Sou saloia, trago botas
Também trago o meu mantéu
Também tiro a carapuça
A quem me tira o chapéu.*

Transcreve Leite de Vasconcelos mais quatro quadras diferentes, mas cujo primeiro verso é exactamente igual, e ainda esta outra:

*Quem me dera em Lisboa
À porta de uma taberna
P'ra ver dançar as saloias
De bota à meia perna⁸*

Assinalam os irmãos Bullar um aspecto da vida social lisboeta: o abandono da cidade no verão: «as pessoas mais abastadas vão para Sintra e para casas de campo durante dois meses quentes de verão, sítios mais frescos do que Lisboa».

Na obra aponta-se outro aspecto que deveria ser uma característica chocante da Lisboa de 1839: a permanência de ruínas causadas pelo terremoto de 1755: «Fomos a uma igreja ainda em reparações por motivo dos estragos que lhe causou o grande terramoto de 1755. Nós, ingleses, construímos depressa demais quase todos os nossos edifícios públicos, com excepção das pontes. Aqui, dá-se precisamente o contrário».

O reparo tem o seu fundamento, pois foi lenta a reconstrução de Lisboa depois da grande catástrofe. Bastará anotarmos que as igrejas dos Mártires e da Encarnação, no Chiado, zona onde se concentrava boa parte da vida social de Lisboa, só em 1886 e 1873 estavam completamente reconstruídas⁹.

⁷ Publicado em *Lisboa — Revista Municipal*, 4.º trimestre de 1987, 2.ª Série, n.º 22.

⁸ *Etnografia Portuguesa — Tentame de sistematização*, Lisboa, 1941, vol. III, págs. 454-5 e 458.

⁹ José Augusto França: *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa, 1980, pág. 62.

A breve estadia dos irmãos Bullar não lhes permitiu visitar grande parte da cidade. No entanto, e como é compreensível, não quiseram deixar de ir ao cemitério inglês. «O cemitério inglês, onde Fielding se encontra sepultado, é lugar de bastante interesse, o mais próprio, no género, que tenho visto, não como os cemitérios de aldeia, na Inglaterra, mas muito melhor que o frívolo Père-la-Chaise, com suas acácias viçosas, seus túmulos fantásticos, capelas alegres, epitáfios sentimentais e elegantes grinaldas artificiais.

Aqui vêem-se filas solenes de majestosos ciprestes e ruas ensombradas por cedros, que, ao anoitecer deste dia sufocante, mantêm o silêncio e a imobilidade dos mortos que em baixo jazem.

Não se sabe, ao certo, onde fica a sepultura de Fielding. Há anos, porém, os residentes ingleses erigiram à sua memória um mausoléu artístico¹⁰, formado de um sarcófago simples assente em dois rolos. Este monumento foi projectado por um amator de bom gosto, Mr. A. Howell, mas uma comissão de mau gosto, assentou-o num frontão de seu próprio invento, inteiramente desproporcionado ao plano original, com o intuito, ao que parece, de lhe dar maior revelo.

Ao lado, jaz Doddridge, autor de *The Rise and Progress of Religion in the Soul*, que para aqui veio em busca de saúde, encontrando, porém, o que no seu caso era preferível.

Poucos sítios mais tristes há do que os cemitérios ingleses em terras estranhas. Eles guardam em silêncio pungentes histórias de desolados leitos de morte, entre gente desconhecida, longe dos amigos e sem carinho; casos de esperanças desfeitas e de dolorosas desilusões de muitos que se viram impedidos para o exílio pela doença impiedosa ou obrigados pela necessidade ou pela vergonha a tentar, sem resultado, fortuna em terras estranhas, longe dos seus».

Apesar dessa breve permanência, interessaram-lhes aspectos culturais. E é assim que fazem uma referência aos jornais diários, aliás de todo inaceitável: «Exceptuando alguns maus jornais, que em linguagem violenta se entregam presentemente com delícia à tarefa de atacar grosseiramente os ingleses nas suas tentativas de supressão do tráfego da escravatura, não há literatura portuguesa moderna.

¹⁰ A expressão «há anos» parece indicar ter o mausoléu sido erguido alguns anos antes de 1839, o que está em desacordo com a data indicada pela Dr.^a Irisalva Moita, de 1786 — *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital de Lisboa, 1988, Lisboa, tomo III, pág. 55 — mas concorda com a data de 1830 indicada no *Guia de Portugal*, edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1924, vol. I, pág. 335.

Que nos jornais aparecessem ataques aos ingleses e à política inglesa é natural. Que esses ataques fossem em parte dirigidos à actuação inglesa no respeitante à escravatura também é natural. Mas que a tal se limitasse a prosa publicada nos periódicos, decerto os de Lisboa, pois foram estes certamente os conhecidos pelos Bullar, é inaceitável. Como se sabe, nessa época, as pugnas políticas tomavam lugar proeminente nas páginas dos jornais de Lisboa, os folhetins literários e a poesia abundavam. Por isso é evidentemente falsa a afirmação transcrita.

Igualmente não se pode aceitar afirmar-se na mesma obra: «Portugal parece distinguir-se de modo singular entre as nações civilizadas da Europa pela falta completa de escritores no actual momento. (...) Não há literatura portuguesa moderna». E mais adiante reafirmaram os autores: «um sinal dos tempos em Portugal é a falta de escritores nacionais».

Como acentuou o Prof. António José Saraiva, é «entre 1835 e 1837» que deve datar-se a introdução do Romantismo em Portugal¹¹. Bastará apontar algumas obras publicadas anos antes de 1839, para se ver como nesse aspecto foram mal informados os irmãos Bullar: em 1825 apareceu, de Garrett, o poema *Camões*, no ano seguinte *D. Branca* e em 1828 *Adozinda*. Em 1836, Castilho publicou os *Ciumes de Bardo* e Herculano a *Voz do Profeta* e no ano seguinte a *Harpa do Crente*. Em 1838, Garrett deu-nos uma das suas principais peças de teatro: *Um Auto de Gil Vicene*. Isto só para referir obras de escritores de primeiro plano, pois mais foram publicadas por autores de menores méritos.

Mas na obra que vimos seguindo dá-se uma indicação de interesse sobre a presença das literaturas inglesa e francesa, nessa altura, entre nós.

«Recentemente foram traduzidos, e bem, três ou quatro romances de Walter Scott, existindo uma apreciável imitação do *Penny Magazine*, chamada *O Panorama*, bem como uma revista mensal, o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*.

As classes cultas lêem em geral o francês, havendo nos livreiros e nos catálogos muitas obras francesas modernas e os costumados clássicos Corneille, Racine, Molière, Le Sage, etc., bem como larga cópia de traduções portuguesas das obras de Voltaire e de Rousseau e de outros romancistas franceses obscuros.

Tenho visto nas montras as obras de Tom Paine e de Faublas.

¹¹ *História ilustrada das grandes literaturas — VIII — literatura portuguesa*, Lisboa, 1966, vol. I, pág. 133.

Dizem-me os residentes ingleses daqui que nas lojas dos livreiros de Lisboa são vulgares as obras de Voltaire e que estas, bem como as de Rousseau, foram muito lidas vinte anos antes, o que agora não sucede, pois tais autores entraram felizmente em declínio no gosto público, vendendo-se por uma bagatela as respectivas traduções.

Se as ironias de Voltaire e as teorias selváticas e utópicas de Rousseau têm aqui procurado abalar as instituições políticas e religiosas do país, decerto encontraram terreno mais ingrato do que aquele a que primitivamente foram lançadas.

Provou-se que fora relativamente fácil agir sobre a volubilidade e a excitabilidade dos *frívolos filhos* da França, deles fazendo um povo de descrentes. Mas a força da inércia da indolência dos portugueses exige maior e mais persistente esforço para ser vencida».

Este trecho da obra dos Bullar, pelo seu interesse, merecerá atenção por parte dos estudiosos da nossa literatura e cultura oitocentista. Mas necessita de um breve comentário.

Nos anos anteriores à estadia dos Bullar, conforme se verifica pela utilíssima e profunda investigação bibliográfica realizada pelo Prof. António Gonçalves Rodrigues sobre a novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico¹², foram publicadas as seguintes traduções de Walter Scott, além de uma sem indicação de data ou local da edição:

- O Talisman* — Lisboa, 1835-1836
- A Desposada de Lammermoor* — Lisboa, 1836
- O Talisman* — Paris, 1837¹³
- Os Desposados* — Lisboa, 1837
- Ivanhoé* — Lisboa, 1837
- O Official de fortuna* — Lisboa, 1837
- Os Puritanos d'Escócia* — Paris, 1837
- Ivanhoé* — Lisboa, 1838
- O Misanthropo* — Paris, 1838
- A Prisão de Edimburgo* — Paris, 1838
- Quentino Durward* — Paris, 1838
- Quentino Durward* — Paris, 1838-1839¹⁴

¹² *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1951, vol. XX, págs. 213-294.

¹³ Sobre esta edição escreveu o Prof. Gonçalves Rodrigues o seguinte: «Saiu em 1837 em Paris, na impr. de Bourgogne et Martinet, 3 vols. in — 8.º, e também na de Aillaud no mesmo ano» — pág. 280, n.º 499.

¹⁴ A edição teve quatro volumes e o Prof. Gonçalves Rodrigues indica como data apenas 1838-39, pág. 274, n.º 447.

Portanto, como se vê, publicaram-se bastantes traduções de obras de Walter Scott nos anos que antecederam a vinda dos Bullar a Lisboa; quatro no ano anterior e uma em 1838-1839, o que quase coincide com a sua afirmação. Dessas obras imprimiram-se seis em Lisboa e seis em Paris, pormenor indicativo da importância de Lisboa nesta fase do pré-romantismo.

«Larga cópia de tradução das obras de Voltaire» diz-se no relato dos Bullar terem sido publicadas em Portugal. Já traduzido em 1739¹⁵, segundo o levantamento realizado pelo Prof. Gonçalves Rodrigues, foi considerável o número de traduções desse escritor editadas entre nós de 1815 a 1836¹⁶.

Afirmam ainda os irmãos Bullar: «agora (...) tais autores, Voltaire e Rousseau, entraram felizmente em declinação no gosto público, vendendo-se por uma bagatela as respectivas traduções». E na verdade o Prof. Gonçalves Rodrigues não regista nenhuma tradução posterior a 1836¹⁷. O Prof. Jacinto do Prado Coelho refere que «em 1838, o Diário do Governo anunciava uma tradução do *Candide*»¹⁸, mas o título completo dessa tradução, aliás muito comprido, é exactamente igual ao da edição aparecida em 1835 e reeditada no ano seguinte¹⁹. Não se tratará de um anúncio dessa tradução, a qual ainda se não esgotara?

A relevância do papel de Lisboa também parece verificar-se relativamente à difusão da obra de Voltaire, porquanto das traduções publicadas entre 1815 e 1836, das quais se indica o local de impressão, este é sempre Lisboa, exceptuando a publicada em 1836, aparecida no Porto.

Os Bullar aludiram, em trecho da sua obra já transcrito, à «larga cópia de traduções portuguesas das obras de Voltaire e de Rousseau». No entanto parece-nos ser a situação de Rousseau, nese aspecto, diferente da encontrada para Voltaire.

¹⁵ *A História de Carlos XII* foi traduzida em 1739 por Manuel Monteiro. Nota do Prof. Jacinto do Prado Coelho à *História ilustrada das grandes literaturas — II — Literatura francesa* por Philippe van Tieghem, Lisboa, 1955, pág. 206.

¹⁶ A. Gonçalves Rodrigues, *ob. cit.*, n.ºs 559, 46, 77, 76, 112, 209, 301, 83, 272, 438, 83 e 465.

¹⁷ *Ob. cit.*, pág. 216. Esta a data indicada pelo autor, mas, como no índice de datas só aparece o ano de 1842, parece-nos tal significar que a investigação se estendeu até 1843 exclusivé.

¹⁸ *História ilustrada das grandes literaturas — II — Literatura francesa*, por Philippe van Tieghem, nota da pág. 207.

¹⁹ A. Gonçalves Rodrigues: *ob. cit.*, pág. 231, n.º 83.

A investigação bibliográfica do Prof. Gonçalves Rodrigues, que se estende desde 1721 a 1843, apenas indica três traduções de Rousseau:

A Filosofia por amor — Lisboa, 1806

Nova Eloisa — Lisboa, 1837 ²⁰

A Rainha Caprichosa — Paris, 1828 ²¹.

Também para Rousseau, Lisboa surge com a mesma relevância, como se vê.

O Prof. Hernâni Cidade, ao tratar dos alvares do romantismo em Portugal, diz que «do Contrato Social de Rousseau, há três traduções portuguesas» ²², mas não aponta as datas. Parece-nos pois ter sido a divulgação deste escritor, através de traduções, menor do que a de Voltaire.

Na obra *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas* encontramos, portanto, um testemunho a reter sobre alguns aspectos do nosso pré-romantismo, fruto da visita dos autores a Lisboa em 1839, o qual procurámos corrigir e ampliar.

Este e outros aspectos do relato da sua visita, dando-nos a impressão que esta cidade lhes causou, parece-nos terem interesse justificativo de para eles chamarmos a atenção dos estudiosos e curiosos de temas respeitantes a Lisboa, nas páginas de uma revista que, desde 1938, tanto tem servido a causa da olisipografia.

O ciclo de S. João, que se celebra em Lisboa, tem origem no castelo de Castilho (*), provavelmente construído entre 1147 e 1150, pelo conde inglês ou pelo próprio D. Gilbano (arcebispo inglês), primeiro bispo de Lisboa após esta ter sido em 1147 conquistada e integrada no reino de Portugal, tendo já, portanto, certa tradição de cidade para que se adoptasse como orago de uma paróquia e restauração romana, reconstruído de dragão de Silene, martir do cristianismo sob Diocleciano e patrono da Inglaterra por João XIV. Tal culto não data, pois, do reinado de D. Fernando nem de D. João I, como por vezes se tem sugerido, relacionando-o com o aumento da influência inglesa resultante dos tratados comerciais com a Inglaterra.

²⁰ N.º 223, 400 e 450.

²¹ N.º 400. Só tem a indicação de ter sido impresso na «Typ. Rollandiana», mas esta situava-se em Lisboa.

²² *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, 1959, vol. II, pág. 418.

A Capela de Nossa Senhora de Soledade anexa à primitiva igreja de S. Jorge

por EDUARDO SUCENA

Uma das igrejas de Lisboa arruinadas pelo terremoto de 1 de Novembro de 1755, foi a paroquial de S. Jorge, que Augusto Vieira da Silva localizou no terreno do quarteirão da Rua Augusto Rosa «perto do extremo ocidental do troço leste-oeste da actual Travessa das Merceeiras, à Sé, da banda do norte»⁽¹⁾. De nebulosa origem, essa igreja era a sede de uma paróquia ou freguesia que já «aparece citada numa escritura de 25 de Maio de 1168», diz ainda aquele autor baseado em D. Rodrigo da Cunha (*História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, 1642), fonte onde também bebeu a informação o Padre João Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*, 1762/1763).

O culto de S. Jorge, sobre o qual largamente discorre Júlio de Castilho⁽²⁾, provavelmente introduzido entre nós pelos cruzados ingleses ou pelo próprio D. Gilberto (também inglês), primeiro bispo de Lisboa após esta ter sido em 1147 conquistada e integrada no reino de Portugal, tinha já, portanto, certa tradição na cidade para que se adoptasse como orago de uma paróquia o centurião romano, vencedor do dragão de Silene, mártir do cristianismo sob Diocleciano e patrono da Inglaterra por bula de Bento XIV. Tal culto não data, pois, do reinado de D. Fernando nem do de D. João I, como por vezes se tem sugerido, relacionando-o com o aumento da influência inglesa resultante dos tratados concluídos nesses reinados com a Inglaterra.

(1) In *Dispersos*, Vol. I, Lisboa, 1968, p. 233.

(2) In *Lisboa Antiga* (Bairros Orientais), Vol. IV, Lisboa, 1936, pp. 99 a 114.

Por ocasião do sínodo realizado em 1191 pelo bispo D. Soeiro Anes na Sé de Lisboa, existiam nesta cidade, ainda segundo Vieira da Silva⁽³⁾, as seguintes igrejas *colegiadas*, sedes de freguesias:

a) EXTRAMUROS DA CERCA MOURA

S. Vicente
Nossa Senhora dos Mártires
Santa Justa

b) INTRAMUROS DA CERCA MOURA

Santa Cruz da Alcáçova
S. Bartolomeu
S. Martinho
S. Jorge.

S. Jorge era uma pequena freguesia com apenas 58 fogos — dá-lo Luís Conzaga nos *Monumentos Sacros de Lisboa*⁽⁴⁾, fixando o local da respectiva igreja onde «se vê hoje um bom prédio, na frente que divide a Rua do Limoeiro e a Rua do Barão, fronteiro ao antigo Aljube», um pouco mais abaixo, consequentemente, do descrito por Vieira da Silva. E porque possuía a planta do templo, pôde ainda aquele autor esclarecer que ele era muito pequeno, apenas para 300 fiéis, e que tinha quatro capelas: do Orago, do Santíssimo Sacramento, das Almas e do Menino Jesus dos Cegos.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira⁽⁵⁾ adianta que (em 1551) a igreja tinha vigário, quatro beneficiados, quatro capelas e duas confrarias (do Santíssimo Sacramento e de S. Jorge). Por sua vez, o Padre Carvalho da Costa⁽⁶⁾, crendo ter sido S. Jorge a segunda freguesia de Lisboa, informa que a porta principal da sua igreja estava voltada para poente e que uma lateral dava para o norte. Mas a descrição mais completa é feita pelo prior à data do terremoto, José Lino de Azevedo:

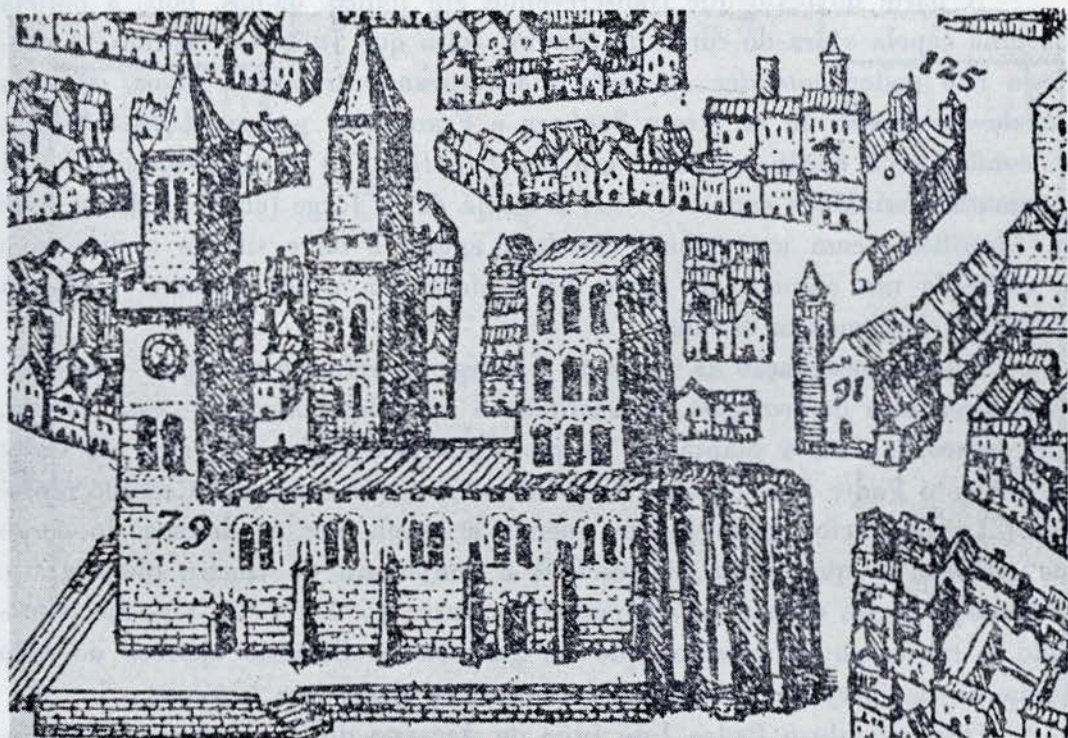
«Esta dita Igreja he de huã nave tem o altar mayor aonde está o Santíssimo Sacramento e neste mesmo altar da parte da Epístola está o Senhor São Jorge que he Orago da Caza, e da parte do Evangelho nossa Senhora da Con-

(3) In *Dispersos*, Vol. I, Lisboa, 1968, p. 185.

(4) Pp. 407 e 408.

(5) In *Sumário*, Lisboa, 1987, pp. 40 e 41.

(6) In *Corografia Portuguesa*, Vol. III, p. 245.



N.º 1

A igreja de S. Jorge (com o n.º 91) entre as da Sé e de S. Martinho,
segundo a gravura *Olissippo* de Jorge Braunio (1593)

ceipção. Os dous colateraes hũ he de Jesus Maria José e este altar tem a Irmandade dos Cegos... e tãobem tem huã Imagem de vulto grande do Senhor Crucificado. O outro altar he de nossa Senhora da Assumpção e São Miguel, tem este altar huã Irmandade das Almas... em cuja Irmandade ha dous Capellains e Missa quotidiana... *Tem mais esta Igreja huã Capella fora do Corpo da mesma igreja aonde esta a Imagem de nossa Senhora da Soledade... e nesta Capella tem os Irmãos do Senhor os seus jazigos e Caza do despacho...* (7).

A parte do texto que transcrevemos em itálico, dá-nos, pois, a notícia de uma capela «fora do corpo da igreja», coisa que Júlio de Castilho (8) confessa não poder *entender ao certo*, conjecturando tratar-se, talvez, de uma capela no género da de Nossa Senhora a Franca, da paroquial de Santiago. E como que a dar-lhe razão, a gravura *Olissippo, de Jorge Braunio* (1593) apresenta, assinalada com o n.º 91, a igreja de S. Jorge (entre as da Sé e de S. Martinho) com um telhado de duas águas, a torre sineira à direita, e à esquerda um corpo mais baixo que poderia ser, eventualmente, a Capela de Nossa Senhora da Soledade.

Essa representação da igreja de S. Jorge na referida gravura — perspectiva aérea com deformações, inexactidões e fantasias notórias — está, porém, em desacordo com a planta do templo segundo o Padre Carvalho da Costa (1712) e o Padre José Lino de Azevedo (1755), que o próprio Castilho reproduz (9). De facto, nessa planta apenas a capela-mor se destaca do corpo do edifício, o que torna inexplicável a conjectura do ilustre olisipógrafo. Poderia, é certo, aventar-se a hipótese de, entre 1593 e 1712, ter sido demolido o tal corpo mais baixo que na gravura de Braunio aparece do lado esquerdo da igreja, mas nada se conhece que abone essa hipótese.

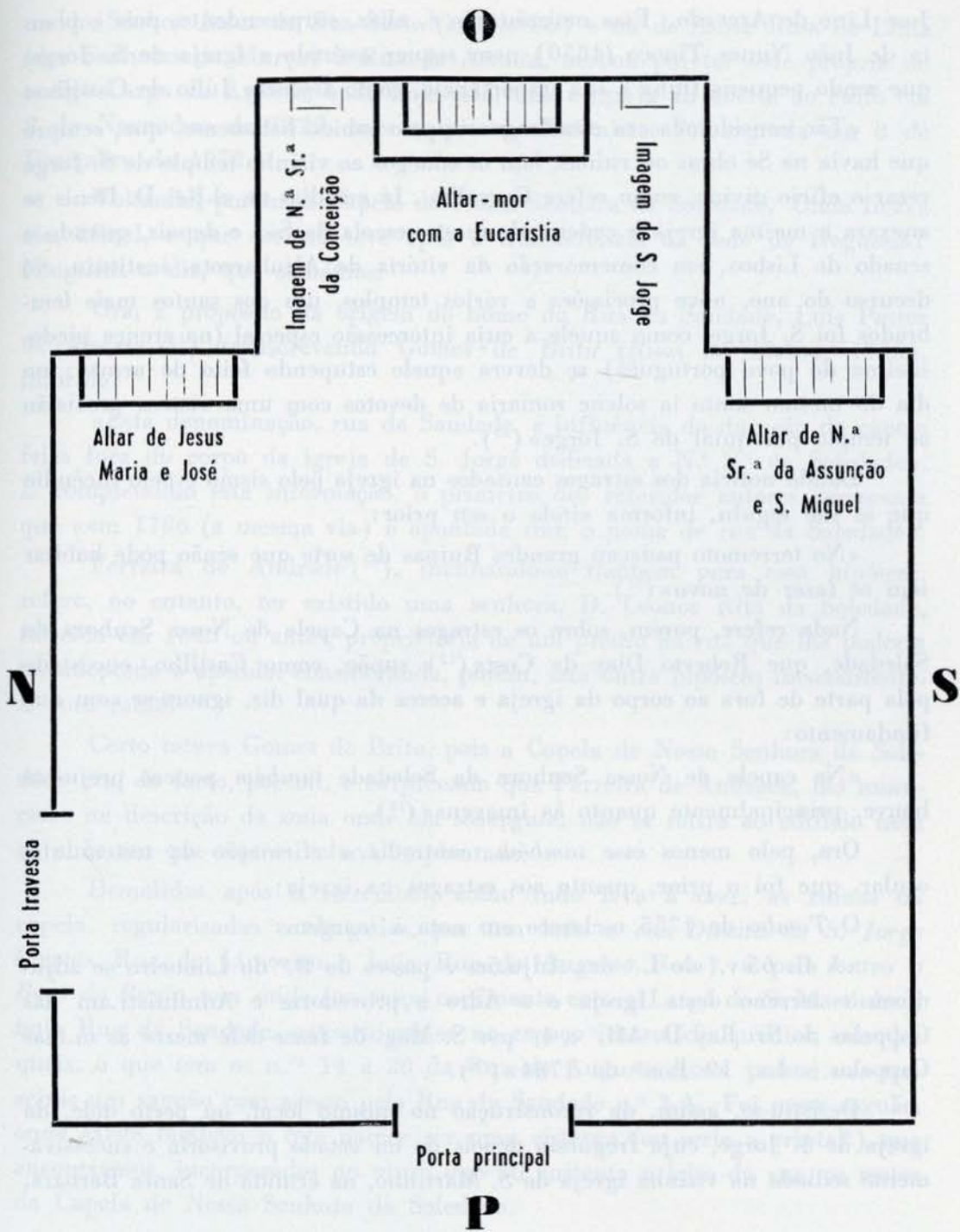
Ora, quando o Padre José Lino de Azevedo diz, a nosso ver explicitamente, que a Capela de Nossa Senhora da Soledade era *fora do Corpo da mesma igreja*, a conclusão a tirar é que essa capela estava em edifício próprio, separado, embora próximo da igreja de S. Jorge de que dependia.

O exame de mapas da cidade de Lisboa anterior ao terremoto de 1755 não revela, nas imediações da primitiva igreja de S. Jorge, sinal da localização dessa Capela de Nossa Senhora da Soledade; e, todavia, não há dúvida de que ela existiu e não seria tão insignificante como isso, uma vez que possuía *Caza do despacho* da Irmandade do Senhor, de acordo com as informações do Padre

(7) Padre Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, Vol. XX, pp. 785 a 787.

(8) In *Lisboa Antiga* (Bairros Orientais), Vol. VIII, Lisboa, 1937, pp. 215 e 217.

(9) *Ibidem*, p. 214.



N.º 2

Planta da igreja de S. Jorge segundo o Padre Carvalho da Costa (1712) e o Padre José Lino de Azevedo (1755)

José Lino de Azevedo. Essa omissão não é, aliás, surpreendente, pois a planta de João Nunes Tinoco (1650) nem sequer assinala a igreja de S. Jorge, que sendo pequena tinha a sua importância, como assevera Júlio de Castilho:

«Tão considerada era esta freguesia pelo cabido lisbonense, que, sempre que havia na Sé obras ou ruínas, iam os cônegos ao vizinho templo de S. Jorge rezar o ofício divino, como refere Carvalho. Já em dias de el-Rei D. Denis se anexara a mesma igreja à cadeira de mestre-escola da Sé; e depois, quando o senado de Lisboa, em comemoração da vitória de Aljubarrota, instituiu, no decurso do ano, nove procissões a vários templos, um dos santos mais lembrados foi S. Jorge, como aquele a cuja intercessão especial (na crença piedosíssima do povo português) se devera aquele estupendo feito de armas: no dia do mesmo santo ia solene romaria de devotos com uma vistosa procissão ao templo paroquial de S. Jorge»⁽¹⁰⁾.

Dando notícia dos estragos causados na igreja pelo sismo e pelo incêndio que se lhe seguiu, informa ainda o seu prior:

«No terremoto padeceu grandes Ruínas de sorte que senão pode habitar sem se fazer de novo»⁽¹¹⁾.

Nada refere, porém, sobre os estragos na Capela de Nossa Senhora da Soledade, que Roberto Dias da Costa⁽¹²⁾ supõe, como Castilho, encostada pela parte de fora ao corpo da igreja e acerca da qual diz, ignora-se com que fundamento:

«Na capela de Nossa Senhora da Soledade *também* poucos prejuízos houve, principalmente quanto às imagens»⁽¹³⁾.

Ora, pelo menos esse *também*, contradiz a afirmação da testemunha ocular, que foi o prior, quanto aos estragos na igreja:

O Tombo de 1755 esclarece em nota à margem:

«A fl. 65 v.º do L.º das Adju.ões e posses do B.º do Limoeiro se adjudicou o terreno desta Igreja e o Adro à provedoria e Administr.am das Cappelas do Sr. Rey D. Aff.º o 4.º por S. Mag. de fazer dele mercê às m.mas Cappelas... Lx. 19 Jan.º de 1784»⁽¹⁴⁾.

Desistiu-se, assim, da reconstrução no mesmo local, ou perto dele, da igreja de S. Jorge, cuja freguesia depois de ter estado provisória e sucessivamente sediada na vizinha igreja de S. Martinho, na ermida de Santa Bárbara,

(10) *Ibidem*, pp. 217 e 218.

(11) Padre Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, Vol. XX, pp. 785 a 787.

(12) In *A Paróquia de S. Jorge da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1939, p. 22.

(13) *Ibidem*, p. 37.

(14) Livro n.º 17, p. 27.

na do Senhor Jesus da Boa Sorte (às Olarias) e na de Santa Rosa de Lima (dos Senhores de Murça) à Rua de Arroios, acabou por ter sede própria no antigo Largo de Arroios, onde hoje está, não a igreja ali aberta ao culto em 8 de Novembro de 1829, mas a que a substituiu e foi sagrada em 8 de Dezembro de 1972.

Voltando, porém, à Capela de Nossa Senhora da Soledade. Onde ficava ela, afinal, e que destino teve após a transferência da sede da freguesia? Ninguém o diz, que saibamos.

Ora, a propósito da origem do nome da Rua da Saudade, Luís Pastor de Macedo⁽¹⁵⁾ transcrevendo Gomes de Brito (*Ruas de Lisboa*, 1935), informa:

«Esta denominação, rua da Saudade, é influência da duração da capela feita fora do corpo da igreja de S. Jorge dedicada a N.^a S.^a da Soledade». E completando esta informação, o primeiro dos referidos autores acrescenta que «em 1786 (a mesma via) é apontada com o nome de rua da Soledade».

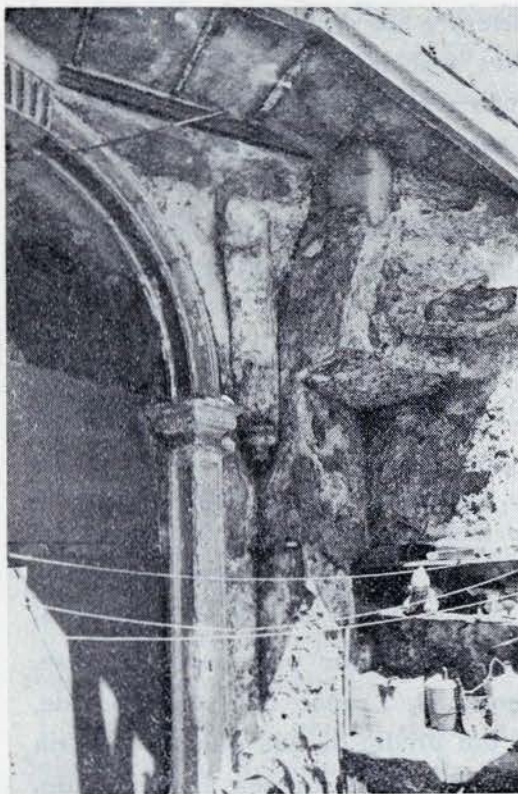
Ferreira de Andrade⁽¹⁶⁾, inclinando-se também para essa hipótese, refere, no entanto, ter existido uma senhora, D. Leonor Rita da Soledade, falecida em 1845 ou antes, proprietária de um prédio da rua que lhe poderia ter adoptado o apelido, considerando, porém, esta outra hipótese inconsistente. E com razão!

Certo estava Gomes de Brito, pois a Capela de Nossa Senhora da Soledade era, de facto, por ali, e surpreende que Ferreira de Andrade, tão minucioso na descrição da zona onde ela se erguia, não se refira ao edifício nem ao chão em que este se achava implantado.

Demolidas após o terremoto, como tudo leva a crer, as ruínas da capela, regularizadas e alargadas, por um lado a *rua Direita de S. Jorge* (depois Rua do Limoeiro e hoje Rua de Augusto Rosa), e pelo outro o *Beco do Bugio com saída* (no troço confinante com o Largo de S. Martinho), hoje Rua da Saudade, construíram-se no espaço intermédio prédios, um dos quais, o que tem os n.^{os} 14 a 20 da Rua de Augusto Rosa, possui nas trazeiras um saguão com acesso pela Rua da Saudade n.^o 3-A. Foi nesse saguão, onde existe também o que parece ser uma cisterna (ou seria a cripta?) que encontrámos, incorporados no muro que ali sustenta o leito da rua, os restos da Capela de Nossa Senhora da Soledade.

(15) In *Lisboa de Lés-a-Lés*, Vol. V, Lisboa, 1968, pp. 28 e 29.

(16) In *A Freguesia de Santiago*, Vol. II, Lisboa, 1948, pp. 176 e 177.



N.º 3



N.º 4

Esses escassos vestígios, que as fotos n.ºs 3 e 4 documentam, parecem indicar que a capela seria primitivamente de traça românica, que terá sofrido restauro em estilo gótico primitivo e que a sua orientação seria nascente-poente, tal como a igreja a que estava anexa. É esta a leitura que se poderá talvez fazer do resto do arco (da capela-mor?), da mísula e do arranque de um arco de descarga da abóbada, cujo vão foi depois aproveitado para a construção do oratório (hoje a servir de arrecadação) que lá se vê, a significar, provavelmente, que o culto de Nossa Senhora da Soledade se manteve no local após o terramoto e talvez ainda no século XIX. Trata-se, é certo, de conjecturas, que a falta de documentação não permitiu corroborar, mas que oferecem visos de veracidade. Pena é que, como Roberto Dias Costa já lamentava⁽¹⁷⁾, o arquivo paroquial seja tão pobre de elementos e, sobre aquela matéria, omissos.

Esclarece o Padre Jacinto dos Reis⁽¹⁸⁾:

«Normalmente a imagem da Senhora da Soledade é apresentada de pé com uma toalha nas mãos, ou de pé junto à Cruz donde pende um lençol». E acrescenta que também lhe costumam chamar Senhora das Angústias, da Amargura, da Piedade, das Dores, etc.

Trata-se de uma devoção que não foi muito frequente em Lisboa, tanto quanto sabemos. De facto, se bem que não tivéssemos esgotado o assunto, as pesquisas sumárias a que procedemos apenas nos revelaram, para além da capela em epígrafe: uma ermida da mesma invocação na Quinta do Saldanha, à Junqueira, acerca da qual o Marquês de Rio Maior publicou um trabalho no Boletim da Junta da Província da Estremadura; que o Convento das Trinas, à Madragoa, tinha Nossa Senhora da Soledade do Mocambo como padroeira e que no local desse convento existira uma ermida da mesma invocação; que, segundo Júlio Castilho⁽¹⁹⁾, na igreja do antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete ou dos Grilos (dos eremitas descalços de Santo Agostinho), hoje paroquial de S. Bartolomeu (do Beato), havia um altar no cruzeiro (lado da Epístola) de Nossa Senhora da Soledade, com imagem, e que outra imagem da mesma invocação existia na capela do S. Sacramento da mesma igreja, colocada abaixo e adiante de um grande crucifixo; e que, ainda segundo o mesmo autor⁽²⁰⁾, na sacristia da igreja de S. Mamede havia uma imagem de Nossa Senhora da Soledade em tamanho natural, dentro de uma «maquineta», cujo destino se ignora.

(17) In *A Paróquia de S. Jorge da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1939, p. 84.

(18) In *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além Mar e seu Padroado*, Lisboa, 1967.

(19) In *Lisboa Antiga (Bairros Orientais)*, XI, Lisboa, 1938, pp. 72 e 73.

(20) In *Lisboa Antiga (Bairro Alto)*, V, Lisboa, 1966, p. 102.

Corrigenda ao artigo
ESTUDOS DE BIBLIOGRAFIA OLISIPONIANA
de ANTÓNIO LUÍS TADEU

No Boletim OLISIPO que tem os números, 146-147-148, correspondente aos anos 1983 a 1985, saiu, na secção ESTUDOS OLISIPONENSES, a páginas 22, um texto do saudoso Cor. António Luís Tadeu, intitulado ESTUDOS DE BIBLIOGRAFIA OLISIPONIANA, que, pela sua utilidade inestimável — que mais não fosse — nos permitimos recomendar aos nossos estimados consócios e, em geral, aos estudiosos da Cidade.

Escrito com a única intenção de poupar tempo e trabalho aos interessados neste campo, e, à boa maneira tadeana, com tudo o necessário e nada mais, foi infelizmente vítima de alguma descoordenação emocional, conseqüente ao falecimento do seu Autor, mas que nos não perdoaríamos deixar sem a necessária rectificação. Trata-se da preciosa lista de colocação dos índices parcelares de toda a 1.^a Série da REVISTA MUNICIPAL, que compreende os números de 1 a 139, a qual deve ler-se:

N.º 30 /31	— 1947 —	Dos n.ºs	1/31 (1939/46)
N.º 36	— 1948 —	Dos n.ºs	32/35 (1947/48)
N.º 43	— 1949 —	Dos n.ºs	36/43 (1948/49)
N.º 47	— 1950 —	Dos n.ºs	44/47 (1950)
N.º 51	— 1951 —	Dos n.ºs	48/51 (1951)
N.º 55	— 1952 —	Dos n.ºs	52/55 (1952)
N.º 59	— 1953 —	Dos n.ºs	56/59 (1953)
N.º 63	— 1954 —	Dos n.ºs	60/63 (1954)

- N.º 67 — 1955 — Dos n.ºs 64/67 (1955)
 N.º 71 — 1956 — Dos n.ºs 68/71 (1956)
 N.º 75 — 1957 — Dos n.ºs 72/75 (1957)
 N.º 79 — 1958 — Dos n.ºs 76/79 (1958)
 N.º 83 — 1959 — Dos n.ºs 80/83 (1959)
 N.º 87 — 1960 — Dos n.ºs 84/87 (1960)
 N.º 91 — 1961 — Dos n.ºs 88/91 (1961)
 N.º 95 — 1962 — Dos n.ºs 92/95 (1962)
 N.º 99 — 1963 — Dos n.ºs 96/99 (1963)
 N.º 103 — 1964 — Dos n.ºs 100/103 (1964)
 N.º 106/107 — 1965 — Dos n.ºs 104/107 (1965)
 N.º 110/111 — 1966 — Dos n.ºs 108/111 (1966)
 N.º 114/115 — 1967 — Dos n.ºs 112/115 (1967)
 N.º 118/119 — 1968 — Dos n.ºs 116/119 (1968)
 N.º 122/123 — 1969 — Dos n.ºs 120/123 (1969)
 N.º 126/127 — 1970 — Dos n.ºs 124/127 (1970)
 N.º 130/131 — 1971 — Dos n.ºs 128/131 (1971)
 N.º 134/135 — 1972 — Dos n.ºs 132/135 (1972)
 N.º 138/139 — 1973 — Dos n.ºs 136/139 (1973)

E, já agora, aproveitamos para corrigir, na última linha da página 27, onde se lê *Melchior Rieox*, para *Melchior Rieux*.

M. A.

A Rainha D. Leonor e as Artes Ornamentais da Iluminura e da Ourivesaria *

por ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES

Na segunda metade do século xv, quando a Expansão Portuguesa abria *novos mundo ao mundo* e na côrte se cultivava o humanismo, de cariz universalista e europeu, também floresceram as artes no País.

Na verdade, «a corte magnífica d'el-rei D. Afonso V» — como lembrava o Prof. Lopes de Almeida¹ — «foi luzeiro de actividade literária e artística, e nela vieram reflectir-se as ideias e os cânones da modernidade que no transcurso do século ganhariam o fulgor das auroras novas». Como bom discípulo de Mateus Pisano, proveu o monarca a educação humanística de sua filha, a Princesa D. Joana que, para além do affecto e ensinaças de sua tia D. Filipa de Lencastre (cultu Infanta, filha do Infante D. Pedro — o da *íncrita geração*), viria a comprazer-se numa boa *lyvrarya* e, com o *Príncipe Perfeito* seu irmão, no convívio de letrados como Cataldo Parísio Siculo².

* Estudo inicialmente destinado a publicação do V Centenário do Hospital termal das Caldas da Rainha (1485-1985), correspondendo ao grato convite do Senhor Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão, Presidente da Comissão Executiva das Comemorações.

¹ Manuel Lopes de Almeida, «A Rainha D. Leonor», in *Catalogo A Rainha D. Leonor* — Exposição no Mosteiro da Madre de Deus, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Dezembro 1958, pp. 13-14.

² V. Domingos Maurício Gomes dos Santos, *Documentos autógrafos, apógrafos e apócrifos da Princesa S. Joana*, Lisboa, 1461; *Cataldo Áquila Parísio Siculo e a Princesa S. Joana*, in *Humanitas*, Vols. XVI-XVI, Coimbra 1963-4, pp. 386 e segs. Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1980, «Introdução do Humanismo em Portugal», cap.º inicial, pp. 3-19, e os capítulos seguintes consagrados a Cataldo Siculo.

Trabalhou esta virtuosa Senhora por aver e mandar comprar muitos lyvros e sermonayros de singular doctrina, assy de latym, que a dita Senhora bem sabia e entendia como he de linguagem, regista o Memorial da Infanta, atestando o comum da educação principesca e cultura cortesã que também D. Leonor auferiu no Paço Ducal de Beja e exerceu como Princesa Perfeitíssima e Rainha, nos Paços reais ainda, no final de Quatrocentos, e nos seus Paços de Santo Elói e de Xabregas.

No primeiro destes, na colina sobranceira a S. Martinho, na subida de acesso ao Castelo, ajuntou Livraria, decerto com os escolhidos exemplares dos *Livros de Lingoagem* que fez editar de Marco Polo e de Nicolao Veneto mail-o da *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxónia, os primeiros impressos em Lisboa por Valentim Fernandes (que seu consorte e vigoroso reinante chamara da Morávia e lhe dera para seu serviço como escudeiro) e os demais e sequentes.

Os preciosos códices manuscritos em latim, sobretudo os três pergamináceos Livros iluminados de orações e contemplações, usou-os no seu Convento clarista da Madre de Deus e, antes deste estabelecido, na casa contígua à Capela-mór do Convento dos franciscanos de Xabregas «donde assistia aos Offícios Divinos». Destes, os dois guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa, considerados obras quatrocentistas flamengas, provêm do Convento da Madre de Deus; o de menor formato, na folha de guarda tem as menções *Da Raynha e Fr. Luís de S. Tiago*; o outro, com maior dimensão, possui uma nota manuscrita, lançada no começo: *Este livro foi da Rainha D. Leonor não se pode dar de fora so(b) pena de escomunhão/Frei Luís de S. Tiago*³.

Ambos fazem parte do rol genérico do *Testamento* da Rainha: desconhecido por não se topar, tem sido dado por desaparecido. Havemos notícia da parte transcrita por Frei Jerónimo Belém, na *Chronica Serafica*, em que são descritos os legados ao Convento da Madre de Deus e a parte relativa às casas em roda do seu Paço, por figurarem no documento do liv.º 44.º de *Doações* da Chancelaria de D. João III⁴.

Mas o traslado impresso da *Chronica Serafica* refere o *Breviario, que agora mandei fazer, para rezarem por elle no Coro, o qual he de purgaminho*⁵ que o Padre Mário Martins relaciona e faz incidir no que Reinaldo dos Santos denominou «autêntico» *Livro de Horas da Rainha D. Leonor*, regis-

³ Catálogo da Exposição *A Rainha D. Leonor*, Lisboa, 1958, cit., n.º 300 e n.º 299, respectivamente, p. 81.

⁴ Cf. Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor — 1458-1525*, Lisboa, 1921, p. 276, n.º 2.

⁵ Cit. Mário Martins, «O Breviário Franciscano da Rainha D. Leonor», in *Estudos de Cultura Medieval*, Ed. Verbo, impr. Braga, 1969, p. 190.

tando-o como existente na Pierpont Morgan Library de Nova Iorque, revelado em artigo de Sinkhovitch na *Burlington Magazine*, em Março de 1907⁶.

Esclarece o erudito jesuíta que este grosso códice de 585 fólhos não é um Livro de Horas, ao examiná-lo minuciosamente e pelas palavras que surgem logo no começo: *Incipit ordo breviaris fratrum minorum, secundum consuetudine romane ecclesie*. Considera-o igual a muitos outros, «mesmo na maravilha das iluminuras e nos versos rítmicos dos ofícios franciscanos», salientando que «tanto as rubricas como a indicação sumária de muitos salmos e antifonas fazem supor que se destinava a uma pessoa versada na liturgia e na recitação diária das horas canónicas» acentuando o carácter franciscano que o calendário e o conteúdo doutrinal de algumas festas denunciou⁷.

Reinaldo dos Santos há mais de meio século que atribuiu a sua feitura, porque especialmente para a Rainha, a António de Holanda⁸, apontando a contribuição filial de Francisco de Holanda, no passo que exarou n' *A Sciencia do Desenho*: «Serve em as Imagens dos Livros illuminados assi do Missal como de todos os outros Livros do Altar e coro que devem ser feitos com grande DESEGNO e cuidado, e descrição, como fez fazer El Rey Dom Manoel vosso bisavo, a meu Paj Ant.º Dolanda o breviario e a R(ainh)a dona Lianor, Molher delRey Dõ João II, assi para seu uso e devação»⁹.

A provisão d'el-rei D. João II, dada em Beja a 4 de Dezembro de 1488, ao conceder definidos privilégios a trinta casais para povoarem o lugar das *Caldas*, no termo de Óbidos — *vila da Rainha* — consumava o triânio comprometimento de D. Leonor ali estabelecer o Hospital que prometera ao Altíssimo e Sua Sacratíssima Mãe, para que «os pobres de Christo seus Filhos» fossem «socorridos em suas enfermidades» pelas águas cálidas que auferiu e a sararam em 1485, por isso deduzindo Fr. Jorge de S. Paulo que nesse ano teria sido lançada a primeira pedra do edifício.

E o cronista salienta o costume de «ostentar pelos felizes sucessos a alegria do coração» no «derramar francamente» de peças de ouro na base dessas fundações. Assim, D. João II, ao fundar o convento de Jesus em Setúbal, lançou a primeira pedra em 1489 sobre «Joyas de ouro» que a Rainha D. Leonor ofereceu, como o mesmo Rei e Consorte, ao deitar a primeira pedra do

⁶ Id.— V. Reynaldo dos Santos, «O Livro de Horas da Rainha D. Leonor», de António de Holanda, in *Belas Artes*, Rev.^ª e Bol. Ac. Nacional B. Artes, 2.^a s., n.ºs 13-14, Lisboa, 1959, pp. 3-6.

⁷ *Ibid.*, pp. 180-1.

⁸ Reinaldo dos Santos, *Les Principaux Manuscrits à Peintures Conservés en Portugal*, Paris, 1932, p. 18.

⁹ *De quão serve a Sciencia do Desegno e Etendimêto da Arte de Pintura*, mss, *fac-simile*, in Jorge Segurado. *Francisco D'Olanda*, Lisboa, 1970, p. 142.

Hospital Real de Todos os Santos — no horto conventual de S. Domingos de Lisboa — em 1492, a lançou sobre «peças e moedas de ouro para alegria e significação da Majestade do edificio.»¹⁰

Que terríveis transes suportaram as Reais criaturas entre estas duas fundações! As alegrias e festas que abundaram em Évora, no casamento do Príncipe herdeiro D. Afonso com a Princesa D. Isabel, por Novembro e Dezembro de 1490, foram cerceadas pela irrupção pestífera, a que sucedeu moléstia da Rainha e itinerância régia por terras alentejanas pelos meses que sucederam adentro do ano seguinte, até Almeirim e Ribeira de Santarém. É a sortida ribatejana a culminar na trágica cavalgada desde o Alfange, na Ribeira, pelos areais taganos, na corrida que ceifou a vida do jovem Príncipe, a 13 de Julho de 1491.

Não mais el Rei viveu, mas sobreviveu, porque alevantadamente reinou, para acolher Colombo naquele mosteiro de Vale Paraíso, ao termo d'Azambuja (aonde o navegador o saudou, privilegiando o *Príncipe Perfeito* aos Reis Católicos, recémvindo da aventureira empresa às «Índias» ocidentais que acreditou, 'té finir, serem «terras do Grão Cataio»), quando acalentava a grande viagem à Índia, dobrado que fora o Cabo Bojador — *o da Boa Esperança* — e forjava o Tratado de Tordesilhas, decerto sabedor das terras de Santa Cruz¹¹, antes de sossobrar em Alvor, a 25 de Outubro de 1495.

Sucedeu-lhe D. Manuel I que, por alvará de 15 de Fevereiro de 1509, fez saber que *confiando nós de gill vicente orivez da Senhora mynha Jrmaã e que nesto nos servira asy como o faz em todas as outras cousas em que o encareguamos por lhe fazermos graça e mercê temos por bem e o fazemos vedor de todas as obras que mandamos fazer ou se fizerẽ douro e prata para o nosso convento de tomar e espiritall de todos os santos de nossa çidade de lixboa e moesteiro de nosa senhora de bellem queremos que todas as obras que pera as ditas cassas se ouverẽ de fazer ora seja por nosso mandado ora por as ditas cassas o mandarem fazer se façam pello dito gill vicemte ou*

¹⁰ Jorge de São Paulo, *O Hospital das Caldas da Rainha até ao ano de 1656*, Fernando da Silva Correia, ed. Academia das Ciências de Lisboa, T. I, 1967, p. 95.

¹¹ Que Camões cantou:

«Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara»
(*Lusíadas*, VII, 14)
«..... ali tereis
Parte também co pau vermelho, nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la-á a primeira vossa frota
Ao longo desta costa, que tereis (*Lus.* X, 140).

per os ofiçiaes que elle pera ysso ordenar e se as ele nam quiser fazer. E aquellas que per elle ou em sua casa não forem feitas elle As vera e enxe-minara se vão na perfeizam que devẽ e avaliará se compyr¹².

Durante mais de três séculos (e vão quase quatro) aceitou-se naturalmente como criador do Teatro Português este Gil Vicente ourives da privança da Rainha D. Leonor que o *Venturoso* munificou com este eloquente e outros documentados privilégios.

Foi Camilo Castelo Branco nas páginas iniciais da *História e Sentimentalismo* consagradas a «Gil Vicente» e impressas no Porto em 1880, quem, sopesando linhagistas, espevitou a dualidade vicentina. Nesse mesmo ano, por via de documentos e notícias que compulsara, acarinhou a cisão o general Brito Rebelo, num artigo do *Ocidente*, sobre «A custódia do convento dos Jerónimos»¹³.

Estribado nos tópicos biográficos de patente camiliana, estampou o Visconde de Ouguela o seu *Gil Vicente* em 1896, dois anos após o Visconde de Sanches de Baena ter feito imprimir na Marinha Grande um livro de igual título, onde o desenvolto manejo dos nobiliários e outros registos assertava parentescos aos homónimos poeta e ourives. Por aqui trilhou Júlio de Castilho n' *A mocidade de Gil Vicente*, romance saído em 1897, vindo Teófilo Braga evocador de um *Gil Vicente Ourives e Poeta*, no *Positivismo* de 1879, a enveredar apaixonadamente pela tese dualista no *Gil Vicente e as Origens do Theatro Nacional* (ed. Porto, 1898).

Dobrou o século mas não quebrou a hesitação objectiva de Brito Rebelo¹⁴ nem o proselitismo teofiliano¹⁵, ambos alternantes com as peremptórias arguências de Anselmo Braamcamp Freire a prol de um *Gil Vicente poeta-ourives*¹⁶, são exaustivamente articuladas na monografia da *Vida e Obras de Gil Vicente Trovador Mestre da Balança*¹⁷.

Se cogitarmos no desuso secular do título de *mestre* para letrados nacionais (dado outrora a lentes, físicos e oficiais mecânicos), mais lógico parece inferi-lo do exercício qualificado do ourives que ao invés. O Gil que

¹² O I dos «Documentos» que insere Anselmo Braamcamp Freire, *Gil Vicente Trovador Mestre da Balança*, 2.^a ed. (Rev. *Ocidente*), Lisboa, 1944, p. 517.

¹³ T. III, Lisboa, 1880. pp. 134 e segs.

¹⁴ In *Ementas Históricas*, II — *Gil Vicente*, Lisboa, 1902 e *Grandes Vultos Portugueses — II — Gil Vicente*, Lisboa, 1912.

¹⁵ Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, 1914.

¹⁶ *Gil Vicente poeta e ourives. Novas notas*. Sep.^a Bol. da 2.^a classe da Acad. Ciências Lisboa, ed. Coimbra, 1914.

¹⁷ In *Revista de História*, vol. VI, Lisboa, 1917, e 2.^a ed. (revista em 1920) da rev. *Ocidente*, 1944, cit..

se diz que *nam tem ceitil, que faz os aytos a el-Rey*¹⁸ podia muito bem — como lembrava há vinte anos Hernani Cidade — até porque era poeta, ser ourives em cujos dedos nada ficasse do ouro que modelava¹⁹.

Além do supracitado alvará, havemos mais seis documentos do reinado manuelino entre 1509 e 1517 que revelam ou subentendem Gil Vicente ourives²⁰. A carta régia de 4 de Fevereiro de 1513 é a que o nomeia mestre da balança da Moeda de Lisboa. Ao alto do verso do fólio onde o documento se exarou, mão autorizada e coeva apôs *gil vicente trouador mestre da balança*. Daqui extraiu Braamcamp Freire todas as consequências probatórias que o firmaram na identidade do ourives e do poeta.

No contrato de doação do mesmo ano, outorgado pelos vereadores da Câmara de Lisboa, conjuntamente com os procuradores dos mesteres, entre estes figura Gil Vicente, ao qual a carta régia de 6 de Agosto de 1517 confirma a renúncia e venda que fez do cargo ouriveseiro de mestre da balança. Duas cartas reais do fim de 1520, de Évora enviadas aos vereadores olisiponenses, uma encarrega a Gil Vicente *pera per sua ordenança se fazerem allgũas das cousas e autos que se am de fazer pera a entrada nosa e da Rainha*, aludindo outra *sobre o que tendes pasado com gil vycente e as pinturas que vos mostrou e as cousas e cadafalsos que vos disse que são necessarios*. Encenador, ornamentista, armador ou cenógrafo de festividades públicas e pacenses em que espriava as aptidões técnicas consolidadas na tenda de ourives, resulta falaz alijar mesteres a Gil Vicente por incompatíveis, num país onde o topa-a-tudo engenhoso, de letras e artes e correlativos talentos, ainda remanescem em distinguidas criaturas nesta centúria novecentista de especializados.

Nem se diga que o teatrólogo ou trovador não reveste a sua obra de preocupações mestreiras, quando aquém do ilustrado cortesão, é o experiente «homem bom» que ressalta dos *Autos*, neles revivendo a alma popular portuguesa.

Pela história da literatura se adornou o trovador como ourives. Ao malogrado par do mesmo ofício vicentino José Ferreira Tomé que, em

¹⁸ No «prólogo» do *Auto Pastoril Português*.

¹⁹ *Aspectos Sociais da Obra Vicentina*, Conf.^a em Lisboa, na Sociedade da Língua Portuguesa, na noite de 23 de Maio de 1965.

Foi ourives? O ouro das primeiras páreas de Quiloa, com que já agora parece que fez a custódia de Belém, não lhe ficou nada nos dedos (Vitorino Nemésio, «Gil Vicente, Floresta de enganos», in *Quase que os vi viver*, Lisboa, 1985, p. 23).

²⁰ V. Braamcamp Freire, *ob. cit.*, ed. 1944, Docs. I a III e VI a IX, pp. 517-21.

1929, coadjuvou o Dr. João Couto na reintegração da custódia de Belém, coube inquirir do ourives no poeta, num quase ignorado livro de 1938 *Duas fases da Vida de Gil Vicente — Subsídios para a sua identificação*. Perscrutando alguns dos *Autos*, encontrou expressões em que Mestre Gil denuncia vastíssimos conhecimentos profissionais de ourivesaria, neles empregando um vocabulário técnico inacessível a qualquer profano, mesmo erudito²¹. Pesquisa mais recente, no domínio de terminologia de ofício ouriveseiro, empreendida por William Rongle, reforça «a maior possibilidade de que o Gil Vicente ourives e o Gil Vicente dramaturgo sejam um mesmo homem, do que a de não o serem»²².

Do testamento da rainha D. Leonor consta ter ordenado a venda das suas casas de morada e as mais ao redor (à beira do castelo olisiponense, a Santo Elói) numa das quais se assinala ter residido Gil Vicente, e ter legado dois cálices ao seu mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, um que corrigira Gil Vicente e outro que ele mesmo fizera²³.

E sabemos que do testamento d'el-rei D. Manuel de 1517, além do legado da «cruz grande que estaa em meu tysouro», lavrança vicentina sem vestígios, outrossim mandou que se desse ao mosteiro de nossa senhora de beleem a «custodia que ffez gil vicente pera a dita casa»²⁴.

Para o Mosteiro dos Jerónimos que comemora na arquitectura o feito da Índia, encomendou o monarca a magnificente custódia em que fez vazar os mil e quinhentos meticais de ouro das páreas que Vasco da Gama trouxera da segunda viagem ao Oriente e que arrecadara como tributo ao *Venturoso*, em 1503, do régulo de Quiloa. A inscrição em esmalte branco do friso da base da custódia certifica que *AQVABOV* de executar-se em 1506, nela antecipando Gil Vicente o construtivismo em curso no mosteiro.

²¹ Cf. *ob. cit.*, no cap.º «O ourives através dos Autos», pp. 21-29.

²² William Rongle, «A importância do ouro e das pedras preciosas na obra de Gil Vicente», in *Ocidente*, n.º especial 1974, pp. 7-17.

«Muitos poucos críticos disputam na actualidade sobre se o ourives da Rainha D. Leonor, que executou a belíssima custódia de Belém com o primeiro ouro vindo do Oriente, e o poeta que escreveu os autos para a mesma Rainha D. Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel, eram uma e a mesma pessoa. Os que, como Menendez y Pelayo, no seu delicioso ensaio sobre Gil Vicente, manifestavam a surpresa pelos escritores coevos não terem chamado a atenção para o talento artístico do poeta, esquecem que ele se impusera primeiro na côrte como artista. O seu talento artístico era a razão da sua permanência ali» (Aubrey F. G. Bell, em 1921, in *Estudos Vicentinos*, Lisboa, 1940, pp. 17-18).

²³ Cf. Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. 199.

²⁴ Cf. *id.*, p. 70, n.º 152 (doc.º A. N. T. Tombo, Gav.º 16, maço 2, n.º 21).

A traça da surpreendente porta lateral do templo dos Jerónimos realizou-se pela comum inspiração que modelou a prodigiosa lavrança da custódia. O portal-sul reproduz a estrutura da monumental alfaia, a da cúpula e dos pilares (contíguos ao ostensório), com idêntica disposição nos botaréis, circundados de baldaquinos que abrigam esculturas e nas formas poligónicas e encordoadas. A inventiva e a finura rebuscada da ornamentação naturalista, tão peculiares à estilística da época, traduzem rara habilidade quer do ourives quer do esmaltador, sobrelevando até a preocupação funcional da peça ²⁵.

«Gil Vicente foi incontestavelmente uma poderosa organização mental de artista» — escreveu o Dr. João Couto. — «A sua obra atesta inspiração sadia, engenho arquitectónico e concepção plástica impecável de equilíbrio. De forte sensibilidade emotiva a sua obra empolga e domina os espíritos que a observam. É que só o génio que sente a alma dilatar-se ao contacto da brisa magnífica de um ideia que rasga horizontes e dissipa trevas, pode emprestar à obra que concebe, no momento que a corporiza, todo o realismo do pensamento que a ilumina, dando-lhe vigor de expressão e sentido» ²⁶.

Padrão imorredeiro da Expansão é a custódia de Belém singular espécimen da fábrica vicentina que nele perpetua em nobre e significativo metal, para além do esplendor manuelino, a nobreza e glória da epopeia lusíada.

Os nossos ourives, pela maleabilidade das suas aptidões e pela excelência da sua técnica, vieram a libertar-se das formas tradicionais, e sob o influxo de corrente dominante europeia, e ao lado de artistas originários d'além fronteiras conseguiram adaptar-se à execução das obras «lavradas ao romano», v. g. os porta-pazes na evidente traça arquitectónica de templetes.

Desde as primeiras décadas de Quinhentos que se armavam e construíam peças religiosas e profanas de estrutura renascentista, a que Mestre Gil Vicente — como *vedor d'el-rei de todas as obras douro e prata* como era da Rainha D. Leonor Senhora mynha Jrmãa — poderia ter escolhido e aconselhado o lavrante ou a oficina *se a elle as nam quiser fazer*.

O relicário de ouro da Madre de Deus é uma jóia arquitectónica ímpar do módulo *romano*. Num dos escudetes, firmado na base de uma das pilastras, foi esmaltado o camaroeiro, emblema da rainha D. Leonor que, no seu testamento — ao legar o formoso artefacto ao mosteiro — registou ter sido feito por *mestre João* ²⁷.

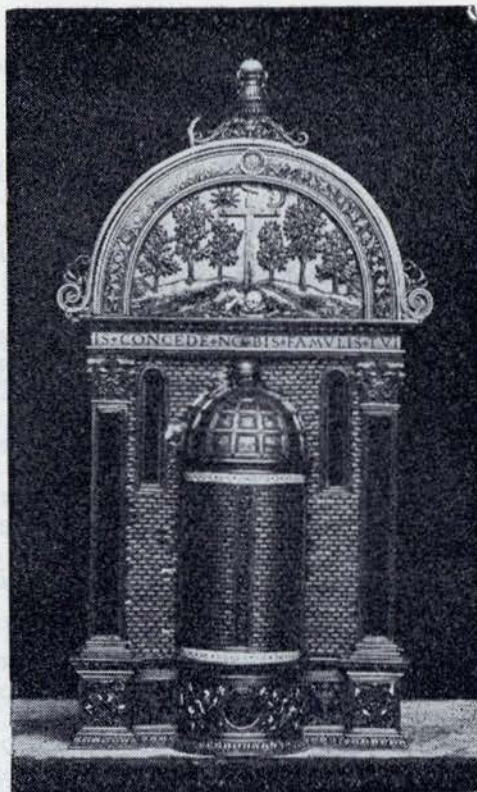
²⁵ V. *mihí A Custódia de Belém*, Lisboa, 1958; João Couto e António Manuel Gonçalves *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, 1960-2, pp.

²⁶ *In relatório da reintegração da Custódia de Belém*, 1929 (Arq.º do Museu Nacional de Arte Antiga), cit. J. Ferreira Tomé, *ob cit.*, p. 16.

²⁷ Um dos capítulos do testamento da rainha D. Leonor, inserto na *Chronica Seraphica* de Frei Jerónimo de Belém, estipula: «Item, deixo ao dito



anverso



reverso

Relicário da Rainha D. Leonor
 Museu Nacional de Arte Antiga

Construído segundo o «estilo do renascimento italiano»²⁸, parece ter sido lavrado na tenda olisiponense do mestre João van den Stan²⁹ — decerto dotado de invulgar capacidade e ecléticos conhecimentos — com recursos do que ao tempo dispunham as nossas oficinas, até mesmo na manipulação dos esmaltes e na sua aplicação, arte em que tínhamos atingido um considerável desenvolvimento.

Mato Serrão (Carvoeiro, Lagoa), *Corpus Christi*, 86

Moesteiro da Madre de Deos o Relicario que fez Mestre João, em que está o santo Lenho da Vera-Cruz, que ora anda na cruz d'ouro, pequena; e assi está nelle o Espinho da Corôa de N. Senhor Jesu Christo com certos fios da sua vestidura, o qual Relicario he todo d'ouro. guarnecido com certas pedras finas, que estão dentro». (Parte III, p. 85) — Cit. D. José Pessanha. *O cális de ouro do Mosteiro de Alcobaça — A Porcelana em Portugal (Primeiras tentativas)*, Coimbra, 1923, pp. 10-11, em nota.

²⁸ João Couto, *Ourivesaria Portuguesa*, 1929, cit., p. 31.

«O estylo do relicario, quasi pura Renascença, no primeiro quartel do seculo XVI, levaria antes a attribuir esta obra a algum artista italiano. Todavia não é impossível que um flamengo, educado na Italia, antecedesse por esta fórma os seus compatriotas». — Augusto Filipe Simões, *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental...*, 1882, cit., p. 97.

«A construção architectonica faria honra ao mais severo adepto do purismo italiano, como o douto Sagredo o desejava». — Joaquim de Vasconcelos, *Arte Religiosa em Portugal*, vol. II — «Museu de Arte Antiga», cit., fasc.º n.º 16.

«O conjunto architectónico, os *grotteschi* dos sócos, os escudetes recortados, um deles assinalado com o emblema da rainha D. Leonor, fundadora do convento a que o legou, a imitação da silharia almofadada, a cúpula panteónica de tabuleiros, os caracteres romanos das inscrições, tudo fala, nesse relicário, à moda italiana.

Contudo o seu autor, artista de envergadura pela maneira como trabalhou e combinou o ouro, os esmaltes, a filigrana e as pedras, não era um italiano». — Vergílio Correia, «Arte: o século XVI», in *História de Portugal*, Portucalense Editora, vol. V, Barcelos, 1933, p. 518.

²⁹ «Uma referência da *Chronica Seraphica* diz-nos que esse artista foi Mestre João. Donde viera, ignora-se. Mas nos arquivos olisiponenses encontramos, no primeiro quartel do século XVI, um ourives denominado João van den Stan (cujo apelido exacto decifrámos em 1930), que é o próprio Mestre João, autor também da custódia do Mosteiro da Conceição de Beja, encomendada por D. Manuel, e paga em 1511». (Vergílio Correia, id.).

No documento, descoberto por João Pedro Ribeiro (in *Dissertações chronologicas e criticas*, V. 332), quem primeiro tentou decifrar a assinatura foi J. T. Silva Bastos — Cf. F. M. Sousa Viterbo, *A Exposição de Arte Ornamental — Notas ao Catálogo*, Lisboa, 1883, sep.º do *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, (3.ª série, n.º 9, ed. 1882).

Já Filipe Simões, em 1882, ao publicar o documento-recibo, repetia a interpretação da assinatura, embora acrescentasse: «O nome, que difficilmente se decifra, indicâ-nos pois um artista flamengo — (ob. cit., p. 97). D. José Pessanha, pelas dúvidas emitidas quanto à leitura do apelido, publicou o fac-simile da assinatura do documento (Torre do Tombo, *Corpo Chronológico*, parte I, maço 10. doc.º 55), conservando a decifração: Johan van den Staygolstsytt.

«Posso garantir que Mestre João era alemão. Se era o próprio João van den Stan (até agora lido *Staygolstsytt*) não asseguro, mas é possível». — Vergílio Correia, «Artes Industriais ou applicadas em Portugal no século XVI — Ouro e ferro», in *O Instituto*, 1930. cit., p. 557, em nota.

○ 5.º Sermão da Natividade, apologia do "dia de sam bertolameu"

por DURVAL PIRES DE LIMA

Este ensaio divide-se logicamente em duas partes. Na primeira trato da entrada e consolidação da Reforma calvinista na França dos Valois, na segunda da sua repercussão em Portugal, mais precisamente em 1572.

A Grande Miséria, *la grande pitié du royaume de France* usando a conhecida expressão de Cristina de Pizano, trazida pela Guerra dos Cem Anos e pela desorientação causada pelo Grande Cisma, tornou a população rural da monarquia permeável às correntes heréticas que perturbavam as consciências cristãs no final do Século XIV e começos do imediato. Menciono em especial a doutrinação de Huss, de Jerónimo de Praga e de Wiclef. Tal situação alastrou e aumentou de importância com o decorrer do tempo.

A Reforma começada em força nas primeiras décadas do Século XVI não se apresentou abertamente agressiva no reinado de Francisco I, mas as teimosas lutas com a Casa de Áustria — durariam perto de cinquenta anos — acompanhadas de miséria e perturbações de consciência facilitaram a missão dos pregadores, em especial calvinistas, acentuando-a com a doutrina da pobreza evangélica das primeiras Igrejas. Acenavam com Cristo, com a humildade dos Apóstolos e com os conceitos dos Profetas bíblicos e também com o direito de resistir à tirania dos príncipes em matéria de fé. Estas directivas foram mais aproveitadas no entender dos discípulos do Patriarca de Genebra do que na orientação dos pastores luteranos. Estes eram em particular contra a Igreja Romana da época, mais materialista que espiritualista; eram contra os seus quadros, a sua riqueza e a sua *Cabeça*. A nova e impúdica Babilónia era o quadro onde se moveram o vicioso Alexandre VI, o político Júlio II e o faustoso Leão X. À lubricidade da pintura e da escultura, à ressurreição

daquilo que os séculos haviam poupado da Grécia e de Roma e que enxa-meava jardins particulares e praças públicas e que transformara as Igrejas em templos de pornografia, opunham eles a simplicidade e a piedade dos verdadeiros cristãos. E, mais ainda, os Calvinistas, misturavam a sua Fé, sincera, com o conceito de liberdade religiosa, só aparente, diga-se, inaceitável na época, e um republicanismo embora mais aristocrático que democrático. De uma ou doutra maneira os dirigentes franceses da nova doutrina foram recrutados entre as grandes figuras da nobreza e da inteligência.

Desenvolveu-se a Reforma protestante sem alarde no tempo de Francisco I e apenas o fanatismo duns quantos a tornou suspeita ao monarca. Um certo misticismo e a sua maneira de ser faziam do rei um príncipe sensível à doutrina dum Lefèvre d'Étaples ou dum Clément Marot, dum Louis Berquin ou dum Théodore de Bèze. «En effect, il accueille les premières manifestations sans aucune repugnance», escreveu uma autora do século passado, que acrescenta: «Tant qu'il ne s'était agi des libertés de la pensée et de conscience, François I.^{er} avait eu s'y montré sympathique».

Mas o comportamento dos pastores e daqueles que os seguiam despertou no volúvel soberano uma atitude contrária. Assim, escreveu Brantôme: «Le Roi haïssai la nouvelle secte comme tentant plus à la destruction des royaumes et des monarchies qu'à les edifications des âmes». A Reforma não era uma obra de redenção das almas, mas de subversão e destruição da sociedade⁽¹⁾.

Margarida de Valois, duquesa de Berry, conselheira sagaz e muito ouvida, admiradora de Erasmo e Berquin, comungava com o pai no sentido da compreensão e da tolerância, se não mesmo da simpatia. Mas a partir de 1525 as tropelias dos seguidores da doutrina calvinista em Paris e em Meaux alarmaram Francisco I e a filha. Aos olhos de ambos, e como se escreveu, a heresia não visava apenas Roma mas a própria liberdade de consciência e ameaçava a cultura que se desenvolvera à sombra do catolicismo medieval.

Os papistas organizam-se em torno do cardeal de Tournon e do duque de Montmorency; os concílios de Lyon, de Paris e de Bourges, embora eivados de Galicanismo anti-papal, alertaram os mais incrédulos contra os huguenotes. Dum panfleto contra a Eucaristia procede a repressão ordenada pelo édito de 29 de Janeiro de 1534, aliás revogado em 16 de Junho imediato. Fora o *Affaire des placards*. A tolerância vigorou efectivamente até ao falecimento do monarca, a 31 de Março de 1547. Arguto, sentindo o fim, o soberano

(1) M.^{me} C. de Coignet — *Fin de la Vieille France, François I^{er}/Portraits et récits du seizième siècle*, Paris, 1885, pp. 257 e segs.

aconselhou o sucessor a reccar as sugestões de Montmorency e dos Guise, cobiçosos de poder, mascarando-se em defensores do Catholicismo.

Henrique II governou a França doze anos (1547-1559). Era católico sincero, sem fanatismo. Teria beneficiado na meninice da influência da madrasta, D. Leonor de Áustria, irmã de Carlos V, mitigada pelo sentido humanista da irmã, Margarida de Valois, mais nova que ele quatro anos⁽²⁾. A mulher, pequena acção teria tido sobre ele em matéria religiosa. Casara em 1533 com Catarina de Médicis, parenta dos Papas Leão X e Clemente VII, grande admiradora de Maquiavel, crente na aparência e admirando no Catholicismo apenas o seu aspecto formal e um pretexto para a sua política, dando mais atenção a Nostradamus que ao *Sermão da Montanha*; enfim, uma esplêndida princesa do Renascimento italiano e uma grande e sensata política.

A acalmia dura até 1551, ano da publicação do édito de Chateaubriant. As manifestações dos radicais, quer católicos quer protestantes, não tinham aceitação de vulto e pelo contrário os moderados, *os políticos*, eram bem aceites. Espontaneamente fizera-se o que hoje se chama um *acordo de cavalheiros* entre as duas facções. Correu assim o primeiro período do reinado, mas tudo se transtornou naquele ano e se agravou nos três últimos da vida de Henrique II por influência dos Guise e da favorita do soberano, Diana de Poitiers, em virtude da aproximação com a Espanha — o casamento de Isabel de Valois com Filipe II — e não menos pelas provocações repetidas do dirigente calvinista François d'Andelot.

À paz religiosa fixada em Cateau-en-Cambrèsis ir-se-ão succeder os éditos de Compiègne (1 de Abril de 1557) e de Écouen (Junho do mesmo ano) que determinaram ser a prática da religião reformada passiva da pena de morte e os condenados sujeitos à fogueira. O primeiro auto da fé realizou-se em Paris a 10 de Julho daquele mesmo ano, dia da morte de Henrique II, vítima de acidente num torneio.

Foram nas cidades os artesãos da pequena burguesia e nos campos as populações dos lugares mais escusos e pobres quem de início se tornou adepto fervoroso dessa *Doutrina de Redenção* pregada por iluminados. Mas aos poucos cresceram as adesões da nobreza, alta e baixa, nas mais das vezes atraída pelos bens da Igreja, bens móveis e, em especial, os imóveis. A tais

(2) Tinha cinco anos quando ficou órfão da mãe (1524) e onze quando do segundo matrimónio do pai com D. Leonor, viúva de D. Manuel I. A mãe, a *Bonne Reine*, Cláudia de França (que deixou o seu nome a um fruto, a *Rainha Cláudia*), fora noiva de Carlos V ao tempo que era designado por Rei dos Romanos e como filho e sucessor de Filipe I de Espanha e neto do Imperador Maximiliano. D. Leonor padeceu as infidelidades de Francisco I e a malquerença da corte, em especial da sogra e da enteada.

ambiciosos acrescentaram-se desígnios políticos. Os descendentes daqueles grandes do reino, recalçados por Luís XI, não haviam esquecido as afrontas e o garrote do poder real. Nasceu assim uma outra *Liga do bem público* onde o papel principal pertencerá aos Bourbons, *Messieurs les Princes*. Por sua vez, a realza irá defender-se com a ajuda dos príncipes lorenos, Henrique e Francisco de Guise, valentes, desembaraçados, ambiciosos e demagogos. Francisco I receara-os, Henrique II temeu-os e Catarina de Médicis odiou-os, mas usou-os quando lhe pareceram necessários. Com o advento do novo rei, Francisco II, mal saído da puberdade, (estava-se em 1559 e nascera em 1544), aumentou o prestígio dessa família na Corte e nos Conselhos. O novo monarca casara no ano anterior com a rainha da Escócia Maria Stuart, sobrinha dos Guise. O reinado mal durou um ano.

Catarina, que entretanto exercera a regência, conservava-a agora por intermédio do segundogénito, Carlos IX, príncipe doente, vicioso segundo uns e que os huguenotes mal toleraram defendendo os direitos de António de Bourbon casado com Jane de Albret, que se intitulava rainha de Navarra, ou do irmão, o Príncipe de Condé, *Monsieur le Prince* (3).

Os protestantes moderados confiavam na habilidade da Florentina, regente do reino. Assim o deu a entender o Sínodo Geral então reunido em Paris, donde saiu a profissão de fé de submissão absoluta à pessoa real. Mas essa profissão de fé trazia um senão, de inspiração calvinista: «Pourvu que l'empire souverain de Dieu demeure en son entier». A paixão que ardia nos irredutíveis mal deixou correr tempo sobre a intenção do Sínodo.

De má vontade a rainha aceitara uma espécie de co-regência com os Guise. O Cardeal de Lorena, Carlos de Guise, era ou suspeitava-se ser o mentor do novo rei através da esposa profundamente católica e mulher de vontade indomável. A alta nobreza convertido à Reforma quer a laicização dos bens eclesiásticos como aconteceu na Inglaterra com Henrique VIII. Por

(3) Dos vários noivos apresentados por Filipe II de Espanha à irmã, D. Joana de Austria, viúva do nosso Príncipe D. João, (filho e herdeiro presuntivo de D. João III e mãe do rei D. Sebastião, teria sido exactamente Carlos IX o único preferido pela *Desdichada* a quem Júlio Dantas dedica um ligeiro estudo «Duas Princesas» em *Mulheres*. Transcrevo um passo dele: «A beleza e a magestade dessa admirável mulher, que devia andar pelos quarenta anos e que enviudara aos dezoito, impressionaram vivamente Brantôme. 'Je la contemple et admire d'abord. et si fixement, que sur le point j'en devenois ravy'» E que, a uma pergunta de D. Joana ao autor das *Dames Galantes* sobre a beleza de D. Sebastião, e à sua resposta «C'est la vrai image de votre beauté, madame!» a Princesa, que tão admirada fora do nosso Jorge de Montemor a quem Camões dedicou a sua Egloga 1.ª, teria retorquido ao galante gascão com «un petit souris et couleur de visage». Sobre ela e sobre o malfadado esposo apresentei à Academia Portuguesa da História, em 1986, uma comunicação com o título *Crónica do Príncipe D. João*.

sua vez, os Parlamentos regionais — apenas tribunais de relação — que pretendem transformar-se em instituições político-jurídicas e únicos intérpretes do Direito Cesáreo serão outros tantos inimigos da Igreja que lhes disputava autoridade e soberania. Por sua vez, o *Tiers* lança o pregão do Nacionalismo acusando os Guise de estrangeiros. A política dos Lorenos, talvez acertada, mas no momento intempestiva, alargara o fosso existente na sociedade francesa. Em oposição ao Poder Real, o legal, forma-se o do *Partido* político-religioso, como dentro de poucos anos, mas de sinal contrário e desafiando Henrique III e Henrique de Bourbon, virá a formar-se a *Santa Liga*.

Segue-se uma série de episódios importantes mas dispensáveis de relatar. Bastará dizer que por vezes o próprio *Partido* censurou adeptos como exaltados e que na Assemblée de La Ferté surgiu uma quase irremediável cisão. Acontece a imaginada tentativa de Condé raptar Francisco II, que residia em Amboise, mas que abortou tragicamente (1560): «Ainsi furent plusieurs jours, pendant un mois — escreveu Regier de La Planche — employés ou à couper têtes, ou à pendre ou à noyer [...] les rues d'Amboise étaient coulantes de sang et tapissées de corps morts». O odioso da repressão caiu sobre o Cardeal de Lorena: título dum panfleto — *Épître envoyée au Tigre de France*.

Durou o reinado de Francisco II de 10 de Julho de 1557 a 5 de Dezembro, como acima escrevi. Foi no seu tempo que se publicou o Édito de Romarantin inspirado pelo chanceler Michel de l'Hôpital. A acalmia obtida destruiu-a António de Bourbon. À sua sombra e à do irmão, o Príncipe Luís, a guerra alastrou pelo Midi e pelo Cuyenne. O pai de Henrique IV negociou com a rainha Isabel, com os luteranos alemães, com a Regente e, cúmulo do absurdo, com o irmão de Carlos V, o católico imperador Fernando.

Entretanto, subia ao trono Carlos IX e Catarina conservava-se como regente. Os Estados Gerais de Orleães, logo reunidos nos derradeiros dias do mesmo ano de 1560, mostraram-se duros para com a política dos Lorenos, aprovam a liberalização do culto protestante e a suspensão dos processos religiosos (Cartas patentes de 20 de Fevereiro e de 11 de Abril de 1561). Tal transigência da Coroa obrigou a Florentina a explicar e a acalmar os receios de Pio IV e de Filipe II dando-as como necessidade política. A par disto, uma plêiade de escritores reclama um entendimento total e duradouro, ilustrando-se entre eles Ronsard com as *Remontrances au peuple de France* (4).

(4) Dos escritores protestantes são de mencionar Clément Marot que escreveu o elogio do assassinato de Francisco de Guise; Guillaume de Saluste, mais conhecido por *Du Bartas*, que a conselho de Joana d'Albret, rainha da Navarra, publicou o poema *Judi*, Agripa d'Aubigné, calvinista violento autor da *Confession de Sancy*. E outros ainda como Desmazes, Duplésiss-Morlay, o *papa dos protestantes*, a quem se ficou devendo *La Verité et la Religion Chrétienne*; Henri Estienne, *le prince des athéistes* para os católicos, Jean Rodin, Pierre Charron e outros muitos.

O protestantismo alastra, previne o embaixador veneziano Michiele. Disto resulta serem ilusórias as esperanças de paz: os huguenotes radicais clamam por uma revolução; a Sorbonne, profundamente papista, acusa o rei de herético e apela para o irmão, duque de Orleães, o futuro Henrique III, tido e havido como bom católico.

Enquanto o Cardeal de Lorena e Teodoro de Bèze discutem em Poissy um problemático acordo (Outubro de 1561), enquanto os juristas Pasquier e Chatillon, católicos moderados, festejam o Édito de Tolerância de Janeiro do ano imediato (1562), os reformados extremistas põem a ferro e fogo o Languedoc e a região bordalesa. «Ces Aquitains — confessava Bèze a Calvino — ne seront contents que quand ils auront exterminé leurs adversaires». Em Abril e Setembro do ano anterior os papistas massacram os adversários em Paris; no primeiro de Março de 1562 um equívoco dá origem ao massacre de Vassy.

«Il serait impossible de vous dire (escreveu Pasquier) quelles cruautés barbares sont comises d'une part et d'autre: ou le huguenot est le maitre, il ruine toutes les images, demolit les sépulcres et tombaux, enlève tous les biens sacrés et voués aux Eglises. En contre echange de ce le catholique tue, meurtrit, noie tous ceux qu'il connait de cette secte».

Por sua vez, o embaixador Michiele comunicava para Veneza: «Je connaissais plus cette France que j'avais autrefois contemplée de mes yeux si soumise, si unie, si forte et si grande.» Anos mais tarde, D. Teotónio de Bragança o mesmo dirá ao escrever aos Mestres da Sorbonne de que fora discípulo: «Quant à moy i'ay tousiour en pitié des misères de la Frãce ces dernières années passées, et ay deploré ses guerres ciuiles et intestines» (5).

Catarina de Médicis, pensando sempre num *aggiornamento* para solução da crise política e religiosa, afasta do filho o duque Francisco de Guise e os marechais de Montmorency e de Saint-André e aproxima-se do Almirante Coligny que passará a agir em sentido inverso sobre o permeável monarca e que, de acordo com a Regente, planeará o casamento de Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, com Henrique de Bourbon, filho do Príncipe António e agora o chefe mais prestigioso dos huguenotes. Mas Chatillon, que não acredita na eficiência do adiamento «fait savoir à la reine qu'il n'y a plus à esperer de moderation [...] la guerre commencera. Mais le royaume n'est-il pas déjà en pleine révolution?» (6).

(5) A carta do arcebispo de Évora intitula-se *Missiue envoyé par un prélat d'Espagne a Messieurs de la Faculté de Théologie de Paris*, Paris, 1591, pp. 3 e 4 (texto em francês e latim).

(6) Lucien Romier, *Catholiques et Huguenotes a la Cour de Charles IX*, Paris, 1924.

A mais pequena explosão irá desencadeá-la e então a guerra durará trinta anos, de Julho de 1562 a Julho de 1593. Quatro guerras indecisas com massacres e destruições inúteis, com crimes inenarráveis, alguns de traição à pátria (7). Mas a grande explosão não foi em 1562, mas após dez anos de incertezas e contradições, de desilusões e cansaço das forças adversas. Quando essa grande explosão desfez a paz podre até então vivida (1562-1572) não foi propriamente a Religião que deu fogo à mecha, mas uma circunstância de natureza política: a luta de influências. Quem era o mentor de Carlos IX, a Mãe ou Coligny? Qual dos dois teria de se recolher à sombra e deixar o comparsa em plena luz? Jogando forte a Florentina decide-se pelo assassinato do valido. Mas o homicídio frustrado transformar-se-á, contra as intenções da Rainha, na tragédia do dia de S. Bartolomeu, 24 de Agosto de 1572, o dia em que, segundo a crendice popular, o Diabo andava à solta.

«Trois mille victimes à Paris en quelques heures, une boucherie insensée en province pendant plusieurs jours — escreve um autor — Catherine n'a trouvée que ce moyen: arracher au roi affolé un ordre de mort contre les protestants pour dissimuler un attentat raté contre Coligny» que os radicais do Partido tinham por legítimo rei de França com o título de Gaspar I, sucessor doutro rei protestante, Luís XIII, aliás Luís de Condé (8).

*

* * *

Uma das primeiras notícias do movimento reformista chegou a Lisboa em 1523, por carta do Embaixador em Roma, D. Miguel da Silva, para D. João III, datada do dia 25 de Maio. Transcrevo-a em parte: «Neste posto me dizem que he viinda huma carta do archiduque de Austria (Fernando, depois imperador da Alemanha) que martim luter, aquelle frade de Santo Agostinho que tanta torvação tem dado ha cristandade e a fée, he preso com muitos dos de sua seita: praza a Deus que seja verdade purque he pesca de grande escandalo no mundo, ainda que por nossos pecados tam arreigada

(7) Os múltiplos crimes praticados a coberto de *Religião Reformada* deram origem a um sem número de novelas e romances baseados em episódios autênticos ou apenas fruto da inventiva. Menciono alguns apenas: *De quelques assassins* do historiador Pierre de Vaissière, *Le Baron des Adrets* do mesmo autor, *Diana de Tugis* e *Les deux Dianes*, respectivamente de Mérimée e de Dumas. Também no mesmo estilo escreveu o académico Maurice Maindron. Dum contemporâneo, recordo as *Historiettes* de Tallemant des Réaux.

(8) J. Chartrou-Charbonnel, *La Réforme et les Guerres de Religion*, Paris, 1936, 1.ª P., Cap.º IV, 3.ª P., Cap.º II; Jean Guiraud, *Histoire partielle Histoire vraie*, Vol. II, Cap.º XIV, XVI-XVIII, Paris, 1928.

sua opinião em toda alemanha que pola ventura nam abastará ser elle preso, como nam abastou em boemia a morte de geronimo (aliás João) huss a qual mais acendeo que apagou o fogo»⁽⁹⁾. Em 1572 sentia-se fora das fronteiras da França que a frouxidão do poder real favorecia uma crise dentro em pouco.

A 25 de Março D. Catarina, a rainha viúva de Portugal, escrevia ao Cardeal Alexandrino dando-lhe pêsames pela morte de Pio V, o *Papa do Rosário*. Falando no novo pontífice, que viria a ser Gregório XIII, o da Reforma do Calendário, dizia que o Santo Padre deveria com urgência remediar os males presentes «pera bem e quietação de seu povo principalmente no que à França toca donde tanto mal se pode temer»⁽¹⁰⁾.

As próprias relações entre Portugal e a França estavam novamente ameaçadas. Os corsários franceses, com predominância dos huguenotes, reforçavam os seus ataques a coberto da Religião. Sem falarmos no Brasil, o nosso litoral europeu poderia ser vítima das suas pilhagens. Por duas vezes Filipe II advertiu D. Sebastião do perigo provável⁽¹¹⁾. Já antes de Março de 1572 o soberano português pedia ao Cabido de Évora um empréstimo de cinco mil cruzados para lutar contra os luteranos e os calvinistas de França, hostis ao Reino, e que tinham em opressão seu próprio rei⁽¹²⁾. Neste mesmo ano Henrique de Guise baseado em promessa do rei de Espanha procurou expulsar os huguenotes do bastião que era a Rochela. Em 1575, D. Sebastião planeará uma jornada para libertar aquele porto⁽¹³⁾.

O casamento de Margarida de Valois com Henrique da Navarra foi tido por alguns como o primeiro passo para a paz tão desejada, mas sempre tão esquiva, e para que um protestante se aproximasse do trono. Todas as guerras, sem resultado definitivo, haviam conduzido muitos *papistas* a uma certa benevolência para com os adversários, não por simpatia, mas por necessidade política. Alguns sintomas faziam acreditar, porém, em nova crise: as Comunas, de maioria huguenote, queriam ser verdadeiras repúblicas à maneira de Genebra e organizar-se em federações com direitos que manietavam a soberania real, enfim, um contrato político social com o soberano (Convénio de Millau)⁽¹⁴⁾.

⁽⁹⁾ *Corpo Diplomático Português*, T. II, pp. 152-153.

⁽¹⁰⁾ *Idem*, T. X, pp. 446-447.

⁽¹¹⁾ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, T. 3.º, pp. 456 e 463: Cartas ao seu embaixador em Lisboa, de 14 de 26 de Junho de 1572.

⁽¹²⁾ *Idem, ibid.* Correspondência de 15 de Março, p. 453.

⁽¹³⁾ *Idem, ibid.*, p. 460: Carta para o embaixador em Paris, João Gomes da Silva, do mês de Outubro.

⁽¹⁴⁾ Chartrou-Charbonnel, loc. cit., p. 189 e segs.

Sucede a tragédia de 24 de Agosto de 1572 e a notícia dela chega a Portugal por via do nosso embaixador. É através desta carta que Pero Roiz Soares dá notícia do massacre⁽¹⁵⁾.

«Estando el Rey [Carlos IX] em Paris aos 22 de Agosto de 1572 saindo o almirante [Gaspar de Coligny] do paço delRey se deteu a ler hũa Carta na Rua a qual lhe deu hũ caualr^o luterano e estandoa lendo lhe atirarão de hũa cassa com hũ Arcabus com quatro pilouros apeçonhentos dos quais hũ lhe rompeu hũ dedo da mão direita e entrou por antre os da esquerda rompendolhe os ossos ate sair polo cotovelo e sentindosse ferido desimulou e mandou que uissem queen lho tirara e indo buscar acharão que aquele que lhe tirara foy hũ archeiro de Guarda delRey [Tosinghi] o qual hauuia escapado por hũa porta falça donde tinha hũ bom caualo em que se acolheo e ouue deferentes pareceres sobre quẽ o auia mandado fazer hũs dezião que elRey e outros que Monsior dnyu [o Duque de Anjou e de Alençon, Hércules Francisco] ou os duques de Guissa [Henrique, o *Balafré*] ou os de Aumala [Cláudio de Guise, irmão de Henrique] e outros deziã que o duque dalua [Don Fradique de Toledo, governador do País Baixo] e outros q̃ a mesma Rainha mãi delRey». Com este discurso começa a notícia do crime cometido em 24 de Agosto, dia «de sam bertolameu»⁽¹⁶⁾.

Escreveu Pero Roiz que estando o rei de França jogando à pela com o duque de Guise lhe disseram como Coligny havia sofrido um atentado e «se alterou de man.^{ra} que perdeu a cor do rosto e forão logo iuntos ao paço com toda a gente delRey q̃ ahi estaua a Rainha [...] e logo mandou hũ surgião pera curar o almirante porem não se quis curar com ele.»

(15) As informações oficiais aproveitadas pelo autor do *Memorial* provieram duma *Relassão de uerbo a uerbo* q̃ o embaxador mandou a el Rey dom Sebastian e depois desta lhe mandou outra que de uerbo a uerbo he a que sse segue, narrativa tendenciosa, de origem suspeita por comprometida nos acontecimentos, mas que Roiz Soares por simpatia aceita «de uerbo a uerbo». O *Memorial* foi publicado em Coimbra, em 1953, com leitura e revisão do falecido Prof. Manuel Lopes de Almeida, pp. 58-63.

(16) Anjou foi o oitavo filho dos dez que geraram Henrique II e Catarina de Médicis e desta o *benjamim*. Para ele desejou a soberana a coroa de Portugal em 1579-1580 ou então a França Austral, isto é o Brasil. O príncipe relacionou-se com o conde de Vimioso e com o Prior do Crato, que foi acusado gratuitamente de haver acalentado o sonho de Anjou e da mãe. Morreu solteiro em 1584.

O Tosinghi, Maurevent dizem outros, que atentou contra a vida de Coligny era um espadachim italiano ao serviço da *Florentina*.

O memorialista refere como suspeitos de instigadores os Duques de Guise. Correctamente deveria de ter escrito «o duque», isto é Henrique, pois o pai, o Duque Francisco, fora assassinado nove anos antes pelo reformado Poltrot de Méré. Henrique sofreria também morte violenta à ordem de Henrique III.

O d'Aumale era irmão de Henrique e mais conhecido por Cardeal de Guise, depois chamado «de Lorena», foi um dos Conciliares de Trento com quem conviveu o Doutor Diogo de Paiva de Andrade. Uma irmã de ambos foi Maria, rainha da Escócia por casamento com Jaime V, mãe de Maria Stuart.

Mais tarde Carlos IX e a mãe visitaram o ferido e convidaram-no a acolher-se no paço, o que foi regeitado pelo próprio dizendo ele «que inda ã perdesse o braço esquerdo que lhe ficava o direito e duzentos mil homs pera uingar a inyuria e traissão ã lhe auiam feito».

Partidos os visitantes, o ferido convocou alguns cabecilhas a quem transmitiu um plano de luta: o assassinato do rei, da rainha mãe, dos irmãos do monarca e do Duque de Guise, e a proclamação do rei de Navarra, recém-casado com Margarida de Valois. O Conde de Montmorim ajuntaria uma força de choque, de quatro mil homens «no burgo de São Germão».

Henrique de Bourbon, isto é o Rei de Navarra, denunciou as intenções de Coligny à esposa e esta à mãe, Catarina de Médicis, que por sua vez alertou Carlos IX. A contra-revolução foi confiada a «Monsior danguleima seo irmão bastardo e aos duques de Guisa e de Aumala e de Mompensior e Marichal de memoranci ã he a cabesa como geral do pouo de Paris e mandoulhe que tiuese prestes dous capitães seus pera quando ouisem tocar arma». Os duques degolariam o Almirante e outros, Montmorin e o Vidame de Chartres que então residiam no bairro de Saint Germain. Deveriam procurar igualmente o rei de Navarra e seu tio o Príncipe de Condé. O que a estes se faria não o diz o memorialista⁽¹⁷⁾.

Com minúcia é descrito o massacre: a morte do Almirante e dos que o acompanhavam em sua casa, o Conde de La Mote e um genro de Coligny. Igual sorte tiveram todos que eram achados. A prisão de Henrique de Bourbon fora confiada ao Duque de Mompensier. Só esse foi poupado, pois os demais que estavam com ele foram mortos «e o mesmo dia os arrastarão pelas ruas de Paris e depois deitarão algũs deles no rio».

Montmorin e o Vidame de Chartres lograram escapar «porem cresse ã non se poderão saluar porque per todas as partes [se] fazia grande diligencia pera os alcansar».

E prossegue o Memorial: «E os vizinhos de Paris conforme a ordem que se lhes auia dado e sinal que lhes auiam feito se puserão todos em armas

(17) Henrique de Angoulême, *Le Chevalier d'Angoulême*, foi o mais velho dos bastardos de Henrique II. Era filho duma escocesa, Flamínia de Lewston, dama de Maria Stuart. Foi Grão-Prior de França. Outros bastardos nasceram daquele monarca: Diana de Turgis, aludida na nota 7, duquesa de Etampes e de Angoulême, casada em primeiras núpcias com Horácio Farnésio, sobrinho do papa Paulo III e em segundas com o Condestável de Montmorency. A mãe fora uma certa Felipa Duco, piemontesa, do serviço doméstico de Catarina de Médicis. E ainda a *Demoiselle de Saint-Rémi*, nascida duma Nicole de Sangy e presumida antepassada de Jeanne de la Mote Valois, a principal figurante do *Affaire du Collier* no tempo de Luís XVI.

O Duque de Mompensier era sobrinho em primeiro grau do célebre Condestável de Bourbon, traidor a Francisco I e cunhado dos Duques de Guise e d'Aumale.

e matarão quantos luteranos acharão e saquearão suas cassas com tal agonia q̃ o mesmo dia de são Bertolameu ao m.º dia auião morto e deitado ao rio mais de cinco mil pessoas entre eles m.^{tos} caualeiros e os apanhauão de seis em seis, de oito em oito e em caretas ou leuauão a nauegar ao rio a todo[s] como cãis q̃ rraiuauão e os fazião ir ao fundo dandolhes com as alabardas sem nhũa contradissão nẽ estrouo e as fazendas as leuauão pelas ruas como em sinal de triunfos e grandes uitorias». A ordem de extermínio foi mandada a Ruão e Orleães. Cumpriu-se a 27 do mesmo mês: trezentos calvinistas achados naquela segunda cidade foram afogados no Loire.

Advertido o monarca de que os ingleses e os alemães levariam muito a mal o massacre ele teria respondido nada recear «tendo por amigo a elRey Catolico seu cunhado»⁽¹⁸⁾ e preveniu-se o reino de ser crime acolher e dar fuga aos protestantes. O massacre de 24 de Agosto teria sido agradável a Filipe II. O duelo político da Médicis com o almirante Coligny baseava-se em parte nas intenções secretas da *Florentina* que premeditara um golpe nas ambições do soberano espanhol em subordinar a monarquia francesa à hegemonia da casa de Áustria. Habilidosamente procurava uma aliança com a Inglaterra e com Portugal: a aliança inglesa, levando Isabel a aceitar como sucessor o Duque de Anjou e abandonando à sua sorte a nora, Maria Stuart, viúva de Francisco II; outra aliança com Portugal pelo casamento de Margarida de Valois (que seria mulher de Henrique IV, como é sabido) com o rei D. Sebastião, para o que obtivera o apoio do papa Gregório XIII. O massacre impediu a aproximação com a Tudor. As intenções de Coligny eram outras, também contra a Espanha; propósito de realização imediata: apoio absoluto aos rebeldes holandeses. Terá, pois, Filipe II sido o responsável do atentado praticado por Maurevert? Regosijo também para o *Prudente* o morticínio de 24 de Agosto: manteria o clima de guerra civil em França bem como a hostilidade dos protestantes do País Baixo, da Ale-

⁽¹⁸⁾ Mais correcto teria sido Carlos IX dizer «que fora seu cunhado». Com efeito Filipe II contraíu terceiras núpcias com Isabel de Valois, irmã do monarca francês mas falecida, com vinte e três anos, em 1568. Logo no ano imediato, para assegurar a sucessão, o *Prudente* casou com uma filha de Maximiliano II. Do matrimónio com a Valois nasceram as princesas Isabel Clara Eugénia (1566) e Catarina Micaela (1567). Esta viria a casar com o Duque da Saboia, Carlos Manuel, filho do pretendente ao trono português em 1580. A primeira, após haver sido indicada para mulher de D. Sebastião, veio a sê-lo do Arquiduque de Austria, Alberto (1599), que foi vice-rei de Portugal (1583-1593) e governador do País Baixo espanhol (1595-1598). Ambos foram extremosos protectores do grande Rubens. Diga-se de passagem que Isabel de Valois foi suspeita de despertar o amor do malfadado Príncipe D. Carlos, filho do rei Filipe e da nossa Infanta D. Maria Manuel. A suspeita foi aproveitada pelos Românticos. Uma história ao sabor do El-rei Seleuco, mas com desenlace trágico.

manha e da Inglaterra e facilitaria, como facilitou anos depois, a sua intervenção armada em França apoiando a *Liga*.

No *Memorial* segue de imediato a transcrição do segundo relato proveniente do nosso Residente em Paris:

«As cossas de Religião Cristan em França uão louado Nosso Sñ^{or} encaminhadas como conuem ao aumento da fée e extripassão das eregias procedendo conforme ao preñçipio que tieurão na morte do Almirante e das outras cabessas dos ereges porq̃ ia não tem os ereges outra esperança senão redizense ou sairensse de França coomo fes o conde Mongomorim que se saluou em Inglaterra porq̃ ordeinariam.^{te} os prendem em todas as partes e executão como fizerão em Lião-Orliaëns-Burges-Bordeus e se procede dentro de Paris»⁽¹⁹⁾. Ordenou-se que todos aqueles que professassem a religião reformada

⁽¹⁹⁾ O número inicial de mortos constante da relação do embaixador português condiz com o fornecido por alguns autores franceses, aliás suspeitos, Guiot e Mane. Em desacordo apontarei Gauthier, Devinot e Deschamps, que afirmam terem sido as vítimas dez mil, e trinta mil no dizer de Aulard e de Debidour. Para outros, no final da manhã de 24 de Agosto o morticínio atingira dois milhares e prosseguiu por todo o reino nos dias imediatos. Estes números dá-os o historiador católico Jean Guiraud, professor da Universidade de Besançon, que escreveu: «Les évaluations globales sont aussi incertaines que les évaluations ao détail dequelles elles dependent». Papyrius Masson assegura dez mil, La Papelinière, protestante, vinte mil, Sully setenta mil, Péréfixe cem mil, todos estes quase contemporâneos. O mesmo professor citando um artigo dum moderno historiador alemão, luterano, Funk, no *Kirschenlexicon*, vol. II, p. 942, indica o número apurado em Paris: 486 vítimas, apenas 152 identificadas. Recorrendo à *Dissertation sur le Saint Barthélemy*, do calvinista Cavirac, o total dos mártires teria sido de quatro a cinco mil. 786 identificados. Comenta então Guiraud: «Même réduit à des proportions moins exagérées et plus vraissamblables ce total de 4000 à 5000 victimes fait encore frémier et l'on se serait rappeler sans indignation de pareilles hecatombes.»

Até que ponto o morticínio foi apenas por razões de fanatismo religioso? Lembremo-nos, para Portugal, do ódio da escumalha ao Judeu tido por sanguessuga do Cristão — na crise de 1383, após a morte de D. Duarte quando da «conspiração dos fidalgos» e quando ainda do «milagre de S. Domingos» em tempo de D. Manuel I, contudo, pelo número das vítimas, em nada comparáveis ao genocídio de 1572 e àqueles outros da responsabilidade dos huguenotes em Nimes, em 1567 e 1569, em todo o Langdoc em 1568. Se estes foram fruto do fanatismo religioso (e só?) a tragédia do dia de S. Bartolomeu teve também mais que uma motivação política. Transcrevo ainda um passo da *Histoire Partiale*, de Guiraud: «Ne tenant aucun compte des astuces de la reine mère, il (Coligny) essayait de toutes manières entréner Charles IX dans une guerre contre Philippe II en faveur des Provinces (Unies) revoltées». E como pontualmente há casos que se repetem, pelos ambientes se repetirem, não será apenas a pressão religiosa que armou o braço de Jacques Clément em relação a Henrique III e o de Revaillac em relação a Henrique IV, ambos fiéis à doutrina da guerra por todos os modos à Casa de Áustria, quer a germânica quer a espanhola.

A morte do Almirante, no dizer do embaixador de Espanha, Zuñiga, «vinha a tempo». No entender da rainha tal assassinato era apenas «mais um», natural para ela que vivera antes de casar num ambiente de trágicas violências: o pai, Lourenço o *Magnífico*, teria envenenado Júlio II; o irmão, Ale-

e que beneficiassem de ofícios ou de cargos e pensões a elas renunciassem de imediato. Esperava-se que as providências tomadas poriam cobro à heresia e citam-se exemplos: a conversão da Princesa de Condé e de três irmãos seus em quem, após a morte de Coligny, os huguenotes punham grandes esperanças; a de «hũ Ministro dos ereges tido em grande ueneração entre elles»; o Príncipe de Vendome e cunhado do soberano, Henrique de Bourbon, ou de Navarra, o futuro Henrique IV⁽²⁰⁾.

xandre, empeçonhara a própria mãe e um parente, o Cardeal Hipólito de Médicis, e acabaria, por sua vez, às mãos doutro Médicis, Lorenzino. Não melhor, era outro irmão, Cosme. O rápido inquérito ordenado por Carlos IX designara-a como a principal mandatária do atentado contra Coligny. Para Catarina, só uma tragédia poderia abafar o seu crime, princípio ou norma dessa família de Atridas.

Mas se o chefe huguenote foi uma vítima também do fanatismo, é obrigação recordar que instigara e armara Poltrot de Meré, matador de Francisco de Guise, «un homme hereux, cet insigne Poltrot, libérateur de la France» no dizer de *plant* contemporâneo. É dever também não esquecer que um verdadeiro vandalismo protestante deixou um rasto de destruições nos monumentos religiosos. Durante trinta e três anos, em sessenta e uma povoações francesas esse vandalismo deixou ruínas sem número. A fúria iconoclasta iniciou-se em Bérgerac em 1544 e prolongou-se até 1577, ano em que as vítimas foram as igrejas e mosteiros de Alet. A década de 60 foi a mais terrível, pois três quartas partes das povoações abrangidas figuram nesse período. Depois de 1577 apenas tenho notícia do que aconteceu em Conches em 1590.

Tal rosário de massacres, destruições e represálias foi o fruto duma doutrinação de intolerância, de parte a parte. Testemunharam-na as palavras de Pero Roiz Soares e do famoso teólogo Diogo de Paiva de Andrade no seu sermão. No campo oposto Lutero, Calvino e o moderado Melanchton não deixaram de a incitar. Qualquer destes como os seus apóstolos Tomás Munzer, Zwinglio ou Carlos Tadt negavam e condenavam o livre pensamento quer aos católicos, quer aos judeus, e ainda aos dissidentes desta ou doutra corrente tida por eles como não ortodoxa. Lutero excomungou Munzer, Calvino amaldiçoou Miguel Servet, Melanchton, impõe aos papistas a conversão ou a morte, Zwinglio prega o seu extermínio e Bucer apela para o poder civil, dos reformados naturalmente, para se desembarcarem os verdadeiros crentes de presença de sequazes da impúdica e diabólica Roma, a ferro e fogo, mesmo das mulheres e das crianças. Do outro lado da barreira, a impiedade era a mesma.

Permita-se-me uma observação ao «conde Mongomorim» citado no *Memorial*: No torneio que se realizou para celebrar os esponsais do herdeiro do trono, Francisco, com a escocesa Maria Stuart, Montmorin teve por adversário o rei Henrique II e desastrosamente causou-lhe a morte. Refugiou-se em Inglaterra, mas de pronto tornou a França. Após o massacre de 24 de Agosto, voltou a acolher-se naquele país e nele se radicou. Seu remoto descendente foi o marechal Montgomery.

(20) A Princesa de Condé era Maria de Clèves, a célebre *Princesse de Clèves*, filha de Francisco de Clèves, duque de Nevers. Casara no próprio ano de 1572 com Henrique de Bourbon, 2.º Príncipe de Condé filho do 1.º Príncipe, Luís de Bourbon, que com seu irmão mais velho, António, rei de Navarra por casamento, chefiara militarmente o partido protestante. Maria de Clèves faleceu passados dois anos. O 2.º Príncipe de Condé e Henrique de Navarra abjuram simultaneamente a doutrina calvinista, mas Henrique, passados quatro anos, desliga-se do Catolicismo e o Papa declara-o inábil a suceder, possivelmente, ao novo rei de França Henrique II.

«O Milagre de Paris — prosseguia a notícia do Embaixador — he serto e foy asy no tireiro da Igreja dos Inossentes defronte de hũa imagem de Nosso Sñ^{or} esta hũ espinheiro q̃ auia annos q̃ estaua seco e quis Nosso Sñ^{or} q̃ milagrosam^{te} dia de sam Luis q̃ foi o dia seguinte depois da morte dos ereges reuerdeçesse e se enxesse de flores e folhas». A maravilha mereceu a visita do Monarca, da sua Mãe e de muito povo. Como sinal de agradecimento, penitência e grande alegria o soberano, a cidade e a Universidade de per si ordenaram três procissões.

Acabada a transcrição dos acontecimentos de França, Roiz Soares diz-nos que a armada preparada em Portugal para ajudar Carlos IX contra os detestáveis *cafards* e que seria comandada pelo «senhor D. Duarte», duque de Guimarães e filho do infante D. Duarte, desaparelhou-se. Porém, decorridas duas semanas, a 13 de Setembro, um Sudoeste violento, «hum vento palmelão» a desmantelou «com tam grande estrago com toda a armada atraues e ao longo de toda esta praya deste rio de Lx.^a q̃ não ficou vela nhũa asy de armada como das mais q̃ neste rio estauam que não fosse destroçada e feita em pedaços».

O consciencioso narrador enumera algumas das naus encalhadas e desfeitas: a do capitão João de Carvalho «a mais fermossa cousa do mundo» que deu em terra junto às casas dos Corte Reais ao Corpo Santo e junto a ela uma galé e outras naus de Vila do Conde; a da carreira de São Tomé «q̃ era a mais fermossa [...] e esta ùa carregada dasuqueres que quazi todo se perderão» desfazendo-se de encontro ao Cais da Rainha; outra no Cais da Pedra, três no Cais da Alfandega e uma no do Carvão. Na Boa Vista perderam-se quinze da Armada do «Senhor D. Duarde» e ainda mais uma da Carreira da Índia. Não foram menores em terra os prejuízos provocados pelo ciclone⁽²¹⁾.

Dias antes da tormenta o embaixador de Espanha escrevia a Filipe II informando-o de que houvera em Lisboa cerimónias de acção de graças pela morte de Coligny e de seus apaniguados e que D. Sebastião iria enviar a Carlos IX um embaixador especial com os seus parabéns. Com efeito, três semanas depois partiu para França o Comendador-mor de Cristo, D. Afonso de Lencastre, a significar ao Cristianíssimo a alegria do Reino pelo triunfo da Fé. Iria pela posta e no trajecto cumprimentaria a Princesa D. Joana, mãe do nosso rei, e os soberanos de Espanha. Que chegado a Paris se hospedaria na morada do residente João Gomes da Silva e que, de acordo com as instruções que levava, felicitaria o monarca e sua mãe, Catarina de Médicis. Insistiria pelo extermínio da heresia e prometeria a ajuda possível. Devia avistar-se igualmente com os Duques de Anjou e de Alençon, irmãos do sobe-

(21) *Memorial*, pp. 63-64.

rano, caso o Embaixador espanhol, o Marquês de Ayamonte, os houvesse já visitado. Não esquecia o *Desejado* os parabéns aos Duques de Aumale e de Guise. Cumprida a missão, deveria regressar⁽²²⁾.

De Roma recebeu D. Sebastião, por sua vez, o breve *Summa cum volumptate accepimus*, de 8 de Novembro. Nele Gregório XIII escrevia haver sabido pelo embaixador António Pinto do soberano ter felicitado Carlos IX: «per literas gratulata Regi Christianissima de ugonetorum extinctionem, quam ei multa consulueris» e bem assim pelas manifestações de prazer havidas em Portugal⁽²³⁾.

Na verdade, o hediondo massacre celebrara-se com as habituais cerimónias congratulatórias: Exposição do SS., procissões e sermão apropriado. A oração foi pronunciada do púlpito da igreja conventual da Graça pelo Doutor Diogo de Paiva de Andrade na presença da rainha viúva, avó de D. Sebastião.⁽²⁴⁾ Celebrava-se a Natividade da Mãe de Deus (8 de Setembro) e a propósito foi evocado o triunfo da Boa Causa. Evocação prematura, aliás, pois na França ainda durante vinte e seis anos se haveria de lutar até à consumação da paz com a abjuração de Henrique IV, com o Édito de Nantes e com a Paz de Vervins; paz abalada decorridos anos com o assassinato do Rei e a precária regência da viúva do soberano, Maria de Médicis, sua segunda esposa⁽²⁵⁾.

(22) Santarém, *Quadro elementar*, T. 3.º, pp. 454 e 455-457, carta de 7 de Setembro e Instruções de 29 de Novembro, estas publicadas integralmente nas *Memórias de D. Sebastião*, de Sousa, 3.º P., L.º 2.º, cap.º 18.

(23) *Corpo Diplomático Português*, T. X, pp. 466-467.

(24) Para a personalidade do pregador poderá consultar-se a síntese que redigi para o Vol. IV da *Bibliografia Geral Portuguesa* editada pela Academia das Ciências, em impressão. Para maior desenvolvimento v. *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. IV, do P. José de Castro, a *História da Igreja em Portugal* (1.ª ed.), Vol III, de Fortunato de Almeida. e a *História da Universidade de Coimbra*, Vol II, de Teófilo Braga. O Doutor Diogo era irmão de Frei Tomé de Jesus, de Francisco de Andrade, cronista de D. João III, de Violante de Paiva, 2.ª condessa de Linhares, por casamento, e doutros dispensáveis de recordar. A família dos Andrades, Andradas à galega, donde provinha segundo afirmava Fernão d'Álvares, o progenitor dos citados, residiu junto ao Paço da Ribeira e teve solar na Anunciada, a Valverde, que passou aos Ericeiras por matrimónio com uma Andrade (hoje edifício da EPAL). Foi nas casas dos Almadas, na Ribeira, que residiram os príncipes D. João e D. Joana. Nelas faleceu o herdeiro da Coroa em 2 de Janeiro de 1554, bem como nasceu o *Desejado*. O antigo mosteiro da Anunciada teve por padroeiros os Almadas.

(25) Em réplica aos massacres de 24 de Agosto e dias subsequentes, a Rochela, Sancerre e Montauban, com maiorias protestantes, declaram-se em guerra com o poder central. Apenas porém a Rochela causou maiores embaraços à Coroa. Carlos IX, para evitar esse centro de resistência, enviou contra ele forças militares comandadas pelo marechal Biron que manifestara desaprovacão ao modo como os católicos se haviam comportado. Sem iniciar as hostilidades, iniciou negociações sobre propostas apresentadas por Carlos IX, que não foram aceites por duvidosas. Recorreu o soberano a outro intermediário, o calvinista François de La Noue, estimado pelo rei pela sua lealdade

e espírito conciliador, que não foi mais feliz, mal julgado pelos insurrectos. Assim começou a 4.^a das oito guerras de religião, que se prolongou até Julho do ano imediato (1573). O partido dos Políticos, aglomerado de protestantes e católicos, conseguiu umas tréguas que duraram até o ano de 1574, mas violadas pela conjura do Duque de Alençon, o irmão mais novo do rei, com Henrique de Navarra. O monarca morreu neste ano. Começa a 5.^a guerra. Vago o trono, o Duque de Anjou, que no ano anterior fora eleito soberano da Polónia, aparece inesperadamente em França, é aceite pelos Estados Gerais e confirmado segundo o ritual nos começos de 1575. Mas é suspeito de fanatismo católico, e contra ele e contra os Guise forma-se uma frente que engloba de novo o Duque de Alençon, o Príncipe Condé e a nobreza protestante, que se apoiam num exército numeroso de mercenários alemães. Os insurrectos são batidos por Henrique de Guise em Dormans, em Outubro do mesmo ano.

O cansaço e a falta de apoios dos ingleses, dos holandeses e dos príncipes protestantes da Alemanha, permitiram a Henrique III promulgar um édito de pacificação. É permitida aos protestantes a liberdade religiosa em todo o reino, salvo em Paris; o acesso a todas as funções públicas e a presença nos oito Parlamntos regionais, a meio por meio; finalmente, a administração e defesa de seis cidades da monarquia. Mas a política do soberano foi mal aceite pela maioria católica acaudilhada pelo Guise. Forma-se a *Santa Liga*, que o rei tenta conduzir sem sucesso. De novo a luta — a 6.^a guerra — mas igualmente de novo um édito repõe a paz até 1580. No ano anterior, o Decreto de Blois confirmara no todo a doutrina do édito de 1576.

O ano de 1580 vai abrir com mais uma sanguinolenta campanha e a morte, quatro anos depois, do Duque de Alençon, provocará uma crise dinástica, pois Henrique III não tem sucessor legítimo e Henrique de Navarra apresenta-se como herdeiro presuntivo. Mas este, que depois de se fazer católico apostatara em 1576, podia subir ao trono de S. Luís? Não, afirma a *Santa Liga*, e com ela a Sorbone e Henrique de Guise que apela para Filipe II. O monarca espanhol intitula-se protector do reino de França.

Assim vão os acontecimentos, com acordos instáveis e surpresas contínuas. Catarina de Médicis, que se mantivera mais ou menos estranha ao que sucedia, manifestar-se-á agora pela *Liga*, Henrique III aproxima-se do cunhado, o pretense rei de Navarra; Paris afirma-se oposto a qualquer negociação com a heresia. Daqui, em 1587, a 8.^a guerra: o Bourbon vence os papistas em Coutras, o Guise desbarata os calvinistas, apoiados por mercenários suíços e alemães, em Montargis. Tudo isto sucede em 1587 e logo no ano imediato a capital do reino abre as portas aos espanhóis e o monarca foge do Louvre e acolhe-se à protecção do cunhado. Sucede-se a aliança do último Valois com o futuro Henrique IV, sucede-se o assassinato do Duque de Guise e do irmão, o Cardeal de Lorena, o cerco de Paris pelos hereges e a morte violenta de Henrique III (1589). Rei de França, o primeiro Bourbon retorna ao catolicismo e é absolvido por Clemente VIII (1593). O que sobrevivia da *Liga* e seus aliados de Espanha são vencidos em Fontaine-Française (1595). 1598 é o ano almejado: à submissão da Bretanha, profundamente católica, seguir-se-á o Édito de Nantes. A quebra com o passado manifesta-se pela substituição do Vermelho dos Valois pelo Branco dos Bourbons, até à Revolução, pelo repúdio da *Reine Margot* por uma Médicis, sobrinha de Catarina.

Várias vezes ameaçado de morte, sempre objecto da inimizade espanhola que ele alimentava gostosamente, Henrique IV é assassinado em 1610 e a viúva, Maria de Médicis, assume a regência na menoridade de Luís XIII. A alta nobreza retoma a sua opposição ao poder real; política e religião mostram-se de mãos dadas aproveitando-se da submissão da italiana a um aventureiro da mesma origem, o marechal D'Ancre e à mulher, a famosa Leonor Galigai. Depois será ao enfatuado Luynes e finalmente ao Cardeal de Richelieu que toma o poder apoiado pelo novo monarca. Mas o problema da Reforma que o mentor do rei soubera resolver, pela manha e pela força, irá ressuscitar no tempo das Frondas e depois, em virtude da revogação do Édito de Nantes por Luís XIV, com a revolta dos *Camisards*, a repressão com as *Dragonades*, e a emigração dos que a não aceitaram para a Inglaterra, para a Holanda e para os estados

Não é muito corrente para os nascidos até ao século XVII, mesmo famosos, poder-se indicar as datas do nascimento e da morte. Ora tal não sucede com o Doutor Paiva de Andrade: veio à luz em Coimbra a 26 de Julho de 1528 e faleceu em Lisboa no 1.º de Dezembro de 1575. Seu pai, Fernão d'Álvares de Portugal (depois de Andrade) teve nomeada nos reinados de D. Manuel e de D. João III como gerente das finanças da monarquia. O Doutor Diogo começou os estudos aos dez anos no convento da Graça com Frei Luís de Montoya. Aos treze inscreveu-se no Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra onde aprendeu Teologia, Filosofia, Latim, Grego e Hebraico. Em 1549, estando já a escola incorporada na Universidade, licenciou-se em Arte; em 1555 alcançou o grau de Doutor em Teologia escolástica e expositiva. Volvidos três anos, como Mestre ensina Véspera e Escritura substituindo o Doutor Álvaro da Fonseca e em 1560 o Doutor Afonso do Prado na cadeira de Prima. No ano seguinte parte para Trento na qualidade de *teólogo de el-rei* e como procurador do Bispo de Viseu, D. Gonçalo Pinheiro.

As suas intervenções nos diversos problemas discutidos foram notáveis: Defendeu a autoridade papal e a Companhia de Jesus; discutiu com inteligência e calor os Artigos sobre a Comunhão, a Missa, o Celibato eclesiástico, a Ordenação e a Vulgata. Acerca desta renovou as críticas de Frei Jerónimo da Azambuja, o célebre *Oleastro*, que estivera presente às sessões conciliares de 1545 a 1546, onde ela fora aprovada por maioria embora com forte oposição⁽²⁶⁾.

luteranos do Império, centros de intrigas em grande parte origem das prolongadas campanhas que acabaram por tirar à monarquia francesa o prestígio que alcançara nos meados do século XVII.

⁽²⁶⁾ — Citarei alguns textos impressos: a *Oratio* pronunciada a 11 de Março de 1562, em Trento, dois meses apenas após o início da terceira e última fase do Concílio, muito elogiada pelo Cardeal Gonzaga, bispo de Mântua, em carta à rainha D. Catarina, foi publicada no próprio ano em Veneza e cinco anos depois em Lovaina; a refutação à defesa do Luteranismo apresentada pelo teólogo alemão Martinho Chemnitz, refutação que figura na obra do nosso doutor na *Defensio Tridentinæ Fidei Catholicæ* impressa em Lisboa em 1578, por António Ribeiro, e sucessivamente em 1580 em Colónia e Ingolstadt e em Veneza em 1592; na mesma *Defensio* figura a *De Vulgata Latinæ Editionis auctoritate*, em que se insurge contra o seu aspecto dogmático imposto pela bula *Insuper*, de 8 de Abril de 1546, como fariam, depois dele, o célebre Padre Mariana, S. Roberto de Belarmino e o P. Richard Simon contestando Bossuet.

D. Fernando Mascarenhas escrevendo sobre as intervenções dos Padres conciliares apontou como as mais elogiadas as dos espanhóis Salmeron e Pero Soto e a do português Paiva de Andrade, «este mais que todos». Na carta de Pio IV de 3 de Janeiro de 1564 o pontífice asseverava ao rei de Portugal: «não ha aí coisa mais digna de um Rei, bom e prudente, que fazendo marcês e honras aos virtuosos» que o monarca o escolhesse para uma alta dignidade da Igreja. Chegou mesmo, o Papa, a sugerir um bispado pelo breve *Eorum officii* de 6 de Setembro. Idêntica sugestão partira também do embaixador Mascarenhas em carta escrita de Salamanca a 28 de Janeiro, dizendo que o Doutor Diogo mostrara em abundância «seus talentos, e compreensão e quali-

O Concílio terminou oficialmente em Dezembro de 1563, mas só nos começos do ano seguinte foram dados por concluídos os trabalhos. O «teólogo del-rei» saiu da Itália em Janeiro, na companhia de Frei Luís de Sotto Maior e do bispo-conde D. João Soares, outros tridentinos. Tanto o embaixador ao Concílio, D. Fernando Mascarenhas, como o Secretário Doutor André Velho, elogiaram-no a D. Catarina. Outro tanto, repito, fez o Pontífice, recomendando-o por duas vezes ao regente, o Cardeal D. Henrique; mas foi apenas D. Sebastião, decorridos oito anos, quem executou as recomendações, mesmo assim modestamente: fê-lo arcediago de Braga e beneficiário de duas igrejas.

Em 1571 a Inquisição procurou inculpá-lo, bem como ao irmão, Frei Tomé de Jesus, de suspeitos de heresia. O processo do Santo Ofício foi anulado por determinação do monarca.

Famoso nos estudos bíblicos, conta-se também entre os grandes oradores sagrados do século XVI português. Foi, na opinião de Fortunato de Almeida, quem mais sermões pregou; o único sermonário impresso nessa época é a colectânea em três Tomos ou Partes das suas orações⁽²⁷⁾.

dade». E que meses antes, a 27 de Julho de 1563, ao discorrer sobre o artigo da Missa, teria feito «uma lição estupendíssima assim na doutrina [...] como nas provas que fez contra Lutero e Calvino» — acrescentara D. Fernando.

Como escrevi, o Tridentino faleceu em 1575 e foi sepultado na Graça, na capela de S. Pedro de Tolentino, em mausoléu mandado executar por sua sobrinha D. Joana de Noronha. A reconstrução setecentista do templo alterou a estrutura da igreja. A modestíssima sepultura actual, está na travessa esquerda do cruzeiro.

⁽²⁷⁾ Os Sermões impressos que figuram nos 3 Livros são 174, quase a metade no 1.º Livro. Mais tarde ter-se-iam perdido, ou se encontram escondidos apesar da proficiência do compilador Frei Manuel da Conceição, sobrinho do pregador que dedicou a compilação a sua prima D. Joana de Noronha, acima referida. O 1.º Livro ou Parte foi impresso em 1603 por Pedro Craesbeck, impressor lisboeta. Há uma variante. Foi traduzido para castelhano por Frei Bento de Alarcon e dado a público por Luís Sanchez em 1617, com oficina em Madrid. A impressão do 2.º, também com variantes, é de 1604, igualmente de Craesbeck. A última Parte demorou dez anos e foi obra da mesma tipografia. A primeira e a terceira Parte são foliadas, a segunda paginada. O rosto da primeira é gravado.

No mesmo 1.º Livro figuram outros quatro sermões à Festa da Natividade da Virgem pronunciados entre 1505 e 1568 e pela ordem seguinte: o 1.º e último na igreja conventual da Trindade, o segundo na paroquial das Chagas e o terceiro na do mosteiro de Santa Clara. Na maior parte de todos eles o Doutor Diogo exprime a veneração que tinha pela Santa Mãe. Além das orações da Natividade citarei ainda, pelo seu interesse particular, a pregada na igreja da Misericórdia de Santarém pelo feliz sucesso da 1.ª jornada de África (1574); a pronunciada quando da trasladação dos restos mortais de D. Manuel, de D. João III e do Príncipe D. João, esta a 13 de Outubro de 1572, preenchida pelo elogio dos dois reis e ao Príncipe apenas destinando meia dúzia de palavras; a de homenagem a D. Afonso Henriques nas exéquias celebradas em S. Vicente (1567); outra em louvor do Imperador Fernando I, nas exéquias na Sé de Lisboa (1564); outra ainda, na Graça, nas do Príncipe D. Carlos, filho de

Esboçada a figura do Doutor Diogo de Paiva de Andrade e resumida a sua actividade como prégador, é tempo de passar ao sermão que particularmente interessa, publicado no 1.º Livro da compilação. Foi na igreja conventual da Graça, como já escrevi, quando o calendário litúrgico festeja a Natividade. Haviam passado duas semanas sobre o dia de São Bartolomeu.

O sermão parafraseia o começo do *Evangelho de São Lucas* «Liber Generationae Jesu Christi» e divide-se em duas partes conexas logicamente: a primeira é por inteiro dedicada à Virgem, escudo contra as heresias; a segunda trata do morticínio dos huguenotes⁽²⁸⁾.

Naquela o Teólogo multiplica os elogios à Mãe de Deus, nossa esperança, socorro dos filhos de Eva, advogada dos pecadores, consôlo para os que bradam

Filipe II e de D. Maria de Portugal (1568). Acerca desta última atrevo-me a escrever algumas palavras, pois o Teólogo não poupou os elogios ao malfadado D. Carlos. Ao acaso transcrevo este passo: «hum Príncipe de que penderam as esperanças de tantos, para quem se conquistaram tantos Reynos, a quem se esperauam tantos estados, a quem tanta gente procurou de prazer, cujos olhos fizeram já tantas pessoas tam alegres.» Lembrando a sua prematura morte dá à Virgem o nome de *Vita dulcendo*, o dado pela Igreja, pois só Ela poderá «adoçar hũa tam triste e trabalhosa vida». Não se esquece de exaltar os antepassados, os dois avós e o pai em particular, e nem sequer tem uma palavra para a triste e mesquinha D. Maria, sua mãe. Nem uma também para o obscuro drama de que foi vítima D. Carlos.

A parte os quatro sermões pronunciados em exéquias e na ocasião da primeira ida de D. Sebastião a Marrocos, os restantes são de carácter hagiológico ou de louvor e honra de Deus e de sua Mãe Santíssima. Alguns deles apresentam a particularidade de serem pronunciados como em homenagem ao monarca e à rainha mãe. São assim mais elogios do que sermões propriamente ditos. Interessam para a apreciação do que representava D. Catarina para alguns, e o neto igualmente, e citá-los-ei por ordem cronológica. Uns tantos não têm indicação do local onde foram prégados.

A Rainha viúva:

1566, Igreja da Esperança — 1.º da Circuncisão (1.º, fls. 51 v.º 56); 1568, São Domingos — 3.º do Advento (Id., fls. 9-12 v.º); 1569, Madre de Deus — 1.º da Purificação (Id., fls. 87-96) e na mesma igreja — Dia da Invenção da Santa Cruz (L.º 2.º, pp. 231-238); 1571, Convento de Xabregas — 2.º Domingo da Paixão (L.º 1.º, fls. 237-282 v.º); *s. loc.* — 2.º da Purificação (L.º 2.º, pp. 96-105); Igreja da Madre de Deus — Das Onze Mil Virgens (Id., pp. 514-522); 1572, na mesma igreja — de Santa Auta (Id., pp. 522-529); 1573, no mesmo templo — o 2.º da Santíssima Trindade (L.º 1.º, fls. 343-347 v.º); 1574, também na Madre de Deus — o de Nossa Senhora dos Prazeres (L.º 2.º, pp. 225-239); 1575, na igreja de Santo Estevão — o 2.º do Natal (L.º 1.º, fls. 32 v.º-36 v.º).

Ao Rei:

1567, *s. loc.* — 2.º do Advento (Id., fls. 4 v.º-8 v.º); na Esperança — 2.º da Circuncisão (Id., fls. 56-58); *s. loc.* — 1.º da Ascensão (Id., fls. 321-324 v.º); *s. loc.* — de S. Simão e S. Judas Tadeu (L.º 2.º, pp. 229-238); 1568, em S. Domingos — 4.ª feira de Cinzas (L.º 2.º, fls. 77 v.º-81 v.º); 1569, Madre de Deus — 1.º Domingo depois da Páscoa (Id. fls. 317-321); 1571, Santos-o-Velho — 1.º da 4.ª f.ª da 5.ª semana depois da Quaresma (Id. fls. 252 v.º-257); *s. loc.* — na Festa de S. Bento (L.º 2.º, pp. 154-163); 1574, Almeirim — festa de S. João Crisóstomo (Id., pp. 67-77).

No todo alguns sermões foram ditos fora de Lisboa e uns tantos em Braga.

⁽²⁸⁾ Fls. 436-446 v.º.

e choram, sucintamente a *Salve Regina*. Por Ela aqueles que vivem num vale de lágrimas serão ouvidos. «E celebrando os seus mistérios, conhecemos tanto quem Deos he, pollo que recebemos de Deos por ella, como pollo que ella recebeo». Linhas abaixo prossegue: «esperança de nosso remedio e dos nossos bens, pois por ella os alcançamos» como afirmara S. Bernardo. As palavras dulcificadoras repetem-se: «Assim que quando mais mostra a sua fermosura, e grandeza, então se enxerga, na honra, na graça, e nos bens que por ella ganhamos todos»⁽²⁹⁾.

O graciano evoca as tribulações da Igreja; já na época apostólica surgiram as contradições: Filipenses contra os convertidos de Antioquia, os de Corinto contra os do Cenáculo, os imbuídos de Judaísmo contra os Helenísticos. «É assim quem ler as histórias modernas e antigas verá que nunca deixou de auer grandes reuoltas e grandes desauenturas nos reynos em que as heregias fizerão pé». Cita Sto. Atanásio — a conversão e a deserção da Verdade em Alexandria no tempo de Constantino e de Sócrates e na Itália, no tempo dos Lombardos, que ardeu «em mortes, em roubos, em queimados templos, em profanar dos mosteiros, em adultérios, em corromper de virgens, só pelo furor dos hereges, não somête fauorecido mas ainda não reprimido»⁽³⁰⁾. Maniqueismo, Arianismo, o absurdo dos Iconoclastas e de Bizâncio contra Roma, o horror dos antipapas do Cisma, as guerras sem quartel nascidas dos Albigenes e dos Cátaros, e agora em França, que nos tempos de S. Jerónimo se mantivera fiel em absoluto aos sucessores de Pedro, o que da França dissera *sola Gallia monstris caruit*, «até que ella se aleuantou vigilancia e desda morte de elRey Anrique [Henrique II] para ca vimos tais cousas nella, que não lhe fazem ventagens nenhũas das desauenturas antigas»⁽³¹⁾.

Com naturalidade o prégador passa ao dia de São Bartolomeu: «Pudera isto bem escusar todos estes exemplos antigos, a memoria do que temos visto com nossos olhos em hum reyno Christianisimo, populossissimo como o Reyno de França»⁽³²⁾. E de seguida comenta: «Digo, ã achareis ã quasi se foy sempre alterando o estado da Igreja com muito ou pouco zêlo da fee dos Principes» e dá como exemplos o imperador Constâncio, Ário e a expansão da sua doutrina, o Maniqueísmo, a execrável pregação de Huss e de Jeronimo de Praga. «E basta pera se entêderẽ todos ouuir eu certificar ao Cardeal de Lorena no Concílio Tridentino cõ testemunhas presentes, cõ ã allegaua ã se tinha tirado a limpo, que em dous annos da guerra faltaram em França

(29) Fl. 438.

(30) Fls. 442-443.

(31) Fls. 443-444.

(32) Fl. 444.

seis centos mil homens mortos, e mais de cinco mil Ecclesiasticos martirizados⁽³³⁾. De maneira q̄ podemos ategora cantar por os males de França, o que Daudid dizia em espirito pollos de Ário co auia de fazer em Ierusalem [...] o que assim vimos em França que ouui affirmar a pessoas graues passando por ella o anno de sessenta e quatro, que alguns dias se não vira no rio que entra em Narbona, senão sangue e corpos mortos». Que Cristo levante «outro Iesu rey de Israel, que mate e lance aos cães a Jesabel e a todos os filhos de elRey Acab» e outra Débora «que destrua as forças de Sifaran enemigo do pouo de Deos cousa he dina de se festejar com lagrimas e com hum aluorço como se o interesse fora particular a cada hum de nós».

Equiparados de tal modo Carlos IX e Catarina de Médicis, e o massacre de 24 de Agosto, prossegue o Doutor Diogo: «Porẽ ajūtarse tamanha determinação (a execução do massacre) tamanho segredo de tanta gēte e tanto tēpo, arriscar hũ tamanho Principe sua honra, auenturarse aos juizos de todo o mundo, pollo pauor que mostrava aos hereges, arriscar tanto hũ só irmão que tinha, e isto com tam felice execução não sey cousa a que compare se não ao que a Escritura conta de Iesu, que como vos disse Deos aleuantou por Rey para destruição das cabeças dos Idolatras [...] os fez matar todos sem escapar nenhũ»⁽³⁴⁾.

É de condenar a insensibilidade do douto mestre de Coimbra, illustre lutador de Trento e sapientíssimo exegeta? Sim, mas sem esquecer que a época era outra e que as mentalidades eram as de então e só poucos pela grandeza do espírito se lhe sobrepunham. E é de chamar a atenção para que o fanatismo não foi apenas pecado dos papistas, mas igualmente dos adversários em religião e cito, para amostra, um dos maiores nomes da literatura francesa da época, o calvinista Clément Marot. Mas ainda posso acrescentar que, se Diogo de Paiva de Andrade não teve uma palavra de misericórdia cristã para tantos milhares de mortos, para ele cães raivosos cujo crime era verem o Salvador doutro modo, se houvesse presenciado a violência, de parte a parte, estaria ao lado dum Pasquier ou dum Cardeal de Chatillon e do próprio Pontífice, que ao saber da verdadeira razão do genocídio, como a penitenciar-se lamentou as palavras de aprovação que dirigira ao Cristianíssimo.

(33) Já no sermão das exéquias do Príncipe D. Carlos (V. nota 27) o frade-doutor aludiu à Reforma em França a «calamidade luterana». Ao referir a vitória espanhola de S. Quintino e as pazes que se lhe seguiram, dá a versão que correu sobre a decisão de Henrique II de aceitar as condições impostas por Carlos V e selar um bom entendimento entre as duas monarquias oferecendo a filha para terceira esposa de Filipe II. E diz o pregador que o monarca francês «as fizera, por acudir pola honra de Deos, que os Luteranos começauão iá a estragar em França com as licenças q̄ a guerra tras consigo» (id., fl. 264 v.º).

(34) Id., pp. 444-446.

Columbano e a Cultura de Lisboa

por JUVENAL ESTEVES

Columbano Bordalo Pinheiro ou apenas Columbano autodesigna e consagra um dos vértices da nossa pintura, oriundo do ambiente cultural de Lisboa.

A ampla abertura da urbe para um mar carregado de mistério imemorial, as comunicações que facilitou, a conseqüente movimentação de gentes, materiais e ideias ao longo do tempo, levaram à constituição de processo interior evolutivo em que o conhecimento se foi entremeando com a angústia primitiva. Dentro de condicionalismo originário do que permanece e do que advém se foi alicerçando o fulcro actuante de permanente anseio. Despertou fenómenos interrogativos e reactivos com acções e devoluções que o pêndulo histórico na sua oscilação rítmica regista e no mesmo persiste. Este cariz dinamizador revelou-se vivaz na literatura, arte e na contrapartida política como feição específica da Cultura de Lisboa.

Columbano determinou-se neste âmbito a favor da natureza introvertida e do circunstancial histórico do seu tempo de viver (1885-1927), durante o qual ocorreram na cidade os grandes acontecimentos que no virar do século transformaram a fisionomia política do país. É no período caldeante do Ultimatum-República e a favor do intenso impulso historicista de então que emerge vigorosa a sua personalidade artística.

O homem-pintor nato reconhece-se como lisboeta genuíno e assim permaneceu não obstante ter vindo ao mundo mercê de circunstância ocasional num arredor da cidade. O fortuito que se desfez na prevalência de atitude, sentimentos, e regra de vida.

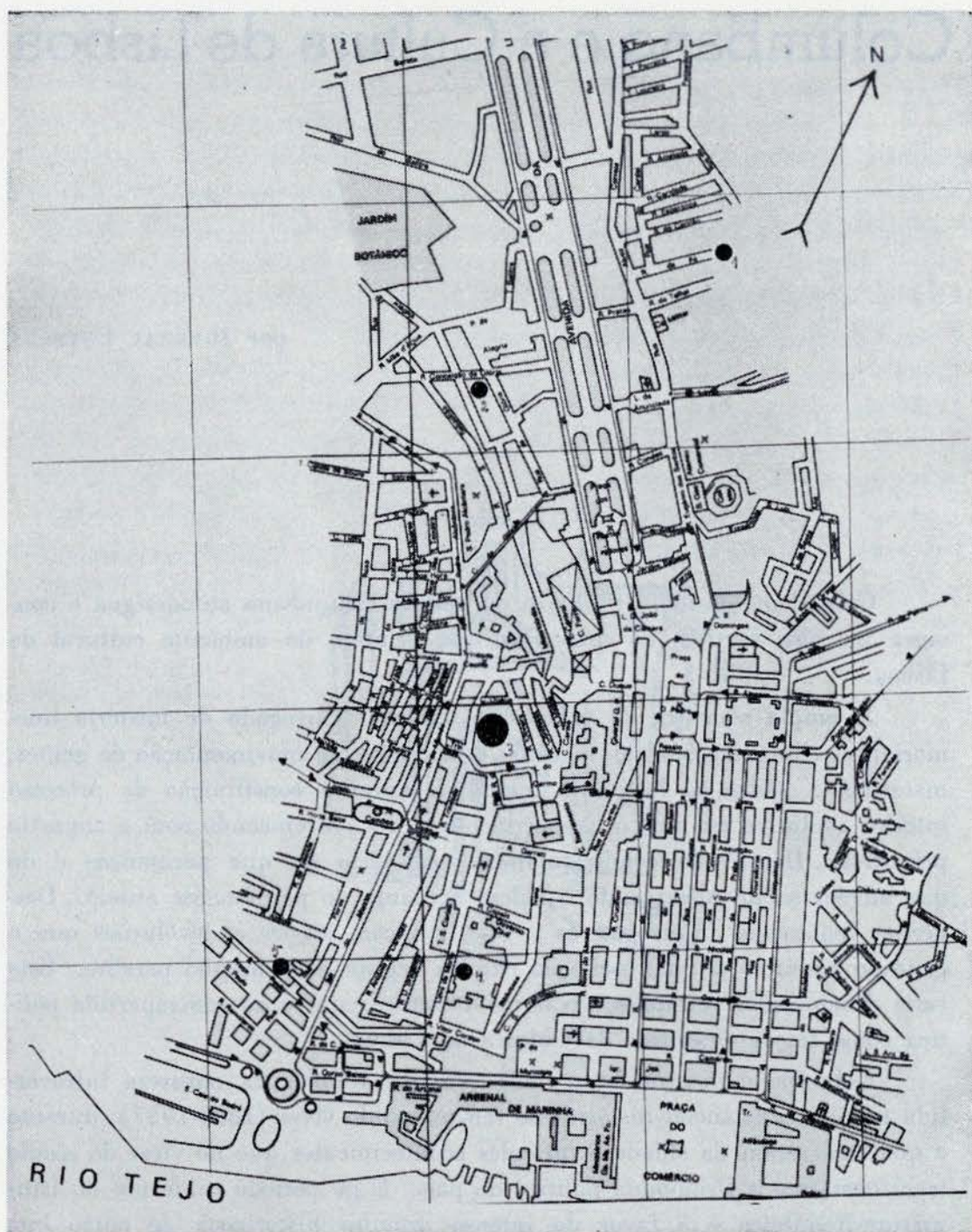


FIG. 1

O cenário lisboeta de Columbano. 1—Residência familiar na Rua da Fé. 2—Atelier na Vila Martel e residência pessoal na Rua da Alegria. 3—Cervejarias da Trindade e Leão de Ouro, locais de convívio. 4—Convento de S. Francisco. Escola de Belas Artes e Atelier. 5—Largo do Stephens. Última residência. Viveu no centro da urbe entre o primeiro terço da Avenida da Liberdade, na área do Passeio Público que a precedeu e as proximidades do Cais do Sodré ou seja na vertente sul das colinas ocidentais que descaíam para o Tejo. Dificilmente se afastava deste cenário e menos de si próprio entre a sugestão evocativa pós-pombalina e romântica.

Columbano bem inserido no meio de origem enraizou-se naturalmente na cidade onde viveram os progenitores e nasceram todos os seus irmãos e aí encontrou a sua íntima motivação. Um facto que confirma a regra e invalida a excepção conforme se documenta no belo estudo do prestigioso e probo olisipógrafo Gustavo de Matos Sequeira⁽¹⁾ acerca da casa onde nasceu seu irmão Rafael Bordalo Pinheiro. Lisboa foi assim seu berço e lar.

A juventude decorreu no cenário tradicional de casco antigo da cidade. Diogo Macedo na sua obra principal⁽²⁾ acerca do artista relata literariamente aquele ambiente lisboeta.

O itinerário forçado dos seus domicílios situa-se na quase totalidade no centro da urbe e cerca dos seus quefazeres.

Igualmente é significativa a mesma fixação quanto aos locais de convívio. Ao contrário do que a literatura, mesmo a coeva, compraz em repetir quanto a personalidade ensimesmada e avessa a abrir-se com outros, Columbano foi um convivente activo conforme se documenta abundantemente em factos registados, correspondência e ainda por forma eloquente na longa galeria de retratos que nos legou. A sua natureza e disciplina de vida originaram contudo convívio selectivo. Circulou por locais na órbita dos seus atelieres. O esquema que por esta forma resume a condição logística urbana (Fig. 1) encontra-o sempre na Lisboa pós pombalina que continha as instituições mais representativas da cultura activa de Lisboa centrada no Chiado com seus arredores próximos e naturais. Convive mas não se distrai.

O artista constituiu-se como tal no ambiente artístico lisboeta. Iniciou-se com seu pai Manuel Maria Bordalo Pinheiro que foi pintor, desenhador, gravador. Copiou por encomenda obras primas da pintura europeia. Com estes trabalhos, gravuras e outros documentos, formou um acervo que foi o seu clima plástico juvenil. Permaneceu até ao fim da vida fiel e reconhecido à memória paterna. Um traço fisionómico decisivo da sua personalidade — o sentir afectivo. Esta sua constante facilita uma compreensão global do percurso e obra.

Aprendeu o fundamental na Academia de Lisboa com os grandes mestres de então entre os quais avultam Miguel Lupi e Simões de Almeida mas revelou cedo a íntima proposta de individualização que o conduziu a bem definida originalidade.

Mercê de necessidade intrínseca à sua arte deslocou-se a Paris a cuja escola se vincula. No restante, escassamente viajou fora e dentro do país. Após cada saída remetia-se sempre e de novo à sua cidade auscultando-a quanto ao palpar profundo no ambiente ascético do atelier onde procurou disciplinarmente cumprir o voto de pintar na responsabilidade que voluntariamente assumiu. A do civismo em exemplaridade (Fig. 2).



FIG. 2

Columbano. Autoretrato. A imagem interior que o artista conservou no íntimo desde a juventude até ao fim — a de um pintor.

A toada do tempo tendia para o positivismo⁽³⁾ no seu amplo arejamento lisboeta. É possível que tenha recebido cedo a mensagem quanto a atitude intelectual, cívica e artística na qual se consolidou. Uma trave mestra na área do pensamento que se cruza com o do esteticismo historicista. Os retratos bem afirmativos de Miguel Bombarda, Teófilo Braga e Magalhães Lima são as grandes mísulas em que assenta a primeira trave enquanto o «Grupo do Leão», os «Professores da Escola Médica» e os dois trípticos dos Passos Perdidos da Assembleia da República como retratos colectivos são documentos inequívocos da segunda. A última obra que referimos, verdadeiro epítome da história pátria, encerra em síntese aquilo a que se propôs. O naturalismo como corrente nova da pintura, o grande surto nacional na medicina e o constitucionalismo foram então na arte, na ciência e na política eventos relevantes da cultura e cenário de Lisboa.

Todo o seu imenso labor produtivo decorreu ininterrupto na cidade e no seu centro desde a precoce colaboração decorativa no interior da cúpula da Câmara Municipal de Lisboa até ao último auto-retrato, o da sua despedida existencial elaborado no recato da última residência no Largo de Stephens a S. Paulo.

Visionou para a urbe um templo cívico — o de Camões. Nele iluminaria com os pincéis toda a imagética do livro que foi a sua Bíblia — *Os Lusíadas*. O sonho unitário desfez-se na contingência do momento mas o que lhe foi possível e nos legou vibra em eloquência num discurso centrado no tema das Tágides. A sugestão aquática lisboeta inspiradora (Fig. 3).

A obra de Columbano é longamente reflexiva e interiorizada. Pesquisa no essencial da cultura e procura fixar uma documentação válida para a intemporalidade. Opõe-se em consequência ao comentarismo imagético do cenário natural da cidade que desde o romantismo até aos tempos modernos procurou o imediato apelativo dos sentidos. Pensadores, escritores, políticos, actores e confrades constituem a sua extensa paisagem interior. Investiga-a no seu íntimo e na aparência que procura definitiva no afã de rigor projectivo num tempo que lhe é próprio e exacto na duração. Exerceu sobre eles crítica interna e externa enquanto renova primores do seu ofício de pintor numa evolução cromática incessante.

Uma vida intensa e prolongada totalmente preenchida num labor bem objectivado que culminou num dos nossos mais importantes e belos monumentos historiográficos balizados por iconografia ímpar em extensão e qualidade. Um «corpus» palpável e insubstituível onde plasma a intranquilidade do seu tempo e com ela sedimentou um novo estrato no historicismo fluente desde o romantismo.



FIG. 3

As Tágides representam a fluência aquática que determinou Lisboa e a sua Cultura. A invocação de Camões é a do pintor.

Lisboa integra na origem e destino os três maiores vultos da pintura nacional. Nuno Gonçalves, Columbano e Vieira da Silva. São os grandes afloramentos do nosso transfundo existencial colectivo. Gravitam com vigor no tempo, e no devir histórico: na partida, regresso e apocalipse, na afirmação e recusa. Nas suas interrogações advertem-nos para o essencial da cultura lisboeta.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo. *A nossa Lisboa. A casa onde nasceu Rafael Bordalo Pinheiro*. Portugália Editora, pp. 317-334.
- (2) Diogo de Macedo. *Columbano*. Artis, Lisboa, 1952, pp. 11-12.
- (3) Juvenal Esteves. *Columbano o Positivismo e os Vencidos da Vida*. Colóquio/Letras, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 96, Março-Abril 1987, pp. 38-45.

As obras integram um conjunto de estudos e desenhos de caráter histórico e documental, realizados pelo autor em conjunto com o arquiteto e historiador local, o Sr. Dr. João de Deus. São as grandes obras de arte, que representam o patrimônio histórico e documental da cidade de Olinda, e que são de grande importância para a história e a cultura da cidade.



Fig. 3

As obras integram um conjunto de estudos e desenhos de caráter histórico e documental, realizados pelo autor em conjunto com o arquiteto e historiador local, o Sr. Dr. João de Deus. São as grandes obras de arte, que representam o patrimônio histórico e documental da cidade de Olinda, e que são de grande importância para a história e a cultura da cidade.

Os Antigos Retiros das Hortas

Palestra proferida no QUEBRA BILHAS

no dia 26 de Abril de 1986

por EDUARDO SUCENA

A propósito de uma ceia de noite de Santos Populares realizada neste mesmo local em 27-6-1980, César de Oliveira, homem de Teatro, escreveu uma notícia, que não assinou, em que faz remontar a existência do *Quebra Bilhas*, provavelmente a 1793. Foi pena, porém, que não tivesse declarado a fonte dessa informação, que eu até hoje debalde tentei identificar. *As referências ao popular «sítio de comidas e bebidas» só aparecem, todavia, a partir da segunda década do século XIX* — acrescenta ele, um tanto contraditoriamente, e sem que, outrossim, mencione onde viu essas referências.

Na mesma notícia transcreve uma passagem da *História do Fado* de João Pinto de Carvalho (Tinop) para especificar que a partir de 1846 já se *guitarreava* o fado nas hortas e retiros populares, entre os quais o *Quebra Bilhas*, no Campo Grande. A transcrição está, porém, incorrecta, pois no texto original, a p. 28 daquela obra, o seu autor inclui sim o *Quebra Bilhas*, mas entre os mais recentes retiros que lá menciona. E afeiçoando ainda aquele texto a seu modo, César de Oliveira põe a Severa a cantar aqui, no tempo do Vimioso — *ai por 1847 ou 1848*. Ora o que o autor da *História do Fado* (1903) escreveu, foi o seguinte:

«Outro sítio onde se fadejava com facúndia era no Campo Pequeno, nas noitadas das esperas de toiros. Já no tempo do conde de Vimioso — ai por 1847 ou 1848 — a Severa lá cantarolava o seu reportório decotado com um impudor feliz e batia o *fado* ao som da banza do Sousa do Casacão, desde o escurecer até que, às duas horas da noite, o gado pegava de sair para a praça do campo de Sant'Ana».

Era portanto no Campo Pequeno, e não aqui, que a Severa, segundo Pinto de Carvalho, cantarolava e batia o fado nas noites de esperas de toiros. Só que aquele «amigo de Lisboa», que tanta e tão útil informação forrageou e publicou sobre a vida airada alfacinha, ignorava então que a infeliz Severa partira deste mundo em 1846!...

A verdade é que o *Quebra Bilhas*, onde neste momento nos encontramos, terá quando muito uma existência de cerca de cem anos, o que já não é pouco e merece o nosso respeito e o nosso carinho, não apenas pela provecção, mas também por se tratar do último retiro das hortas, do derradeiro representante dos muitos que polularam na periferia da cidade, considerada a linha de circunvalação de 1852. E porque sobre esta casa têm pairado ameaças de camartelo, está nas atribuições dos «Amigos de Lisboa» sair à estacada em sua defesa, quando e se for caso disso, como aliás eu já o tenho feito, a título pessoal, em diversas oportunidades, quer junto dos responsáveis pela Cultura lisboeta, quer através da rádio e de jornais. Agora, porém que o *Quebra Bilhas* vai mudar de mãos, após ter estado desde princípios deste século na posse da família de D. Irene Marques da Silva, que cozinhou o nosso almoço, há fundadas esperanças de que com o novo dono, o Sr. Dr. Reinaldo Caldeira, nosso Consócio, aqui presente, se mantenha e valorize esta veneranda relíquia de um passado romântico e pitoresco.

Situado num dos mais característicos arrabaldes da cidade oitocentista, onde vicejavam quintas e hortas, e incluído na área administrativa da Câmara do efémero concelho dos Olivais, tendo a dois passos o palácio dos Marqueses de Valença e Condes de Vimioso (hoje Pinto da Cunha) e a igreja dos Santos Reis Magos, o *Quebra Bilhas* surgiu na quinta do mesmo nome (de que resta apenas uma reduzida parcela de terreno de cultivo) como um dos mais rústicos retiros de fora de portas. Seria inicialmente um telheiro sob o qual os pipos de vinho alinhados, as toscas mesas, os bancos corridos e a cozinha, improvisada atrás do balcão forrado talvez de zinco, compunham o cenário. Em alturas de pândegas ruidosas, os pés grosseiramente calçados dos dançarinos e batedores do fado levantavam núvens de poeira do chão de terra batida e o mosquedo atrevido zumbia e vojava infrene em torno da clientela tressuada de um vago bolieiro alcunhado o «Quebra Bilhas», que segundo a tradição teria sido o fundador do retiro, posteriormente beneficiado com a construção do modesto edifício de pedra e cal onde nos encontramos.

Quando em 1147 D. Afonso Henriques cercou a cidade com o apoio dos cruzados nórdicos, encontrou-a já bem servida de hortas plantadas em locais de água abundante, misturadas na paisagem com figueirais, olivais e vinhedos. E depois de conquistada, como governante atilado que demonstrou ser, permitiu aos mouros libertos, hortelãos e agricultores, que continuassem o seu

trabalho nos campos arrabaldinos e nos que se estendiam para norte, impondo-lhes um tributo individual — o *çalaio* ou *salaio*, do qual Mestre Júlio de Castilho quer que tenha derivado a palavra *saloio* ⁽¹⁾. Desde então e através de todas as vicissitudes por que Lisboa passou, até tempos recentes, nunca mais as hortas, isoladas ou dentro de quintas, deixaram de adornar aqueles campos e de pôr uma nota de frescura, aqui e além, no interior da cidade, fornecendo-lhe a alface, nesses tempos indispensável na dieta popular para guarnecer o peixe frito, e cujo abundante consumo fez com que os lisboetas passassem a ser designados por alfacinhas.

Pois foi nesses locais amenos, bucólicos, que em dada altura começaram a aparecer, umas atrás das outras, tabernas e casas de pasto muito procuradas, sobretudo na época estival, pelas acaloradas gentes urbanas. Diz Pinto de Carvalho, na sua citada obra, que a tradição da ida para as hortas data, pelo menos, de 1792, quando caixeiros e rascoas iam de sege para uma celebrada casa de pasto que havia em Belas e para os retiros de Sete Rios e Laranjeiras. Mas então eram ainda raros os «sítios de comidas e bebidas», que podiam receber grupos mais ou menos numerosos como os que participavam nas *frescatas* do tempo de D. Miguel ou nas *rapiocas* de anos mais tarde. De facto, o período áureo da proliferação dessas casas abrangeu o último quartel do século XIX e o primeiro deste século, e do seu ambiente circundante traça José Pedro do Carmo ⁽²⁾ o seguinte quadro:

«As hortas, que marcavam o seu dia grande às quartas-feiras de cinzas, também tinham as suas características muito próprias, como o jogo do chinquillo; os cegos e respectivos moços a cantarem modinhas, acompanhados à guitarra e à viola; o cangirão e as inseparáveis canecas; a poesia do cenário verdejante e o chiar da nora movida pelo esforço vagaroso do boisinho com os olhos vendados; o perfume natural das emanações do campo, sempre viçoso, e para remate o canto das avezinhas sobre as ramadas que formavam os caramanchões a abrigar-nos daquele sol ardente das tardes de Agosto.

«E lembrar-me — diz pesaroso — que tudo isto foi desaparecendo na voragem dos tempos, deixando-nos apenas... a saudade.»

As três grandes vias de penetração em Lisboa eram então as seguintes: a que, proveniente da região saloia, pelo Senhor Roubado, Calçada de Carriche, Rua Direita do Lumiar, Estrada das Mouras (Alameda das Linhas de Torres), Rua Oriental do Campo Grande, Estrada de Entre-Campos, Campo Pequeno, Estrada do Arco do Cego, Calçada, Largo e Rua de Arroios, Largo e Rua de Santa Bárbara e Paço da Rainha atingia o Campo de Santana; a que, vinda

(1) In *Lisboa Antiga/Bairros Orientais*, III, Lisboa, 1935, p. 310.

(2) In *Evocações do Passado*, Lisboa, 1943, pp. 130 e 131.

de Sintra, por Queluz, desde as Portas de Benfica, pela Estrada de Benfica, Sete Rios, Palhavã, Largo e Calçada de S. Sebastião da Pedreira, Largo do Andaluz, Ruas de Santa Marta, de S. José e das Portas de Santo Antão, desembocava no Rossio; e a que, prolongando a estrada real do norte, pela Estrada de Sacavém, Largo e Rua de Arroios, Largo de Santa Bárbara, Rua dos Anjos, Intendente, Rua do Benfornoso e Rua da Mouraria, através do Arco do Marquês de Alegrete culminava no Poço do Borratém.

Grande parte dos mais afamados retiros situava-se ao longo ou nas proximidades dessas vias, nos seus troços arrabaldinos. O percurso em que se encontra o *Quebra Bilhas*, conhecido por *caminho dos toiros* (por ser o que estes percorriam acompanhado por campinos a cavalo desde as Marnotas até à praça do Campo de Santana, que D. Miguel e a Infanta D. Maria da Assunção haviam inaugurado em 3-7-1831) tornou-se por isso um dos preferidos para o negócio de comes e bebes, particularmente rendoso em noites de esperas, às quais o mesmo José Pedro do Carmo⁽³⁾ se refere nestes termos:

«Até à uma hora da madrugada dessas noites de estúrdia, a que não faltavam aqueles fidalgos em evidência — Vimioso, Castelo Melhor, Avilezes, Lumiães, Galveias, Maniques e outros, e enquanto os toiros não *levantavam* em direcção à praça do Campo de Sant'Ana, regorgitavam de *aficionados* e apreciadores das *esperas* as casas de pasto e retiros de Carriche ao Arco do Cego, Nova Sintra, Patusca, Quebra Bilhas, Colete Encarnado, António de Joana e outras locandas similares, onde o fado tinha predomínio e as suas *leis* falavam claro pelas bocas das guitarras.»

Outro percurso propício ao aparecimento de retiros, foi a velha Estrada de Sacavém, em cujas imediações, desde o Largo de Arroios à Portela do Manuel dos Santos, prosperaram e deixaram nome, entre outros, o Águia Roxa, José dos Pacatos, o da Quinta da Assunção, Bazalisa (depois Tanoeiro), António Cara Larga, Perna de Pau, António Zé, o da Fonte do Louro, Fadista e Montanha⁽⁴⁾. E nas zonas do Calhariz e das Portas de Benfica, foram também afamados o Ferro de Engomar (transferido da quinta do mesmo nome, aos Arcos das Águas Livres), o Bacalhau, o Caliça e os retiros das Pedralvas e do Charquinho.

Mas além desses, também a Tia Iria, que da Quinta da Rabicha mudou para Campo de Ourique, o Faustino e o Guerra em Cabo Ruivo, o António das Caldeiradas em Belém, o Mantas à Feiteira, o do Pote d'Água, o novo Bazalisa e o João Cachamorra na Calçada dos Mestres, e o Manuel dos Passarinhos no trajecto dos funerais para o Alto de S. João (com o seu leteiro

(3) *Ibidem*, pp. 19 e 20.

(4) João Monteiro, *A Estrada de Sacavém*, Lisboa, 1952.

«À volta cá os espero», autêntico repto aos acompanhantes dos defuntos) foram, entre outros, locais onde, democraticamente, os lisboetas de todas as condições sociais iam com a família ou com amigos espaiar-se, gozar as delícias da boa comida e do bom vinho e contactar de perto com a natureza rústica.

Na crónica da vida alegre e boémia de Lisboa, os antigos retiros das hortas ou de fora de portas marcaram uma época que, embora contaminada já pelo vírus do materialismo galopante, conservava apesar de tudo uns restos do encanto saudável dos tempos em que, liricamente, se teciam loas aos motivos campestres. Desses tempos diluídos nas brumas da distância, ficaram-nos poucos vestígios, apenas alguns testemunhos... e o *Quebra Bilhas*, onde hoje os viemos evocar e nos parece ainda ouvir, lá fora, o tropel de toiros e cavalos, e o vozear do povoleu excitado pelo ardor da correria, e, cá dentro, o canto sentimental do fado rigoroso embalado pelos gemidos soluçantes da guitarra.

Quando dos construtores do edifício do Grupo Amigo de Lisboa não puderam deixar de considerar a obra de arte que se encontra na base da escadaria, o Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade.

A ideia de levantar um monumento ao Grupo Amigo de Lisboa é do Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade. O monumento, que se encontra na base da escadaria, foi desenhado por Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade.

Em qual altura se realizou a obra de arte que se encontra na base da escadaria, o Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade.

Caríssima figura a de João Pinto de Carvalho que corria a possibilidade de tirar para a luz os seus trabalhos — Tirou a primeira do finto um dos seus apelidos.

Nesta arte há uma obra de arte ao dia 2 de Junho de 1889 na casa que tem João de Carvalho, 2. Rua de Alfândega, mais propriamente numa pequena rua que liga a Alfândega aos Barbaeiros, a Rua dos Armazéns, n.º 11 — 4.º andar.

Quantos terão lá trabalhado ao trabalhar a sua obra de arte que se encontra na base da escadaria, o Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade.

Devo ao Sr. António de Oliveira a publicação desta obra de arte que se encontra na base da escadaria, o Sr. António de Oliveira, arquiteto da sua Cidade.

Lembrando "TINOP"

por MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA MARTINS DE MESQUITA

Quando das comemorações do cinquentenário do «Grupo Amigos de Lisboa» não poderam deixar de ser recordadas, como é óbvio, as figuras que estiveram, na base da criação do Grupo, verdadeiros Olisipógrafos, amantes da sua Cidade.

A ideia de recordar aqueles que se lembraram de fazer nascer um «Grupo» que tivesse como objectivo a chamada de atenção para Lisboa à qual devotavam verdadeiro culto, é um acto de justiça. Lisboa, mereceu a esses homens a sua atenção!

Os monumentos, ruas e jardins, árvores e edifícios, foram por eles olhados com olhos de ver, e com amor.

Em mal alinhavadas linhas debruçemo-nos sobre uma dessas figuras.

Curiosa figura a de João Pinto de Carvalho que escolheu o pseudónimo de Tinop para assinar os seus trabalhos — Tinop anagrama de Pinto um dos seus apelidos.

Nasce este ilustre olisipógrafo no dia 2 de Janeiro de 1858 na casa que seus Pais habitavam, à Rua da Alfândega mais propriamente numa pequenina rua que liga a Alfândega aos Bacalhoeiros, a Rua dos Arameiros, n.º 11 — 4.º andar.

Quem tenha interesse em conhecer o local, verificará que na fachada do imóvel se encontra uma pedra mármore, legendada embora com letras já esbatidas pelo tempo e de difícil leitura, a marcar o evento.

Deveu-se a iniciativa da colocação dessa lápide ao «Grupo Amigos de Lisboa» e foi descerrada no dia 12 de Março de 1944, recordando assim, até à vida do imóvel, este artista das letras.

O porquê de escolha desta data não o conseguimos detectar, porquanto Pinto do Carvalho, como referimos, nasceu a 2 de Janeiro e deixa a vida em 20 de Outubro. Data escolhida para relembrar uma figura? Os responsáveis o saberiam.

A cerimónia da inauguração foi solene.

A ela assistiram altas individualidades ligadas à Edilidade, amigos do homenageado, os representantes da iniciativa e os residentes que se juntaram ao grupo, para verem e apreciarem as individualidades.

O Presidente da Câmara Municipal, na altura Tenente Coronel Salvação Barreto, D. João de Macedo Chaves em representação do Governo Civil, e a viúva de Tinop, Sr.^a D. Piedade da Silveira Ribeiro de Carvalho à frente do grupo presente.

Usou da palavra outro olisipógrafo ilustre, Luís Pastor de Macedo, Vice-Presidente da Câmara.

A lápide foi descerrada pelo Presidente da Câmara, tendo sido lido o auto lavrado pelo Presidente da Assembleia Geral do Grupo, Dr. Eduardo Neves.

A lápide tem a seguinte inscrição:

NESTE PRÉDIO NASCEU
EM 2 DE JANEIRO DE 1858
JOÃO PINTO DE CARVALHO
(TINOP)
ILUSTRE CRONISTA DE LISBOA
DO SÉCULO XIX

O Grupo Amigos de Lisboa
mandou colocar em 1944

Foi esta uma das singelas homenagens que o «Grupo Amigos de Lisboa» já prestou àqueles que têm demonstrado o seu amor à Cidade, outras se lhe têm seguido.

Lembremos Tinop:

Formado em Letras pela Escola Superior, terminado o Curso, calma e atentamente se foi dedicando a estudar e bem conhecer Lisboa e a sua vida.

Escuta os mais velhos, percorre a Torre do Tombo aonde vasculha documentos antigos que contam vidas, não divulgadas e as suas histórias.

AUTO DE DESCRIVIMENTO
DA LÁPIDE A JOÃO PINTO
DE CARVALHO (TINOP)



A lápide da casa onde nasceu «Tinop»

AUTO DE DESCERRAMENTO
DA LÁPIDE A JOÃO PINTO
DE CARVALHO (TINOP)

Cópia

Auto

Aos doze dias do mês de Março do ano de mil novecentos e quarenta e quatro da era de Cristo, estando presentes o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o representante do Governador Civil de Lisboa, a Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa, representantes de vários organismos culturais, funcionários superiores do Município e muito povo, foi solenemente descerrada no prédio número onze da Rua dos Arameiros uma lápida comemorativa do nascimento do cidadão João Pinto de Carvalho (Tinop) cronista da Lisboa do Século XIX.

Após o descerramento desta lápida, mandada colocar pelo Grupo Amigos de Lisboa, usou da palavra o Secretário Geral desta agremiação Senhor Luis Pastor de Macedo.

E, por ser verdade, se lavrou o presente auto que vai ser assinado.

Monsieur Saint

~~Alcega~~

~~Jules Ferry~~

~~Humboldt~~

~~Chapman~~

~~George~~

~~Port. Salazar~~

~~Pratig de l'union~~

~~Manifestation~~

~~Pri. Carrasco de Santos~~

~~alle. usside~~

~~Thy. Noyes~~

~~Joy. de~~

~~amuse~~

Mas, não só, pois ao tomar contacto com documentos antigos, considera que o dia-a-dia da cidade também se integra na História: e, com este pensamento, guarda os programas dos espectáculos a que assiste, alinha em apontamentos os devaneios de rapaz em que tomara parte com o seu grupo de amigos.

Fados, guitarradas, bailaricos e «troças».

Aqui, não eram os grandes factos propriamente ditos que lhe interessava descrever, mas sim os pormenores que aos outros poderiam parecer insignificantes e que lhe chamavam a atenção.

Começa a escrever sobre Lisboa, adopta para assinar os seus escritos o anagrama de um dos seus apelidos «Pinto — Tinop».

Diz-nos Luís Pastor de Macedo na sua evocação em artigo publicado em «Olisipo»:

«Tinop nunca quis ser um investigador de factos ou de sucessos de primeiro plano, mas de pormenores, que isoladamente seriam sempre insignificantes. — Mas, é precisamente a essa insignificância que ele dá realce.

Citando ainda Pastor de Macedo, este entende que Tinop nas biografias que nos legou mostra que se compraz em desprezar ou pelo menos em não realçar os grandes traços, preferindo pequenos apontamentos e minúcias de somenos valor.

O cronista de Lisboa, com os seus apontamentos e a observação minuciosa da vida que viveu e do círculo que o rodeava, consegue immortalizar quadros de vida portuguesa de Lisboa do século XIX, que são verdadeiras pinturas de belo colorido, a que não faltam as anedotas pitorescas e a ironia acompanhada de uma elegância verdadeiramente requintada na descrição.

Amores em destaque na época, a moral pública, as recepções da aristocracia, os locais de encontro e de passeio, como: o Jardim da Estrela o Passeio Público, as Hortas da Circunvalação, a Baixa e os seus prédios antigos. As Secretarias dos Ministérios e os seus bastidores. A maledicência oculta do Chiado, que em sorrisos ambíguos sussurra sobre a elegante que passa. Tudo Tinop descreve com pena subtil.

Não perde ainda a descrição das tardes elegantes, das touradas, dos fidalgos e cavaleiros, dos moços de forcado e da requintada assistência. A espera de toiros às Portas da Cidade, os bailes de Entrudos com damas e cavalheiros disfarçados por negros dominós, as senhoras com os bonitos olhos escondidos por detrás de vistosas mascarilhas.

As festas dos Senhores Condes de Farrobo que têm lugar nos seus jardins. Os bailes dos Condes de Penafiel e dos Marqueses de Viana.

Refere Bocage e a Severa, não esquecendo o Conde de Vimioso.

Tudo o cronista descreve com minúcia.

Por excertos dos textos que se seguem podemos avaliar do poder descritivo do seu espírito.

Tomámos ao acaso uma das suas descrições inserta no 3.º volume de «Lisboa de Outrora» pág. 67 em edição de 1939 mandada imprimir pelo «Grupo Amigos de Lisboa» e coordenada por Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo, ambos olisiponenses ilustres: (cit.)

«O Palácio Palmela, na Rua Direita da Fábrica das Sedas (hoje Rua da Escola Politécnica) pertencia ao coronel de engenharia Manuel Caetano de Sousa. Em 1795, este oficial, habitando na Rua das Mercês, pediu dois contos de réis, emprestados, para continuar a obra do palácio, que hipotecou e do qual devia importantes somas na ocasião de falecer, (23 de Maio de 1802) habitando então nesse mesmo prédio e recebendo sepultura no convento do Carmo. Deixou 3 filhos: Francisco António de Sousa, architecto da Casa do Infantado; Caetano Tomaz de Sousa, alferes do Regimento de Infantaria de Setúbal; e Diogo Inácio de Sousa, cadete do Regimento de Peniche (tenente-ajudante do 13 em 1821).

«A sua herança consistia em mobília, painéis, prata, jóias e aquele palácio, que ficou proindiviso. Em 1818, ainda se deviam, parte das tintas e os 707 vidros empregados na feitura dessa casa nobre.

«Vidros fornecidos pelo vidraceiro Rodrigues do Couto, da Rua Augusta. Em 1821, ainda estavam em dívida os tijolos e os azulejos da Mocambo, mosaicos e brutascos fornecidos ali, desde 1794 até 1802.

«Francisco António de Sousa, morava no Palácio do Rato, quando o prenderam por se envolver na conspiração de 1817, chegando depois à maior miséria, em que lhe valeu sua mulher D. Maria Joana de Sousa, que pediu várias quantias emprestadas para «matar a fome do seu desgraçado marido» dizia um credor nos seus autos de libelo (documento existente na Torre do Tombo. Juízo do Fisco, por Inconfidência).

«Antes d'aquela Palácio transitar para a posse dos Condes da Póvoa, chamavam-lhe «A Casa do Architecto» e depois de ser propriedade deste titular, denominaram-no, «Palácio da Condessa da Póvoa».

«Ao Salão do Duque de Palmela, poder-se-ia chamar o que «The Court Journal» chamava ao Conde d'Ossay, quando este fixou residência em Londres — o árbitro geral da aristocracia. Nenhum o excedeu em riqueza, em imponência e em elegância.

«Os bailes no palácio do Lumiar revestiram uma distinção grave. Assim nas noites de festa, estabeleciam-se uma fila de criados trajando librés solarengas e empunhando archotes acesos, desde o Palácio até à Estrada do

Lumiar, a fim de iluminarem a passagem dos convidados. Nestas festas, cantavam os mais notáveis artistas de S. Carlos, que jamais se misturavam com os seus auditores, porque se faziam ouvir dentro de uma teia especial.

«O baile de 25 de Agosto de 1841 para celebrar o nascimento de uma filha do Duque de Palmela, esmaltou-se de uma magnificência, cuja recordação vibrou por largos anos, em todas as memórias.

«Após uma festividade de igreja, houve baile, a que assistiram mil convidados. Nos intervalos da dança, cantavam dois artistas de S. Carlos, o tenor Conti e a Bocca Badati.

«Ao frémio inflamado das luzes, admirava-se o mobiliário, os tapetes, os reposteiros adornados com as armas ducaes bordadas a ouro, os esmaltes tão gabados por Raczyuski no seu livro, «Les Arts em Portugal». As alas de guarda real de archeiros e as alas de criados de libré, captavam as atenções.

«Quem se dirigia da sala de baile para a de jantar, atravessava quatro salas, cujos bufetes avergavam de pratas cinzeladas.

«À 1 hora da noite, foi servida a ceia, numa opulenta baixela, avaliada em trezentos mil cruzados. A sumptuosidade do serviço obrigava os convidados a remontarem pela imaginativa, aos tempos da faustosa Roma, em que os contubernais de Lúculo se repoltreavam nos triclinios, o Falerno corria, em ondas de rubis escanceado pelos escravos.

«Em 2 de Novembro de 1841, houve ali um jantar em homenagem a D. Maria II, D. Fernando, Príncipe D. Pedro e Infantes D. Luís e D. Ana; em 24, deu-se uma festa ao Embaixador Turco, Fuad-Effendi, no qual se fizeram ouvir o Conti e a Bocca Badati, em 29 de Maio de 1850, realizou-se um almoço em honra do Príncipe de Leuchtenberg, que foi presenteado com rosas transplantadas de Malmaison, outrora habitação da Imperatriz Josefina; e em 28 de Junho de 1852, efectuou-se um baile cuja quadrilha foi dançada no terraço às seis horas da manhã, numa deliciosa manhã do dia de S. Pedro.

«Nessa principesca festa, a Duquesa de Palmela trajava um vestido de veludo azul com três ordens de rendas de Bruxelas e flores do célebre Constantino, no peito. Não compareceram Saldanha, Rodrigo da Fonseca e Silva Carvalho, mas compareceram os diplomatas estrangeiros, e muitos ministros, Fontes, Jervis e Garrett, que ostentava a Grã-Cruz turca de Nichan-Ittirar enquanto que, dois dias antes, no baile das Laranjeiras, ostentava a Grã-Cruz do Hospital de S. João de Jerusalém.

«Entre os bailes no Palácio do Rato, apontaremos o de 4 de Janeiro de 1843, em que a Marqueza de Faial se apresentou com pedrarias de um luxo inaudito. Houve concerto, e o baile finalizou com uma contradança

inglesa, dirigida pelo almirante Hapier, que dançou com a Duquesa de Terceira» (fim de cit.).

Observámos o poder descritivo de Tinop, situando-se na transcrição da Sociedade que marcou uma época, mas não tinha Tinop apenas poder descritivo, completava-o com o poder humorístico, vejamos o mesmo volume (a pg. 156):

A primeira cabeleireira de D. Maria Pia foi a Iria, a quem sucedeu a Mulata, artista capilar de alta competência, e, acerca dela, diz Tinop em nota (cit.):

«A Cabeleireira Iria da Conceição penteava também os artistas de Teatro do Príncipe Real e achou-se comprometida no caso Consuelo Lugian atriz do mesmo teatro. Este caso muito discutido na imprensa de 1870, deu origem a um ruidoso processo e ligou-se à política ibérica, cujo principal agente foi o diplomata espanhol, Fernando de los Rios, ministro de Espanha em Lisboa».

«Camila do Carmo Gomes, sucessora de Iria, era tratada por 'Mulata' por ter a pele muito morena, tinha tanta arte de pentear que as Senhoras do mundo elegante não prescindiam das suas mãos.

«A atriz Emília das Neves também se fazia pentear por ela, assim como outras artistas do Teatro D. Maria II. Qualquer dessas cabeleireiras iam ao Paço diariamente pentear a Rainha. Como a Iria tinha um olho de vidro, D. Luís dizia humoristicamente, que, por ela ser cega de um olho, deixava sempre, os penteados tortos!» (fim de cit.).

Preocupa-se Tinop em descrever pormenores curiosíssimos sobre a Rainha D. Maria Pia e a Corte. Refere por exemplo a pág. 153:

«D. Maria Pia nunca dispunha de menos de quarenta chapéus e apreciava sobremaneira os sapatinhos bordados, que vinham da Rue de la Paix e custavam três libras esterlinas.

«Em 1865 recebeu um conjunto enviado pelos Armazéns de Worth (o Fauno das toilettes) segundo Aurelien Scholl, na ocasião em que D. Luís recebeu a espingarda e a faca de mato outrora pertencente a Jules Gérard, célebre caçador de leões, que lhe fora enviada também como presente.

«Os fornecedores de luvas eram, Guillot e Baron, da Rua do Ouro, e o seu sapateiro, Matias de Stelpflug, da Rua do Alecrim.

«Usava o perfume Fleur de Félix (1863).

«Cosméticos e perfumarias Jockey-Clube de Godefroy e dentífricos de Vitry (Vitry fora dentista de D. Maria II e tinha consultório num primeiro

andar do Rossio esquina para a Rua do Ouro). Recomendava a Rainha que lhe mandassem escovas estreitas porque as largas lhe magoavam a boca».

Outro apontamento de Tinop:

«A modista de D. Maria Pia era Mme. Aline Neuville possuidora da mais bem polarizada bússula do chic português.

«Sofria a soberana de um ligeiro defeito físico, possuía uma costela metida para dentro, e Mme. Aline conseguia, mercê da sua arte, disfarçar o inconveniente, introduzindo chumaços nos locais necessários, afim de serem disfarçados os defeitos anatómicos.

«Mme. Aline ia provar a sua obra ao Paço da Ajuda, tarefa em que ultimamente era substituída pela sua contra-mestra Mme. Lebon.

«Quando a Rainha foi a Itália em 1868, afim de assistir ao casamento de seu irmão Humberto, encomendou valiosíssimas toilettes a Mme. Aline, essa magnetizadora das vaidades femininas, que foi a Turim expressamente para vestir a Rainha em dia tão solene».

Ainda nas suas descrições, não esquece Tinop as figuras típicas de Lisboa:

As Manas acerta o passo, eram duas figuras provocantes, usavam grandes chapéus de palha com fitas cor de fogo.

A Perna de Pau, obesa, e com uma perna de pau, chamava-se Gertrudes, fazia o melhor peixe frito, acompanhado de salada de alface que se comia em Lisboa.

O Vendedor Ambulante que usava sobrecasaca e chapéu alto, e percorria as ruas com um cesto enfiado no braço, apregoando agulhas e alfinetes.

A Padeira da Praça da Alegria, casa de pasto da Gertrudes Maria, figura que deixou nome nas festas gastronómicas lisboetas e que se situava no n.º 53 d'aquela praça onde se juntavam Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Bulhão Pato, e D. José d'Almada.

O alquilador José Ocheiro foi outra celebridade da alquilaria, este, baixo, de tronco bojudo, vendia odres e tinha cocheira de aluguer de cavalos e burros no Poço do Borratém.

Alugava também cavalos para figurarem nas óperas de São Carlos; diz-se que, certa noite quando assistia na caixa do teatro ao espectáculo, faleceu repentinamente.

O Padre Marcos outra figura a referir, esmoler-mor de D. Maria II, Vigário Geral da Estremadura, diz dele Oliveira Martins:

«O Padre Marcos, era um Arlequim do Saturnal. Poeta repentista, um dia num jantar de anos, alguém lhe pede poesia dando-lhe o seguinte mote: «Quatro caixas, são dez réis»

O Reverendo glosou-as deste modo:

*Quatro caixas, três anéis,
Além disso, dois painéis,
E tu ias disfarçando,
Pela rua apregoando,
Quatro caixas são dez réis!»*

Terminando Tinop as suas descrições escreve:

«Os tipos excêntricos, os esquipáticos das ruas, todos os que interpretavam a poesia e o espírito de Lisboa popular todos desapareceram do palco Lisboeta ao som do apito desse contra-regras, que se chama *Progresso*».

Tinha Tinop razão, o Progresso cria e mata. Esse homem de extraordinária sensibilidade e de uma simplicidade ímpar, bem o compreendeu.

Culto, com um singular sentido da estética, de gosto muito apurado, raramente falava de si; Aonde se encontrava evitava a evidência. Tudo observava para reconstruir.

A sua vida era um círculo fechado, infância, juventude, idade adulta. Entendia que tudo se passava naturalmente vivendo o seu dia a dia compartilhado com os que estimava.

Quando casou, foi viver para um 2.º andar na Av. da Liberdade, aí viveu até deixar a vida aos 78 anos de idade.

Espalhada a notícia da sua morte os amigos tomados de emoção por esta notícia, acorrem a sua casa a prestar-lhe uma última homenagem. Sentem-se desgostosos com o seu desaparecimento; perde-se um Homem, um Amigo. O cronista da Lisboa do seu tempo e da Lisboa de outrora.

Também nós, nas linhas que acabamos de traçar, lembrando-o, lhe prestamos singela homenagem.

Quanto a arquitetura, o templo apresenta uma fachada de linhas simples e elegantes, com um frontão triangular decorado por uma cornija moldurada.

Os pilares que sustentam o frontão são de ordem dórica, com capitéis robustos e abacos decorados com motivos geométricos.

A porta principal é enfeitada com um tímpano triangular, onde se encontra uma escultura em relevo que representa a Virgem Maria com o Menino Jesus.

Os lados da fachada são ocupados por janelas de arcos em ferradura, com molduras simples e vidros de cores variadas.

Em suma, o templo apresenta uma arquitetura que é uma harmoniosa combinação de elementos clássicos e românicos, refletindo o gosto artístico da época.

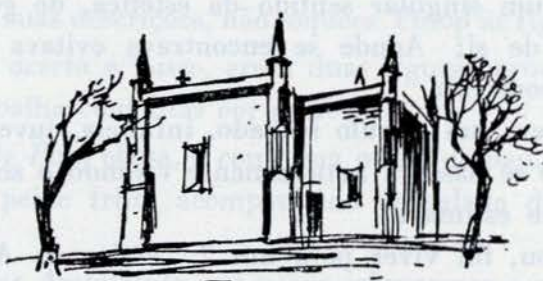
Quando se entra no templo, o primeiro aspecto que se apresenta ao olhar é a nave única, coberta por um tecto de madeira esculpida.

Os pilares que sustentam o tecto são de madeira também, com abacos decorados com motivos geométricos e florais.

A capela-mor é enfeitada com um tecto de madeira esculpida, onde se encontra uma escultura em relevo que representa a Virgem Maria com o Menino Jesus.

Os lados da capela-mor são ocupados por janelas de arcos em ferradura, com molduras simples e vidros de cores variadas.

Em suma, o templo apresenta uma arquitetura que é uma harmoniosa combinação de elementos clássicos e românicos, refletindo o gosto artístico da época.



Quando se entra no templo, o primeiro aspecto que se apresenta ao olhar é a nave única, coberta por um tecto de madeira esculpida.

Os pilares que sustentam o tecto são de madeira também, com abacos decorados com motivos geométricos e florais.

A capela-mor é enfeitada com um tecto de madeira esculpida, onde se encontra uma escultura em relevo que representa a Virgem Maria com o Menino Jesus.

Os lados da capela-mor são ocupados por janelas de arcos em ferradura, com molduras simples e vidros de cores variadas.

Em suma, o templo apresenta uma arquitetura que é uma harmoniosa combinação de elementos clássicos e românicos, refletindo o gosto artístico da época.

Quando se entra no templo, o primeiro aspecto que se apresenta ao olhar é a nave única, coberta por um tecto de madeira esculpida.

Os pilares que sustentam o tecto são de madeira também, com abacos decorados com motivos geométricos e florais.

A capela-mor é enfeitada com um tecto de madeira esculpida, onde se encontra uma escultura em relevo que representa a Virgem Maria com o Menino Jesus.

Os lados da capela-mor são ocupados por janelas de arcos em ferradura, com molduras simples e vidros de cores variadas.



Feira da Ladra

do Grupo Amigos de Lisboa

Referente ao ano de 1986

PROSA POÉTICA

(Rectificação)

No artigo com o título acima, da autoria do nosso falecido Consócio e Dirigente, Dr. Paulo Caratão Soromenho, publicado a páginas 169 e 170 dos N.ºs 146-147-148 (Anos 1983-1984-1985) deste Boletim, ficou dito que o texto «Ao Viandante», ali inserto, era de *autor desconhecido*.

Temos de rectificar essa afirmação, satisfazendo assim o que nos foi solicitado por «um arganilense» e «Amigo de Arganil», não identificado, que amavelmente nos informa ser o referido texto da autoria do seu ilustre conterrâneo, Dr. Alberto da Veiga Simões.

O lapso do Dr. Caratão Soromenho, resultou do facto de essa bela apologia da árvore aparecer, habitualmente, sem o nome do seu autor, que ficou, assim, imerecidamente ignorado. Ao revelá-lo, graças à carta que recebemos daquele nosso correspondente, é com muito gosto que o fazemos, aproveitando para esclarecer que o Dr. Veiga Simões foi funcionário consular no Brasil, pelo menos desde 1917, tendo publicado os livros *Daquém & Dalém Mar, Interesses Portugueses na Amazónia e Programa de Política Comercial com o Brasil*. Foi, também, conferencista e colaborador de jornais, e tendo voltado ao Brasil em 1941, foi então recebido pela Academia Brasileira de Letras.

E. S.

Relatório da Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa

Referente ao ano de 1986

Ex.^{mos} Consócios:

A actividade do Grupo durante o ano de 1986 foi toda orientada no sentido de comemorar o Cinquentenário da nossa instituição, que se cumpriu nesse ano.

Não podem ser alheios a esta efeméride todos os Sócios do Grupo e, nomeadamente, todos os membros da Junta Directiva, já que não é comum assistir à sobrevivência duma instituição cultural que, ao longo de cinquenta anos, vem desenvolvendo uma acção meritória cada ano renovada. Para tal tem servido de estímulo e apoio o entusiasmo do numeroso grupo que a compõe.

Cumprindo o estipulado no artigo 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos agora o relato dos acontecimentos mais relevantes ocorridos em 1986.

Apreciando o movimento de sócios durante o referido ano, verificamos que:

Existiam em 1/1/86	626	
Honorários	3	629
	<hr/>	
Faleceram ..	5	
Pediram a demissão ..	56	61
	<hr/>	
		568
Foram Admitidos	91	
Foram Readmitidos ..	7	98
	<hr/>	
<i>Existência em 31/12/86</i>		<i>666</i>

Desta sorte, concluímos que o número de sócios, após uma quebra ocorrida em anos difíceis, vem crescendo agora gradualmente, de ano para ano. Não obstante, continuamos a lamentar que não procurem o convívio do Grupo, em número significativo, as camadas mais jovens da população lisboeta.

No ano em causa faleceram os seguintes sócios:

Dr. Victor Manuel Braga Paixão

1750 — Francisco Celso Damásio

3202 — Dr. José Timóteo Montalvão Machado

3748 — Alberto Cortez Barata

4471 — António do Rosário Dias

O Dr. Braga Paixão, que foi objecto da rara distinção de Sócio Honorário, prestou bons serviços ao Grupo e foi durante anos consecutivos presidente da Assembleia Geral.

A todos os falecidos presta a Junta Directiva a sua mais sentida homenagem.

Durante o ano de 1986, a Junta Directiva reuniu-se 19 vezes em sessão ordinária. Porém, muitos outros encontros se realizaram para fins específicos, nomeadamente para conduzir as comemorações do Cinquentenário do Grupo e, bem assim, para discutir e redigir o projecto dos novos Estatutos que, em breve, será apresentado à Assembleia Geral.

No que toca à situação financeira do Grupo, conforme se vê no quadro que segue, pudémos findar o ano com um saldo positivo:

«DESENVOLVIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS»

Quotização		977 190\$00
Jóias		35 500\$00
Emblemas		180\$00
Cartões de identidade		3 660\$00
Subsídios		260 000\$00
Livros à consignação (lucro) ...		26 354\$70
Realizações culturais		34 254\$00
Gastos Gerais	1 227 896\$50	
TOTAIS	1 227 896\$50	1 337 138\$70
Saldo	109 242\$20	

Estes resultados só foram possíveis mercê do subsídio que a Câmara Municipal muito generosamente nos concedeu, no valor de 350 000\$00. Por tal motivo e ainda pela cedência gratuita das instalações do Grupo, no Palácio da Mitra, confessamo-nos muito gratos.

Os trabalhos de preparação do próximo número da nossa revista «Olisipo» estão em curso e já se torna possível a sua publicação graças a valiosos subsídios do Banco FONSECAS & BURNAY (50 000\$00), da Sociedade de Construções RG (35 000\$00), Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio (35 000\$00), Gestão e Construção AGERG (35 000\$00), Companhia de Seguros Império (80.000\$00), Crédito Predial Português (20 000\$00), que merecem o nosso mais rasgado agradecimento. Alguns destes contributos foram obtidos pelas diligências do nosso Consócio Eng.º Mário Páscoa, a quem manifestamos também os nossos agradecimentos.

A Junta Directiva preocupou-se com a aquisição de algum equipamento indispensável às suas actividades, como uma máquina de fotocopiar e uma máquina de escrever eléctrica. Também por nossa diligência obtivemos da Fundação Callouste Gulbenkian a concessão de uma verba de 250 000\$00 para compra de algumas estantes de madeira necessárias à expansão da nossa biblioteca. Por tal motivo, agradecemos penhorados àquela prestimosa instituição. Esta importância entrará nos cofres do Grupo apenas no ano de 1987.

Aos órgãos de comunicação social, que gradualmente vêm prestando maior atenção às nossas actividades, deixamos expressa a nossa gratidão.

A actividade cultural do Grupo pode descrever-se do modo seguinte:

11 DE JANEIRO — Teve lugar neste dia uma visita ao Museu de Marinha. Presentes à visita cerca de 180 sócios, os quais se mostraram muito interessados pelos históricos objectos expostos, dado o cuidado como estão classificados. O arranjo, a decoração e a forma como os responsáveis atenderam os visitantes, a todos causou boa impressão.

A Junta Directiva deixa neste relatório expresso o seu agradecimento ao Director do Museu, Sr. Comandante Vilarinho, e a todos os seus colaboradores que apoiaram esta visita.

18 DE JANEIRO — O Grupo visitou a urbanização das Olaias. Teve grande interesse a iniciativa, não só pela novidade, pois foi a primeira vez que o Grupo visitou um complexo urbanístico moderno, como também pela presença do arquitecto responsável pelo projecto, Tomaz Taveira, o qual acompanhou os visitantes e deu explicações acerca da concepção do mesmo.

Depois da visita ao Centro Comercial foram visitadas as instalações desportivas onde foi oferecido um beberete aos presentes.

Terminou a visita ao complexo com um jantar-convívio no Restaurante Galeria das Olaias.

A Junta Directiva engloba no seu agradecimento a Direcção do Centro Comercial das Olaias, na pessoa do Sr. José Vilalobos, a Direcção do Clube Desportivo, na pessoa da Sr.^a D. Viviana Furtado, e a Direcção do moderno complexo nas pessoas do Sr. Eng.^o Raúl Martins e Sr. Carlos Gonçalves, não esquecendo o bom acolhimento dado pelos proprietários do Restaurante das Olaias, Sr. Ribeiro da Cunha e esposa.

25 DE JANEIRO — Visita ao Instituto de Odivelas.

As visitas a monumentos como a igreja e o edifício onde funciona o Instituto de Odivelas, são sempre recebidas pelos associados com o maior interesse e muito apreciadas. Nesta visita, a juntar ao interesse histórico, tivemos a presença afável e distinta das dirigentes do Instituto, Sr.^{as} Dr.^{as} Deolinda Santos e Ofélia Sena Martins, as quais receberam os visitantes com a maior simpatia.

Estiveram presentes cerca de 200 associados, os quais ouviram com o maior interesse as explicações sobre o histórico mosteiro dadas pela Directora do Instituto. Seguiu-se a visita às instalações, e na magnífica sala do refeitório foram servidos cafés e distribuídos aos visitantes, por iniciativa da Direcção do Grupo, quadrados da afamada marmelada de Odivelas.

Terminou a visita com a exibição do Grupo Coral dos C.T.T. dirigido pelo Maestro D. Ascenso de Siqueira, exibição que a todos os presentes muito agradou. Um dos componentes do Grupo Coral, Sr. Orlando Alves, recitou depois várias poesias dedicadas a Lisboa. Foi tarde de cultura e convívio, que o Instituto de Odivelas quis assinalar com a oferta ao Grupo «Amigos de Lisboa» de uma medalha comemorativa.

A Junta Directiva agradece à Ex.^{ma} Sr.^a Dr.^a Deolinda Santos, Directora do Instituto, a amável recepção, assim como ao Coral dos C.T.T. e seus componentes, na pessoa do seu Maestro, a sua colaboração.

8 DE FEVEREIRO — Foi visitado o Museu Nacional dos Coches, tendo os visitantes a guiá-los o responsável pelo Museu, Sr. Dr. Castel-Branco.

Esta visita foi seguida com muito interesse pelos presentes, bem como as pormenorizadas explicações históricas sobre cada uma das viaturas expostas.

Foi observada a preocupação dos responsáveis do Museu pela verdade histórica e pela conservação de todo o material exposto.

Agradece-se à Sr.^a Dr.^a Natália Correia Guedes, Conservadora do Museu, e aos seus colaboradores, a atenção dispensada aos nossos Associados. Após a visita, os visitantes juntaram-se em convívio na Cervejaria «Adega de Belém».

14 DE FEVEREIRO — Pelas 21.30 h., na sala do Ateneu Comercial de Lisboa, teve lugar a Assembleia Geral do Grupo, na qual estiveram presentes 35 associados. Foi lido o Relatório das Actividades e apresentadas as Contas e Parecer da Comissão Revisora de Contas, que foram aprovados. Foram ainda preenchidas as vagas existentes, para as quais foram eleitos os nossos Associados Sr. Eduardo Sucena, D. Maria Branca de Menezes, Dr. António Matroni, D. Julieta da Cunha Gonçalves, Sr. Vilians Leal e Dr. Carlos Lima Araújo, respectivamente para secretário-geral-adjunto, vogais efectivos e substitutos, relator e membro da Comissão de Estética e Urbanização.

A Assembleia foi presidida pelo Sr. Dr. José Pereira da Costa, secretariado pelo Sr. Manuel Filipe Névoa Tadeu e por D. Maria Isabel Prazeres.

15 DE FEVEREIRO — Teve lugar a visita à Escola de Serviço de Saúde das Forças Armadas, instalada no antigo quartel de Sapadores de Caminho de Ferro, em Campo de Ourique.

Suscitou grande interesse esta visita, e foi muito apreciada a forma como estão montados os respectivos serviços.

A Junta Directiva agradece ao Director da Escola, Sr. Comandante Dr. Fernando Alves, e aos seus colaboradores, a forma como foram recebidos os visitantes.

22 DE FEVEREIRO — Visita às instalações da Polícia Judiciária, onde os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo seu Director-Geral. Foram visitadas várias instalações, designadamente o serviço de impressões digitais e observada a exposição patente, na altura, nas dependências do Museu da Polícia sobre tipos de droga, respectivas amostras e diversas armas e outros objectos de crimes.

No final da visita foi oferecido aos visitantes um beberete.

O Grupo «Amigos de Lisboa» agradece a amabilidade com que foi recebido pelo Director-Geral da P. J., Sr. Dr. Marques Vidal, agradecimento extensivo aos Funcionários que apoiaram a visita.

1 DE MARÇO — Visita ao Teatro Nacional de São Carlos, que não teve o interesse previsto, por dificuldades de acesso ao palco e bastidores. No entanto, os nossos associados foram compensados com uma tarde de ópera em ante-estreia.

Ao Director do Teatro de São Carlos e ao seu Secretário, a Junta Directiva agradece a cooperação.

15 DE MARÇO — Visita ao Seminário de São Paulo, de Almada. Foi esta iniciativa recebida pelos Associados com o maior interesse. O Reitor, Sr. Padre Pires de Campos, recrutou grupos de alunos, que com toda a simpatia nos guiaram através das dependências do edifício. No esplendoroso jardim, sobre o rio, do qual se disfruta um belo panorama de Lisboa, os visitantes puderam deliciar-se com a vista.

Depois do Seminário, teve lugar a visita ao Monumento a Cristo-Rei, sempre apreciada por quem ali vai.

Ao Reitor do Seminário, Sr. Padre Pires de Campos, e aos seus alunos, a Junta Directiva agradece a amável recepção.

22 DE MARÇO — Convívio sócio-cultural na sede da União das Associações dos Comerciantes, na Rua Castilho n.º 14, que foi por todos os presentes vivido com a maior amizade e alegria. Foram leiloados os objectos oferecidos pela Tofa, Brás & Brás, Círculo de Leitores, Selecções do Reader's Digest e Companhia de Seguros Império.

Todos os presentes foram receptivos ao objectivo deste convívio, que se destinou à angariação de fundos para as Comemorações dos 50 anos do Grupo.

Constou o convívio de um recital de poesia pelo actor Rolando Alves e actuação do Grupo Coral dos C.T.T., na primeira e na segunda parte, continuada esta com uma merenda para a qual contribuíram as nossas Associadas com os mais variados doces. A finalizar, realizou-se o leilão e venda dos objectos oferecidos ao Grupo por aquelas empresas e por Associados.

À Direcção da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa e a todas as Empresas que colaboraram nesta iniciativa, a Junta Directiva muito agradece.

5 DE ABRIL — Principiámos este trimestre com uma visita ao edifício central da DOCAPESCA de Pedrouços. Os nossos associados foram recebidos pelo Sr. Daniel Duarte Silva, das Relações Públicas da organização, que estava acompanhado pelos responsáveis das várias secções e pelo médico veterinário-chefe da DOCAPESCA.

Foi uma visita cheia de interesse, na medida em que os visitantes foram informados sobre como se processa o acondicionamento e descarregamento do peixe, a forma da sua conservação nas câmaras frigoríficas e sobre as regras da lota e da venda.

19 DE ABRIL — Deixaram os «Amigos de Lisboa» as visitas na cidade para se deslocarem a Mafra, onde foram recebidos pelo Major João Gomes, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal.

A partida de Lisboa, teve lugar às 9 horas, da Alameda Cardeal Cerejeira, com destino ao Largo da Basílica, cuja visita foi guiada pelo Sr. Vereador da Cultura. Seguidamente, foi visitado o Centro Social de Apoio à Criança, onde estava patente uma interessante exposição de pintura e trabalhos manuais feitos pelas crianças apoiadas. Dirigiu-se depois o Grupo visitante à igreja de Santo André, monumento nacional, partindo após a respectiva visita para o restaurante de José Franco, no Sobreiro, onde teve lugar um magnífico repasto. Terminado este, dirigiram-se os visitantes a Sobral da Abelheira, onde o Grupo foi recebido com o estrelajar de foguetes e com a exibição do Rancho Folclórico das Morangueiras, que distribuiu morangos e nos proporcionou uma merenda. A terminar a visita, o Sr. Major João Gomes levou os visitantes a uma casa agrícola da região, onde o Grupo foi amavelmente recebido.

À Câmara Municipal de Mafra, na pessoa do Sr. Major João Gomes, a José Franco e às proprietárias da referida casa agrícola, a Junta Directiva agradece a agradável recepção.

26 DE ABRIL — No Antigo Retiro Quebra Bilhas teve lugar um almoço-convívio, durante o qual o Secretário-Geral Adjunto, Sr. Eduardo Suena, fez uma palestra sobre «Os Antigos Retiros das Hortas».

São sempre apreciados pelos nossos Associados estes convívios, e após este foi-nos comunicada a mudança de gerência pelo novo proprietário, que convidou o Grupo para novo convívio num futuro próximo.

24 DE MAIO — A visita ao secular edifício do Convento dos Marianos, seus claustros e edifício da York House, que foi pertença do Convento, e jardins, foi muito apreciada. A visita foi guiada pelo Dr. Leopoldo de Figueiredo, antigo responsável pelo culto da igreja, hoje denominada Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.

Ao actual Pastor, Dr. Nelson Horta, e ao Dr. Leopoldo de Figueiredo, a Junta Directiva agradece a autorização para a visita e sua cooperação. No final, realizou-se um agradável convívio na York House.

14 DE JUNHO — Coube a vez ao Castelo de São Jorge de receber a visita dos «Amigos de Lisboa», guiada pelo Dr. Emanuel Correia, que interessou os visitantes pelas suas brilhantes explicações históricas.

Ao Sr. Dr. Emanuel Correia a Junta Directiva agradece a preciosa colaboração.

21 DE JUNHO — A visita às Quintas da Bacalhoa e da Torre preencheu a tarde, deixando os visitantes desgostosos com um certo aspecto de abandono com que as mesmas se apresentam, desejando-se que o Instituto Português do Património Cultural olhe com mais interesse para os preciosos monumentos que as integram.

28 e 29 DE JUNHO — Passeio a Olivença, que teve a presença de 50 «Amigos», muito interessados em conhecer uma terra tão portuguesa integrada em Espanha. Aí foram os visitantes alojados no Hotel Heredero, seguindo-se as visitas aos monumentos principais. Jornada patriótica e convívio salutar, com paragens em S. Domingos, S. Bento da Contenda, Táliga, São Jorge, Vila Real de Olivença, Vila Nueva Del Fresco, Mourão, Évora Monte, Montemor-o-Novo e Lisboa.

5 DE JULHO — O mês de Julho proporcionou aos «Amigos de Lisboa» interessados uma visita ao Jardim Botânico da Ajuda, visita que teve a colaboração do Vereador dos Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Edgar Fontes, e o apoio do membro da Junta Directiva, Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro. Foi muito apreciado o estado de conservação dos jardins e as espécies arbóricas neles plantadas. A Junta Directiva agradece ao Sr. Eng.º Edgar Fontes a sua colaboração nesta visita.

19 DE JULHO — Foi visitada a igreja da paróquia do Socorro e o edifício do Coleginho onde se encontra instalada a Direcção do Serviço Histórico Militar. Os visitantes foram recebidos pelo respectivo Director, Sr. General Themudo Barata, o qual na sala de conferências saudou os presentes e informou sobre a organização do Serviço e a recuperação do edifício do Coleginho e da igreja anexa. Seguidamente, orientou a visita através das várias dependências. O Sr. Dr. Emanuel Correia teve a seu cargo a parte histórica e artística do conjunto da primeira Casa da Companhia de Jesus em Portugal.

Ao Sr. General Themudo Barata e ao Sr. Dr. Emanuel Correia a Junta Directiva agradece a prestimosa colaboração.

26 DE JULHO — Visita ao Museu de Etnologia, que despertou o interesse de todos os visitantes com a exposição que ali estava patente «Escultura Africana em Portugal». As explicações estiveram a cargo do guia e responsável pelo Museu, Dr. Pedro Caiado.

Ao Dr. Pedro Caiado e aos seus colaboradores, a Junta Directiva agradece.

A par destas actividades, levou a Junta Directiva a cabo o programa comemorativo do Cinquentenário do Grupo, o qual teve início no dia *12 de Abril* com uma sessão solene no Palácio da Mitra, sendo oradores dessa sessão os Professores João Cândido de Oliveira e Jorge Gaspar.

No mês de *Maio*, dia 3, foi inaugurada no Palácio Galveias uma Exposição Filatélica, Bibliográfica, de Gravuras e Pinturas, dedicada a Lisboa. Colaboraram nesta exposição como organizadores os membros da Junta Directiva, Eng.º Maia Athayde, Américo Rodrigues e Klaus Gruner e ainda as Associadas Sr.^{as} D. Julieta Gonçalves e D. Amélia Branquinho.

Exposeram os artistas António Araújo e Luís Trindade e deu a sua colaboração o Museu ds C.T.T..

A apoiar esta exposição, que contou com material cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, esteve a funcionária do Grupo, Filomena Maria.

Após a abertura da Exposição o Sr. Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo, proferiu uma conferência subordinada ao título «A Heráldica no Património».

Também a Cinemateca Portuguesa se associou às Comemorações do Grupo passando uma série de filmes documentários sobre Lisboa, na tarde do dia *8 de Maio*. Luís de Pina, director da Cinemateca, recebeu os «Amigos de Lisboa» e teceu considerações sobre o Grupo, a Cinemateca e a Cidade de Lisboa.

A Câmara Municipal de Lisboa cedeu ainda o Teatro de São Luis para um Concerto dedicado ao Grupo «Amigos de Lisboa». No dia *17 de Maio* foram ali executadas obras de Mozart pela Orquestra Sinfónica da Radio-difusão Portuguesa sob a direcção do Maestro Joaquim da Silva Pereira. Colaboraram o pianista Adriano Jordão e o solista de oboé Manuel Lopes da Cruz, aos quais, bem como ao Maestro, foi oferecida a medalha comemorativa do Cinquentenário do Grupo.

O dia *31 de Maio*, foi dedicado à exaltação da canção de Lisboa com um almoço-convívio no restaurante «A Severa» onde se cantou o fado e foram homenageados os cantantes e instrumentistas Julieta Brigue, Celeste Rodrigues, Júlio Vieitas, Gabino Ferreira, Sebastião Pinto Varela, Armandino Maia e Humberto Andrade, os quais foram também contemplados com a medalha do Cinquentenário.

Na sede do Grupo, Palácio da Mitra, teve lugar no dia *12 de Julho* uma conferência proferida pelo Sr. Dr. Carlos de Melo, sobre «O Conteúdo da Mensagem Jornalística».

O dia *20 de Julho*, domingo, foi escolhido para uma cerimónia religiosa em intenção dos Fundadores e Associados falecidos. Celebrou a missa o Senhor Bispo Auxiliar do Patriarcado, D. Albino Mamede Cleto, em repre-

sentação do Sr. Cardeal Patriarca, sendo co-celebrantes o nosso sócio, padre Santos Costa, capelão no Bairro de Caselas, e cónego Manuel Alves Lourenço, pároco da freguesia da Sé. À cerimónia deu a sua colaboração o Grupo Coral da Universidade Católica de Lisboa.

Após a celebração da Missa, os «Amigos de Lisboa» foram em romagem ao Miradouro de Santa Luzia, onde se encontra o monumento a Júlio de Castilho, Mestre olisipógrafo, em cuja base foi deposto um ramo de flores.

Com este acto deram-se por encerradas as comemorações do Cinquentenário.

No âmbito dessas comemorações, a Junta Directiva mandara cunhar uma medalha para assinalar a efeméride, que foi concebida pelo escultor Luz Correia.

20 DE SETEMBRO — Recomeçaram as actividades com um almoço na Messe de Pedrouços, seguido de uma visita aos Altos Estudos Militares.

Guiou a visita, eficientemente, o Sr. Major Castro Jerónimo, que pôs os visitantes ao corrente da orgânica e dos estudos ministrados aos oficiais que frequentam os respectivos cursos.

A Junta Directiva agradece ao Sr. Major Castro Jerónimo a sua colaboração, assim como ao nosso Associado, Sr. Coronel Herculano Matos, que contribuiu para que a visita pudesse ser efectuada.

27 DE SETEMBRO — Teve lugar a visita anteriormente programada para a Radiotelevisão Portuguesa. Esta visita era aguardada com a maior expectativa, mas acabou por ser decepcionante para os visitantes, dado o escasso número de departamentos que foram autorizados a visitar e o seu pouco interesse.

4 DE OUTUBRO — Visita à igreja de São Vicente de Fora e ao panteão da Casa de Bragança, conduzida pelo Sr. Dr. Emanuel Correia, que, uma vez mais, muito interessou os presentes com a sua grande facilidade de comunicação.

11 DE OUTUBRO — Visita ao Forte de S. Julião da Barra. O guia foi um Oficial designado pelo Estado Maior General das Forças Armadas e as suas explicações suscitaram o interesse do grande número de associados que compareceram no local.

Ao nosso associado, Sr. Coronel Herculano de Matos, agradecemos os seus bons officios para a indispensável autorização desta visita.

18 DE OUTUBRO — Pelas 15 horas, teve lugar uma visita à Academia das Ciências de Lisboa, visita que foi guiada pela Sr.^a Dr.^a D. Maria Fernanda Diniz Correia. Os visitantes seguiram com a maior atenção as explicações dadas e puderam apreciar, além do Museu e doutras instalações, a grandiosa sala da sua notável Biblioteca.

No mesmo dia, realizou-se a segunda visita a *Oliveira*, a qual foi efectuada com grande interesse e sentido patriótico, percorrendo os visitantes com grande entusiasmo a antiga praça portuguesa.

25 DE OUTUBRO — Teve lugar um almoço-convívio no café Martinho da Arcada, seguido de palestra pelo Sr. Dr. Emanuel Correia, que evocou as figuras que passaram por aquele café, fazendo o historial do mesmo. Seguidamente processou-se um passeio pela Baixa Pombalina, não se tendo efectuado a visita ao Arco da Rua Augusta, como estava programado, por falta de autorização do Instituto Português do Património Cultural, que entendeu não oferecerem as escadas do monumento segurança para um número tão elevado de visitantes.

8 DE NOVEMBRO — Teve lugar uma visita ao Palácio Nacional da Ajuda, tendo os visitantes apreciado a forma como o Museu se encontra conservado e o ar de habitado que nele se respira. Estiveram presentes cerca de cem Associados.

À Sr.^a Dr.^a Isabel Faria Godinho agradece-se a concessão da visita e felicita-se pela boa organização e conservação em que se encontra o Palácio.

15 DE NOVEMBRO — Visita à igreja de S. José dos Carpinteiros e Casa dos Vinte e Quatro. Esta visita foi guiada pelo nosso Consócio, Sr. José Meco, e muito apreciada pelos nossos Associados.

22 DE NOVEMBRO — A visita à Torre do Tombo, teve como guia o seu Director e nosso Presidente da Assembleia Geral, Sr. Dr. José Pereira da Costa, o qual com todo o seu saber e facilidade de comunicação elucidou os visitantes sobre todas as questões que lhes foram postas. Puderam ainda os presentes apreciar a soberba exposição sobre o Tratado de Windsor, que se encontrava patente.

Dia 29 DE NOVEMBRO — O Grupo saiu de Lisboa para apreciar o belo palácio da vila de Sintra. Os visitantes foram recebidos pela Conservadora, Sr.^a Dr.^a Matilde Pessoa de Figueiredo de Sousa Franco, a qual com o seu saber e simpatia guiou a visita, que terminou com os presentes encantados com o que lhes foi dado apreciar naquele belo monumento.

Seguidamente em Colares, no Restaurante Camarão, teve lugar um almoço-convívio, que satisfizes todos os presentes.

Em Dezembro, fim do ano cultural, realizou-se na nossa sede, Palácio da Mitra, uma conferência pelo membro da Junta Directiva Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, subordinada ao título «Carlos Queiroz, Poeta de Lisboa», a qual suscitou o interesse dos sócios. A conferencista teve a colaboração dos netos do poeta, Rita, Vasco e Gonçalo Ribeiro de Queiroz, a quem a Junta Directiva muito agradece a presença.

Dia 13 DE DEZEMBRO — Foi o Grupo à igreja de Santo António e ao Museu Antoniano. Neste último os visitantes foram recebidos pela Directora dos Museus Municipais, Dr.^a Maria Raquel Florentino, que guiou a visita e a enriqueceu com interessantes comentários.

A visita à igreja foi guiada pelo Sr. Dr. Emanuel Correia, que focou a figura de Santo António, aliando-a à igreja visitada, e explicou depois os painéis de azulejo com cenas da vida do taumaturgo.

Estava marcada para 20 de Dezembro uma nova visita ao Museu da TAP, a qual não se efectuou em virtude de o Museu se encontrar em obras de reestruturação.

A concluir este relatório, propomos os seguintes votos:

- 1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração que nos tem dispensado.
- 3.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa pela cedência da sala onde se realizou a Assembleia Geral.
- 4.º — De agradecimento aos Srs. Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo apoio que proporcionaram a esta Junta Directiva.
- 5.º — De louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1986.

A JUNTA DIRECTIVA

O Presidente

(*Prof. Doutor João Cândido de Oliveira*)

O Vice-Presidente

(*Eng.º Manuel José Maia Athayde*)

Balanço relativo ao exercício de 1986

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i>		
Caixa	5 741\$50	
Depósitos à Ordem	26 589\$30	
Depósitos a Prazo	200 000\$00	
	232 330\$80	
<i>Créditos a Curto Prazo</i>		
Livraria Bertrand	59 845\$00	
Livraria Clássica Editora	320\$00	
	60 165\$00	
<i>Existência</i>		
Livros à Consignação	312 991\$80	
Edições	160\$30	
Medalhas	45 835\$00	
Emblemas	763\$30	
Olisipo	203 460\$00	
	563 183\$40	
<i>Imobilizações</i>		
Móveis	687 845\$20	
Biblioteca	14 969\$20	
	702 814\$40	
<i>Débito a Curto Prazo</i>		
Dr.ª Ana Maria Pereira da Gama		325\$50
C. M. L./Cultura		275 798\$00
C. M. L./GTH		51 646\$00
C. M. L./Turismo		138\$50
Prof. Oliveira Martins		595\$00
Arq. Jorge Segurado		1 616\$00
Vilians Leal		3 000\$00
Editora Convergência		8 400\$00
Fornecedores: Máq. escrever 162 630\$00		
Máq. fotocópias . 416 700\$00		579 330\$00
		920 849\$00
<i>Situação Líquida</i>		
Resultados Transitados		528 402\$40
Resultados Apurados no Exercício		109 242\$20
		637 644\$60
TOTAIS	1 558 493\$60	1 558 493\$60

Lisboa, 23/2/87

Demonstração da conta de gastos gerais

Material de escritório e expediente	56 867\$00
Conservação e limpeza .. (inclui a empregada da limpeza)	56 345\$00
Telefone	37 914\$00
C.T.T. — Correios	19 481\$00
Transportes	45 604\$00
Contencioso, Notário e Valores Selados	5 217\$00
Remunerações ao pessoal	651 502\$50
Caixa de Previdência	199 691\$00
Fundo do Desemprego	43 667\$00
Outras Despesas	111 608\$00
TOTAL	1 227 896\$50

Desenvolvimento de Receitas e Despesas

	DÉBITO	CRÉDITO
Quotização		977 190\$00
Jóias		35 500\$00
Emblemas		180\$00
Cartões de Identidade		3 660\$00
Subsídios		260 000\$00
Livros à Consignação (lucro)		26 354\$70
Realizações Culturais		34 254\$00
Gastos Gerais	1 227 896\$50	
TOTAIS	1 227 896\$50	1 337 138\$70
Saldo Positivo	109 242\$20	

Lisboa, 23/2/87

Parecer da Comissão de Contas

Referente ao exercício de 1986

Ex.^{mos} Consócios:

Foi-nos apresentada a demonstração financeira referente ao ano que findou, 1986.

Os números reflectem não só o movimento desta colectividade, que progressivamente tem vindo a aumentar nestes últimos anos, como também a cuidadosa gerência da Junta Directiva e de todos os seus colaboradores, que não regatearam sacrifício e dedicação em prol do Grupo.

Desejamos ainda referir o trabalho dedicadamente efectuado pelo Ex.^{mo} Sr. J. J. Rodrigues Dias, que facilitou imenso o exame das contas.

Nesta conformidade, propomos a aprovação de:

- 1.º — Relatório e Contas do exercício de 1986;
- 2.º — Um voto de profundo pesar pelos sócios falecidos, permitindo-nos uma especial referência ao Senhor Dr. Victor Braga Paixão, sócio honorário deste Grupo e que durante bastantes anos presidiu à Assembleia Geral;
- 3.º — Um voto de louvor à Junta Directiva pela forma exemplar como tem dirigido os destinos desta instituição;
- 4.º — Um voto de louvor às funcionárias pelo trabalho realizado durante todo o ano.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1987.

A COMISSÃO DE CONTAS

O Presidente,

(*Dr. José de Freitas Branco de Herédia*)

O Secretário,

(*Dr. Aníbal da Gama Caeiro*)

O Relator,

(*Dr. João Carlos Osório Pinto*)

ORGÃOS DIRECTIVOS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. José Pereira da Costa

Vice-Presidente — Eng.º Mário José Gomes Páscoa

1.º Secretário — Manuel Filipe Névoa Tadeu

2.º Secretário — Maria Isabel Teixeira dos Prazeres

JUNTA DIRECTIVA — efectivos

Presidente — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

Vice-Presidente — Eng.º Manuel José Maia Athayde

Secretário-Geral — Eduardo Martins Sucena — eleito

Secretário-Geral-Adjunto — Maria Antónia Oliveira M. Mesquita — eleito

Tesoureiro — Dr. Armando Baptista da Costa — eleito

Vogais — Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

Américo de Jesus Rodrigues

Maria Branca Menezes

Henrique Pereira da Silva — eleito

COMISSÃO DE CONTAS — efectivos

Presidente — Dr. José Freitas Branco de Herédia

Secretário — Dr. Aníbal da Gama Caeiro

Relator — Dr. João Carlos Osório Pinto

Parecer da Comissão de Contas

Referente ao exercício de 1986

Ex.ª Comissã:

ASSEMBLEIA GERAL

Foi-me apresentada a seguinte situação financeira e patrimonial da Associação, em 31 de Dezembro de 1986:

Os números da situação financeira e patrimonial da Associação, em 31 de Dezembro de 1986, são os seguintes:

Deixamos ainda referir o trabalho efectuado pelo Ex.ª Comissã, Sr. J. J. Rodrigues Dias, que facultou os seguintes dados:



Nesta conformidade, a Comissão de Contas, em reunião de 15 de Janeiro de 1987, deliberou:

1.ª - Aprovar o relatório da Comissão de Contas, em anexo.

2.ª - Aprovar o balanço da Associação, em anexo.

Um dos membros da Comissão de Contas, Sr. J. J. Rodrigues Dias, apresentou o seguinte parecer:

Relatório da Comissão de Contas, em anexo.

Henrique Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Contas

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente

Dr. João de Deus de Almeida

Secretário

Dr. João de Deus de Almeida

Dr. António de Almeida

Dr. João de Deus de Almeida

Depósito Legal N.º 41927/90

